Estudos Gerais da Arrábida

A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Painel dedicado a Moçambique (29 de Agosto de 1995)

Depoimentos do general Joaquim Miguel Duarte Silva[1], coronel José Pinto Ferreira[2], tenente-coronel Aniceto Afonso[3] e Nuno Brederode dos Santos[4].

General Duarte Silva: Julgo dever dizer-vos porque é que aqui estou: a minha relação com África que não é tão pequena como isso. Fui para África aos 23 anos, numa missão ainda folclórica, embora como ajudante de campo duma pessoa fora de série, profundamente conhecedora de África, que desempenhou em Moçambique praticamente todas as funções, assim como na Guiné e em Macau. Isto quer dizer que, naquelas grandes viagens - nas inspecções, não andávamos de avião, andávamos na picada -, conversou muito comigo, ou por outra, ele falava e eu ouvia. Mais tarde, fiz uma comissão em Angola, já em tempo de guerra, uma comissão que a princípio parecia normal, isto é, 2.º comandante de um batalhão. Mas, ao fim de cinco meses, fui convidado, um bocado de faca ao peito, para conceber, organizar e aplicar uma coisa que poucos sabiam o que era e em que alguns falavam - as chamadas Tropas Especiais. Não tinham nada nem de tropa, nem de especial. As tropas especiais eram os elementos de um grupo dissidente da FNLA, as [MAI?]. Foi combinado, a níveis por vezes não muito limpos, que

[1] Joaquim Miguel Duarte Silva (n. 1924 – m. 2007): Oficial de Cavalaria. Comandante Operacional de Defesa de Cahora Bassa.
[2] José Pinto Ferreira: Oficial Pára-Quedista. Comandante dos Grupos Especiais de Pára-Quedistas (GEP).
[3] Aniceto Afonso (n. 1942): Oficial de Artilharia. Fundador do MFA de Moçambique. Em Setembro de 1973, foi colocado na CHERET – QG/RMM, em Nampula.
[4] Nuno Brederode dos Santos (n. 1944): Formado em direito. Oficial miliciano em Nampula no 25 de Abril de 1974.

passariam para o nosso lado. Teoricamente ficariam a combater dentro do nosso território contra os chamados terroristas. Antes de mais nada eu queria pedir desculpa por uma coisa: eu falo com as palavras com que sempre falei, os pretos são pretos, os terroristas são terroristas e não estou com essas partes de fugir às palavras a que estou habituado. Portanto, esse grupo que era as MAI teoricamente combatia dentro do nosso território, como se nós o ignorássemos, e combatia no Zaire contra a FNLA sem ser ligado a nós. É claro que depois se provou que isto era tudo fantasia.

Mais tarde, voltei a Angola num batalhão normal, estive em quadrícula em Zemba e depois em intervenção a partir de Luanda. No que julgo que interessa, estive primeiro, em Dezembro de 1973, comandante do CODCB (Comando Operacional de Defesa de Cahora Bassa), sobre o que posso responder a todas, ou quase todas, as perguntas. Depois, pouco antes do 7 de Setembro, ou julgo que mesmo no 7 de Setembro, quando houve aquelas sensaborias em Lourenço Marques em que andaram aos tiros aos pretos por causa do Rádio Clube e não sei que mais, o então coronel Egídio que estava em Tete teve de ir para Lourenço Marques e eu avancei para Tete. A missão não foi alterada, isto é, continuámos em guerra, mas já a meio vapor até Setembro. No dia 7 de Setembro, recebemos ordem para deixar entrar a Frelimo. A partir daí, vivemos (eu vivi) até Fevereiro de 1975 em companhia da Frelimo, companhia respeitável e respeitada. Devo dizer que o meu contacto com a Frelimo começou pelo comandante José Moyane[5], que a seguir foi governador de Vila Perry e, mais tarde, de Lourenço Marques. Depois houve um pequeno pormenor: matou a mulher e desapareceu da circulação. Mas o comandante José Moyane, logo no primeiro dia, começou por me tratar por camarada, e eu julgo que não há nada como explicar as coisas desde o primeiro dia. Eu expliquei-lhe que não era camarada

[5] Comandante da Frente de Tete.

dele de parte nenhuma, nunca tínhamos comido juntos, se ele julgava que eu era do 25 de Abril, não era, se julgava que era do MFA, não era, portanto que nos respeitássemos muito um ao outro. Eu era o senhor comandante, ele era o senhor comandante e vivemos como Deus com os anjos até Fevereiro de 1975. Devo dizer que era uma pessoa fora de série (no resto, olhávamos para ele, [estava] cheio de tatuagens na cara, no pescoço, nos braços). Mas, no aspecto humano, era uma pessoa muito interessante, que me facilitou, e eu também lhe facilitei, muito aqueles meses que estivemos juntos. Eu procurei o mais possível ajudá-los com vista ao futuro. A coisa talvez tenha dado um certo resultado, porque em Tete nunca houve problemas. No entanto, há muitos pormenores. Posso contar-vos histórias que nunca mais acabam relacionadas com Cahora Bassa e também sob o ângulo por que eles viam as coisas, que era muito diferente. Uma pessoa não vem da mata para entrar numa vida normal. Inclusivamente vinham com ideias de resolver os problemas entre eles a tiro. É claro que eu consegui talvez que se evitassem algumas sensaborias, especialmente porque eram na minha frente, e eu não podia permiti-las de maneira nenhuma. Portanto, politicamente, em relação ao estado geral de antes do 25 de Abril, o imediatamente antes, não havia estado geral o que era absolutamente normal. Eu não tive qualquer bichinho de orelha quanto ao que se viria a passar. Os oficiais têm de pôr a mão na consciência, estavam enganados. Antes de ir para Cahora Bassa, eu era comandante do Regimento de Cavalaria 7, aqui em Lisboa. Era o regimento dos carros de combate, era um regimento muito ambicionado para efeitos revolucionários. Inclusivamente um dia um oficial veio dizer-me que tinha tomado parte numa reunião de oficiais, calculo que fosse a de Évora, e foi o único contacto que tive. Na realidade, recebíamos papéis, envelopes não assinados com documentação não assinada, mas no fundo era relativa a um

problema corporativo, eram os capitães que eram espúrios, os que tinham estado na Academia Militar, os que não tinham, mas que nada tinha a ver com o que depois se [passou].

Eu tive conhecimento da revolução do 25 de Abril em Cahora Bassa. Um dia cheguei à base, às 9 da manhã, quando regressava de uma operação, e o meu chefe de Estado Maior disse-me: «Comandante, há qualquer coisa na metrópole». Eu perguntei-lhe: «Qualquer coisa, como?» «Uma revolução, parece que o Presidente da República foi deposto, está o general Spínola a exercer as funções, a Constituição foi suspensa, há um programa do MFA…». E eu disse-lhe «Oiça – ainda por cima ele era um homem das electrónicas -, grave tudo o que houver que é para a gente depois tirar conclusões». Para quem está a 9 ou 10.000 km de distância, para quem foi apanhado de surpresa, não é fácil tirar conclusões. A Constituição deixou de haver, o Presidente deixou de haver… Então o que é que eu faço? Eu tenho um juramento (como todos nós, oficiais, tínhamos) e estou quase como o alcaide do castelo de Coimbra, que teve de ir levar as chaves ao D. Sanches, lá a Toledo. No entanto, havia umas certas garantias. Uma das garantias que eu tinha, na altura, era o general Spínola, que era uma pessoa que eu conhecia bastante bem (afinal não o conhecia tão bem como isso). [A outra], o Programa, que eu vi com atenção. E pensei: «Sim, senhor, isto provisoriamente é um programa aceitável». Simplesmente, mais tarde, numa reunião na televisão perante milhões de portugueses, vim a saber pela boca de um dos homens da Junta de Salvação Nacional [JSN], que havia dois programas do MFA: um para os parvos, que éramos nós, que era a nação de uma maneira geral; e um outro para ser executado. De resto, isto está comprovado, foi o sr. almirante Rosa Coutinho que o disse. Portanto, era este o panorama antes do 25 de Abril.

Depois do 25 de Abril: nós continuámos em guerra, não nos podemos esquecer que as operações só foram suspensas em Agosto. E mais:

suspensas com grande dificuldade técnica (é da técnica que aqui estou a falar, não é da política) porque, mesmo nas guerras, chamemos-lhes entre aspas civilizadas, às vezes é muito difícil dizer que no dia tantos, às tantas horas, acabam os tiros. Há o armistício, não sei que mais, e às tantas horas acabam as acções… embora a gente veja que ninguém acredita [verdadeiramente] nisso, como se pode ver pela Bósnia. Numa guerra como aquela que nós travávamos, e digo guerra entre aspas, se calhar a maioria das pessoas que aqui [na metrópole] estavam não sabia que nós, teoricamente, não estávamos em guerra, a ponto de, nos nossos relatórios, não podermos dizer que fazíamos prisioneiros, mas sim capturados. Mas a realidade é que estávamos em guerra. Numa guerra daquelas é muito difícil o cessar-fogo. É tão difícil que sucederam vários casos que a maldade das pessoas ainda não permitiu que se esclarecessem e que convinha serem esclarecidos, porque está a honra de muita gente em jogo. Um deles por exemplo é o caso de um alferes que recebe a ordem para acabar com as acções de fogo. Esse alferes cai com o seu grupo de combate numa emboscada. Tiros para lá, tiros para cá. Além dos tiros, havia sempre um folclore de palavrões, dirigido a cada um, à família de cada um, aos que estavam na metrópole. Mas o alferes, no meio daquilo tudo, conseguiu-se fazer ouvir e dizer aos do outro lado: «Olha lá, já acabou a guerra, nós estamos aqui estupidamente.» Ao que outros respondiam: «Está bem, vai enganar outro». Enfim, calcula-se o que se passou. O alferes combina com outro: «Então vai-te informar junto dos teus chefes e no dia tal encontramo-nos aqui.» E no dia tal encontraram-se. É claro que o [fazem] ainda com todas as seguranças e não houve desconfianças. Não entraram em contacto: «Mas, olhe, ainda não tenho contactos nenhuns, os nossos não fizeram fogo…» À terceira ou quarta vez, estava já tudo aos abraços. É dos nossos soldados, isto é assim mesmo. Simplesmente, nessa

altura, foram desarmados, porque os nossos estavam de boa fé e os outros não. Isto aparece depois como um grupo de combate que foi desarmado, que entregou as G-3 ao inimigo. Mas mais importante do que isto (talvez o coronel Pinto Ferreira esteja em melhores condições de explicar), foi o que se passou com uma companhia no Norte, em Omar. É que, no fundo, o caso é semelhante: entram em conversações, muitas confianças, muitos abraços e, a certa altura, foram desarmados. É uma coisa absolutamente possível, mas simplesmente aí deu como resultado que, durante as conversações de Lusaca, um dos argumentos do Samora Machel para o Dr. Mário Soares foi o de que a nossa tropa já não se batia. Com certeza que a nossa tropa no dia 7 de Setembro não era a mesma que no dia 26 de Abril. Eu digo 26 e não 25 intencionalmente, porque a seguir ao 25 de Abril, aqui fez-se tudo para dar cabo da tropa. Na descolonização, entrou o factor político a funcionar e o «nem mais um soldado para o Ultramar». Eu julgo que ninguém podia discutir ou preparar uma descolonização inteligente, tipo Namíbia, numa posição de fraqueza. Mas isso é uma conversa mais comprida. Estou à disposição para as perguntas que me queiram fazer. Não tenho mais coisas preparadas.

Luís Salgado Matos: Seria possível falar dos efeitos das relações com a Igreja em Moçambique e nomeadamente da lógica de denúncia dos massacres reais ou supostos do Exército português? Em que medida é que lhe terá tocado se é que lhe tocou.

General Duarte Silva: Quando eu lá cheguei, já tinha havido Wiryamu, de que se fez tanta conversa. Para nós militares, e não nos chamem brutais, Wiryamu é um caso como muitos outros. Ninguém fala agora dos casos da Bósnia e [outros por] esse mundo fora. É lamentável o que se passou, mas sucede em todas as guerras. Por exemplo, quando eu já era comandante do CODCB, tive um aldeamento – não sei se sabem que o GPZ [Gabinete do Plano do Zambeze] tinha toda a região de Cahora Bassa organizada em

aldeamentos que, de resto, eram um exemplo de convivência e de ajuda à civilização… Um deles era o Nhacambo que era relativamente próximo de Cahora Bassa e Tete. Eles fizeram um assalto, nós só lá tínhamos um soldado (eram uns tipos formidáveis, eram os enquadrantes, havia as milícias nesses acampamento, normalmente cerca de 24, e havia uns brancos que se ofereciam para viver sozinhos no meio daquela gente toda, eram chamados os enquadrantes). Esse enquadrante portou-se brilhantemente, gastaram as munições todas, ele encravou as metralhadoras, encravou o morteiro de 5 cm., e no fim teve de retirar, isto é fugir. Isto da televisão tem as suas vantagens: esteve inclusivamente escondido num ribeiro a respirar por uma palhinha porque foi perseguido por aquela gente toda. Com a brutalidade que eles fizeram dessa vez, numa região muito perto do Nhacambo, ninguém se importou. Eu, a primeira coisa que fiz foi mandar mensagens para a Igreja, para a Cruz Vermelha, para todos os que tinham sido tão cuidadosos no que diz respeito a Wiryamu. Só lá me apareceu o homem da Cruz Vermelha. E, é claro, foi comentado nos jornais sul-africanos. Pouco tempo depois houve um incidente em Nhassango. Aí tiveram azar, porque nós já estávamos a calcular que eles lá iriam e portanto daí saíram-se muito mal. A gente vê é que uma coisa era a brutalidade de um lado... É claro que nós não podemos ser como eles, é suposto sermos civilizados, mas ninguém reparava quando eles o faziam.

No que diz respeito a relações com a Igreja, também tive. O meu comando, o CODCB, era a 30 km de Cahora Bassa, do Songo, era ao sul. O Songo era bom demais e eu não queria que me sucedesse o mesmo que ao Aníbal com as delícias de Capua. Um dia aparecem-me à meia-noite, na minha base, o chefe da Polícia, o comandante do Songo e o homem da DGS, e todos os missionários da missão que estava em Cahora Bassa, que era de cambonianos (eram frescos!).

Aparecem-me lá com o padre José Vila Lobos, que era o chefe da missão. E eu perguntei: «Então ó sr. padre Vila Lobo, o que é que se passa?» Ele respondeu: «Nós não estamos em segurança em Cahora Bassa, vimos pedir protecção e que nos ponham em Tete, amanhã, se possível». Tete estava a 125 km. E eu perguntei aos responsáveis pela segurança: «Então o que se passou?» O que se passou é que um grupo de civis pretos, os tais que faziam a coisa ao contrário, cercou a missão e partiu dois vidros: um com uma pedrada e outro com um braço no meio daquela confusão toda. «Mas estes senhores, os missionários, correm ou não perigo?» «De maneira nenhuma, está tudo controlado, sempre esteve controlado.»

Falha na gravação.

«Então vamos combinar uma coisa, o senhor vai aí agora escrever-me uma carta, a pedir para eu o pôr em Tete, diga na carta as razões que quiser, e eu mando-o pôr em Tete». Ele começou a dizer: «Então, mas eu estou a falar…» «Meu caro amigo, o senhor aqui está a falar e diz-me uma coisa. Quando chegar a Itália, põem-lhe um microfone à frente e a televisão atrás e você diz tudo o que eles querem que diga. Portanto, ou escreve a carta ou eu não o mando pôr em Tete.» O homem escreveu a carta. Havia um outro que era um tal Cláudio Crimi, que era um triestino, que era um verdadeiro malandro e lá o convenceu a escrever a carta. Ele escreveu e eu disse: «Pronto, a partir de agora, estão debaixo da minha protecção.» Mandei o resto do pessoal para o Songo, fiquei com eles lá e pu-los em Tete. Claro está, um mês e meio depois, chegou lá uma revista que havia, *Negrizia*, em que vinha lá ele a dizer que tinha sido obrigado a escrever uma carta. Uma coisa ridícula, ninguém o obrigou. Portanto, as nossas relações com a Igreja eram assim, mas não só. Por exemplo, eu sabia que o bispo de Tete, o actual bispo de Castelo Branco e Portalegre, tinha relações com a Frelimo. Eu dizia-lhe: «Ó sr. D. César Augusto, eu reconheço que o

vosso papel é muito difícil numa guerra destas, mas olhe que eu estou aqui e tenho muitas vidas à minha responsabilidade, eu não colaboro nos seus problemas, tome cuidado, porque eu trato-o como aos outros.» Eu sabia que ele tinha relações… a DGS estava lá mesmo para isso. A DGS foi o nosso grande auxiliar, a nível militar e no bom sentido. Nunca foi preciso serem torcionádos e se foram foi lá por conta deles. E nós também tínhamos o nosso serviço de informações. Ou seja, não se anda pelo mato em África sem se dar por isso.

Ainda em relação a pessoas ligadas à Igreja, uma vez fui informado que uma freirinha lá dos cambonianos, justamente de Nampula, ia aos aldeamentos e fazia comícios. Ela estava na sua ideia: «Esta terra é vossa, eles estão aqui a mais.» E depois levava também daqueles produtos que a gente queria evitar que chegassem aos terroristas. Vieram-me dizer isto e eu disse: «Sim, senhor, então está bem. Então as freiras continuam a ir aos aldeamentos, mas vão sempre acompanhadas de um jipe, dentro do jipe vai sempre pelo menos um homem que saiba falar a língua da região e que nunca está a mais de 30 metros das freiras». Daí a uns dias, aparece-me lá a freira, a irmã Maria Luísa (era o nome religioso e ela apresentou-se com o outro nome), era uma freira espanhola de Valladolid, por sinal bem bonita. E ela começa a dizer: «Sr. comandante, nós assim não podemos cumprir a nossa missão, vai sempre um jipe connosco, a gente não pode estar à vontade». E eu disse-lhe: «Irmã, eu sei que há uma irmã Maria Luísa que faz isto assim, assim e assado.» Era ela própria, tinha-se era apresentado com outro nome. «E, é claro, a irmã Maria Luísa quer ir para o céu, mas não vai à nossa custa, porque nós também temos de cumprir a nossa missão.» De maneira que estes eram os contactos que tínhamos com a Igreja. Um outro [episódio] interessante. As pessoas estão sempre a falar: «Coitadinhos, coitadinhos…» O que é facto é que esses coitadinhos

nunca tiveram fome enquanto nós lá estivemos. Tínhamos uma missão em Estima, também de cambonianos, onde havia um missionário daqueles à antiga, com barbas até metade da barriga, o sr. padre Ferrer. Eu ia à missa, falávamos sobre as dificuldades da alimentação, porque nós é que distribuíamos a alimentação. O ano agrícola nesse ano [tinha sido] formidável e eu disse: «Ó sr. padre Ferrer, ao menos este ano não vamos ter problemas, o pessoal não vai ter problemas.» E ele lá do fundo da sua sabedoria disse: «Ó sr. comandante, vai ser exactamente o mesmo.» «Ó sr. padre Ferrer, então já nem o senhor acredita?» «Sabe o que é que vai suceder?» Ali a região é de milho, não é mandioca. Lá, na outra costa, é que há mais mandioca. «Olhe, eles vão comer tudo o que puderem. O que não puderem comer, destilam e bebem». E assim sucedeu. E nós lá andámos no fim a distribuir milho como nos anos anteriores. Havia missionários e havia missionários. Havia uns a dificultarem a vida, mas eu compreendo que a missão deles não era fácil.

Manuel de Lucena: Eu gostava de pedir que fossem referindo o desenvolvimento, na medida em que tenham conhecido, das relações entre os militares e as forças que aparecem no território, os ecos de cá, lá, etc.

General Duarte Silva: Eu estou a falar ainda do CODCB, porque depois, quando vou para Tete, então já tenho relações com o MFA.

Coronel Pinto Ferreira: Eu estou um bocado aflito sobre o que vou dizer. Depois desta brilhante demonstração de memória do sr. general Duarte Silva, meu velho amigo, fomos contemporâneos na escola, andámos muitas vezes à saraivada um ao outro… Eu não tenho esta memória, até porque, nestes trinta e um anos que passaram desde que estive em Angola e em Moçambique em 1974, eu tenho procurado esquecer tudo o que lá passei: na guerra, na descolonização, e na colonização também. Eu considero importante citar isto. Eu fiz quatro missões em África: em Angola, na Guiné, em

Cabinda e depois em Moçambique. Sempre em comando de tropas, sempre, não no ar condicionado, como nós chamávamos aos que estavam no quartel-general onde a temperatura era fresca. Comecei em Angola. A minha primeira missão foi em 1946. Estive em Angola de 1946 a 1948. Durante a guerra de 1940-1945, houve sempre em Angola um batalhão expedicionário. Era um batalhão de soberania e simultaneamente estava preparado para fazer a defesa de Angola se o Hitler resolvesse atacar. O batalhão tinha cerca de 400 homens. A defesa contra as tropas alemãs em Angola devia ser uma coisa bonita…

Risos.

Nessa altura tive oportunidade de ver perfeitamente o que foi a nossa colonização em Angola.

Esta é primeira vez que falo. Eu considero que nós temos andado um bocadinho ao contrário. Andamos a estudar a descolonização [feita pelo] nosso país, quando acho que é fundamental começar por estudar a colonização.Não podemos compreender a primeira sem compreender a segunda. E a nossa colonização foi, pura e simplesmente, uma vergonha, começando por aquela máxima do «país uno e indivisível do Minho a Timor» e acabando noutras coisas. Uma mentira do princípio ao fim.

Posso dizer assim de repente que eu estava com um batalhão em Angola, era alferes nessa altura, o batalhão estava em Nova Lisboa, no Huambo, eu estava numa companhia destacada nos arredores de Luanda, onde é hoje o campo de aviação. Havia um quartel novo que tinha sido feito para o batalhão. […] E volta e meia, havia um barco no porto de Luanda que embarcava trabalhadores para São Tomé, "voluntários"… Simplesmente enquanto estavam no barco, na ordem de serviço da minha companhia, rezava o pessoal de serviço, o oficial de dia, o sargento de dia, o cabo da guarda: «Guarda aos voluntários para São Tomé.» Os voluntários tinham de ser guardados para não

fugirem. Isto era um dos aspectos da nossa colonização, mas eu posso contar mais. Como é que se pode fazer uma descolonização bem feita se a colonização foi péssima? Fala-se hoje de corrupção neste país. Não fazem ideia da corrupção que existia nessa altura em Angola (não falo de Moçambique nem da Guiné, que não conheci nessa altura), nomeadamente em Luanda Nessa altura, Angola era Luanda, mais nada, o resto era mato. Este é um pequeno intróito relativamente ao problema da descolonização. Eu até percebo porque é que não se faz o estudo da colonização. Será talvez pela mesma razão que aparecem várias pessoas a falar de descolonização de uma maneira que pretendem, com a descolonização, tapar tudo o que de errado se fez com a colonização e nada mais do que isso. […]

Depois disto, estive na Guiné, de 1966 a 1967, também no comando de um batalhão. Estive em Cabinda, de 1968 a 1970, também no comando de um batalhão, que era o batalhão de Cabinda, todo constituído por naturais de Cabinda - só tive pretos nesses dois anos, dei-me muito bem com eles, eram uns homens extraordinários, uns militares extraordinários. Só os oficiais, os sargentos e alguns especialistas é que eram brancos. O resto era tudo negro, naturais de Cabinda. Até porque eles negavam-se a fazer parte das tropas de Angola. Iam para Angola fazer tropa e desertavam; a solução foi fazer um batalhão deles em Cabinda, com instrução em Cabinda. Só faziam guerra em Cabinda e aí eles estavam à vontade.

Mais tarde, de 1972 a 1974, estive a comandar um batalhão no Fingoé, acima de Cahora Bassa e do Zambeze […]. Depois vim para baixo e, para mal dos meus pecados, fui escolhido para comandar o CIGE (Centro de Instrução de Grupos Especiais), que tinha os GEs, os chamados Grupos Especiais, e os GEP's, Grupos Especiais de Pára-quedistas, os únicos pára-quedistas negros do nosso Exército. De resto, nunca fazíamos operações com pára-quedistas – de resto, as nossas tropas de pára-quedistas em África foram sempre tropas

normais de Infantaria, no terreno e não através de lançamentos por avião.

Conto principalmente com as vossas perguntas para me relembrar de tudo isto que se passou. Como não estava a fazer história, passei estes anos a tentar esquecer isto tudo. A parte boa que recordo é a camaradagem e solidariedade que tive com os homens que comandei, oficiais, sargentos e praças. Posso recordar agora porque entendo que será bom deixar [o meu testemunho] porque tenho ouvido muita coisa que não percebo. Aquilo que aconteceu o ano passado, todas aquelas mesas na televisão, todas aquelas reuniões com imensa gente [refere-se aos 20 anos do 25 de Abril]… dei por mim a dizer ao meu filho: «Eu nunca devo ter estado em África, eu não devo ter feito a guerra! Estão aqui a contar coisas que eu nunca vi. Nunca vi esta África, nunca vi estes pretos, nunca vi este militares. Ou sou muito burro ou então isto não foi assim.»

Manuel de Lucena: Gostaríamos de ter a sua experiência com as Tropas Especiais, antes e depois do 25 de Abril.

Coronel Pinto Ferreira: Bem, eu tive contacto com as Tropas Especiais em Cabinda. E em Moçambique estive com os GE's e os GEP's. Era uma tropa muito especial, bons militares, com uma boa formação dada basicamente por oficiais e sargentos pára-quedistas. Era uma tropa que tinha uma actuação muito especial. Embora houvesse o CIGE, que era o centro de instrução dos grupos especiais, não era propriamente o CIGE que as comandava. Essas tropas eram entregues às unidades em toda a quadrícula em Moçambique. Os GE's estacionados nas zonas dos batalhões e os GEP's eram destacados para determinadas operações que os batalhões precisavam de realizar. Eram homens negros, ao fim ao cabo lutavam contra os seus irmãos. Para nós aqui é talvez um bocadinho difícil perceber isso, porque esta ideia de irmãos que nós temos é uma ideia muito diferente da dos negros. Lembro-me sempre da Guiné, havia

não sei quantas etnias, que são totalmente diferentes. Não se pode misturar um fula com um manjaco, ou um mandinga, ou um balanta ou bijagós… São totalmente diferentes, até fisicamente… a maneira de viver, de ser, de reagir… Até a combater são totalmente diferentes. Os felupes, por exemplo, eram homens que faziam luta por nós e recusavam armas de fogo – lutavam com arco e seta. E lutavam contra o PAIGC, fundamentalmente porque entrava no "chão" deles. E eles lutavam contra eles [do PAIGC] e abatiam-nos à seta e cortavam-lhes a cabeça depois (era o que tinha sido estabelecido por eles). E não aceitavam a nossas armas de fogo, não aceitavam G3. Estes homens GE's GEP's, etc., que lutavam connosco… Pode-se perguntar um bocadinho porque é que lutavam. A ideia lançada é que eles eram portugueses. Claro que não, eles eram totalmente mercenários. A qualquer negro, em qualquer dos sítios onde eu estive, a melhor coisa que se pode dar é uma bonita farda, é uma arma de fogo, ou uma mulher. Eles adoram isso! Eles estavam na tropa, nos Grupos Especiais, tinham um belíssimo ordenado para o que ganhavam normalmente: nesta altura por exemplo, nas plantações na Zambézia, um negro ganhava 5$00 por dia, para trabalhar de sol a sol. Eles recebiam de longe muito mais do que isso. Tinham um belíssimo ordenado, uma belíssima farda, o negro de resto estava sempre melhor que o branco. Eu tive problemas com os brancos para andarem lavados, engraxados, engomados, etc., e com o negro nunca tive esse problema.

Havia nessa altura em Moçambique uma tropa especial cá em baixo, que tinha dificuldade em usar botas, porque tinham andado toda a vida descalços, eram homens muito grandes, de quase dois metros, com os pés muito grandes. E então engraxaram os pés e desfilavam assim. Voltando atrás, o preto gosta da farda, gosta de ter uma arma, tinha um ordenado. Eles vezes eram voluntários, os chefes eram voluntários, os GEs eram voluntários. Mas tinham na tropa uma

vida como não tinham na vida civil, onde não tinham nada. Ou então ia lá para a tal Zambézia trabalhar de sol a sol numa plantação de chá.

Manuel de Lucena: E depois do 25 de Abril quando começam a aparecer os guerrilheiros e quando começa a haver a retracção do dispositivo, essa tropa como é que é?

Coronel Pinto Ferreira: Nós não tivemos problemas. Eles mantiveram-se. Não houve problema, eles não têm ideia de Moçambique, de Angola ou de Cabinda. Eles têm mais a ideia étnica. Não mais do que isso. Na Guiné, por exemplo, o guerrilheiro do PAIGC era balanta, o fula já não era. Porquê? Porque o balanta era o homem que trabalhava a terra, o cavador (eles cavavam com uma espécie de pá)…

[Depois do 25 de Abril], eles mantiveram-se precisamente da mesma maneira. Ao fim ao cabo, à boa maneira portuguesa, estavam a viver do "tacho". E até com a ideia de que, depois da independência, eram capazes de ter problemas. Como tiveram, realmente, porque, estupidamente, a Frelimo não foi capaz de aproveitar aqueles homens, que tinham uma belíssima formação militar e podiam ser uma base para o Exército de Moçambique. Não aproveitaram e até houve problemas graves, houve homens que sofreram sevícias graves, alguns até foram mortos. Mas na altura da transição não houve problemas com eles, fardavam-se, andavam de um lado para o outro, era a mesma coisa. Essa ideia do Moçambique independente não lhes dizia nada. […] Com a mudança que houve daquele sistema todo, a reacção deles era ouvir, nada mais que isso.

Manuel de Lucena: E havia bastantes oficiais deles ou era quase tudo enquadrado por pessoal nosso, no caso de Moçambique?

Coronel Pinto Ferreira: Os GEs eram enquadrados normalmente por um alferes ou um furriel graduado em alferes, que era branco. Estavam junto do comando do batalhão, embora tivessem uma parte

separada onde viviam com as mulheres, os filhos, etc. Os GEPs tinham também uma existência totalmente diferenciada.

Fátima Patriarca: Os GEs e os GEPs em Moçambique não pertenciam a uma etnia específica?

Coronel Pinto Ferreira: Não. Não posso dizer que era em todo o Moçambique, era fundamentalmente naquela zona à volta do Dondo, o Dondo fica perto da Beira – era aí que estava a sede do batalhão. Alguns vinham de Lourenço Marques, mais evoluídos, porque havia GEP's… a maioria era negra, mas havia soldados brancos GEP's, naturais de lá, mas eram muito poucos. Quando começaram a fazer serviço militar, uma coisa que deu uns certos problemas aos brancos em Moçambique foi os filhos deles terem de fazer serviço militar e irem para a guerra. Estranhavam isso. Perguntavam se na metrópole já não havia rapazes brancos para ir para a guerra, porque é que os filhos deles tinham que ir. Isto passou-se, isto é autêntico. Voltando à sua pergunta…

Fátima Patriarca: Afirmou que essas tropas não tinham a ideia de Moçambique. Os GEP's de Moçambique eram de uma etnia específica?

Coronel Pinto Ferreira: Não, eram de várias etnias. De resto, o problema étnico em Moçambique, para mim, é diferente do problema étnico em Angola e na Guiné. Há uma maior diluição das etnias em Moçambique, o espaço é maior… não sei. Notei que as etnias eram mais diluídas em Moçambique do que em Angola e com a Guiné nem se compara. Era gente fundamentalmente [da zona] à volta da Beira e daquela zona toda, de Inhaminga, alguns de Lourenço Marques, mais evoluídos e que se prontificavam para ser voluntários. De resto, a maioria dos comandantes do pelotão, do grupo de combate, como nós chamávamos, eram naturais de Moçambique. […] Depois do 25 de Abril, eu vim embora em Agosto de 1974, praticamente em cima da independência, e não sei mais o que é que se passou.

José Pedro Castanheira: O 25 de Abril reflectiu-se imediatamente na actuação das suas tropas? Recebeu algumas instruções? Quando é que recebeu? Em que sentido?

Coronel Pinto Ferreira: É preciso ver que se o 25 de Abril aqui, [foi] aquela barafunda toda, em Moçambique foi semelhante. Pelo menos no sítio onde eu estava, foi. Na Beira foi uma grande confusão. Houve problemas com o novo governador, os brancos preocupados com os problemas que estavam a surgir em Inhaminga, onde houve uma confusão tremenda. O facto de a guerra ter chegado ali foi complicado, porque a guerra era lá em cima no Norte, era uma coisa muito longe, não chegava à Beira, nem a Lourenço Marques. Quando começam a surgir coisas ali perto, quando os guerrilheiros resolvem vir cá abaixo, tentar atravessar Moçambique… De resto, desde o início, com a minha sensibilidade militar, eu achava muito estranho, quando estava lá em cima em Tete, que me andassem a chatear lá em cima, no Norte de Moçambique, quando, olhando para o mapa, eu via que se partissem aquela coisa ao meio nós ficávamos numa imensa dificuldade, com uma cabeça militar em Nampula e uma cabeça civil em Lourenço Marques, só com a possibilidade de contacto através de navios ou através de aviões, nada mais do que isso. Nunca percebi muito bem porque é que eles faziam o discurso todo lá em cima e um dia descobriram isso e então resolveram descer. Também era importante para eles cortarem o Caminho-de-Ferro da Beira, que era economicamente muito importante. Como sabem, havia os produtos da Rodésia, da África do Sul, etc., para serem embarcados pelo porto da Beira.

José Pedro Castanheira: Os seus homens continuavam a lutar como se nada tivesse acontecido?

Coronel Pinto Ferreira: É preciso ver que, se o 25 de Abril aqui [foi] aquela barafunda toda, em Moçambique foi semelhante. Pelo menos no sítio onde eu estava, foi. Na Beira foi uma grande confusão. Houve

problemas com o novo governador, os brancos preocupados com os problemas que estavam a surgir em Inhaminga, onde houve uma confusão tremenda. O facto de a guerra ter chegado ali foi complicado, porque a guerra era lá em cima no Norte, era uma coisa muito longe, não chegava à Beira nem a Lourenço Marques. Quando começam a surgir coisas ali perto, quando os guerrilheiros resolvem vir cá abaixo, tentar atravessar Moçambique… De resto, desde o início, com a minha sensibilidade militar, eu achava muito estranho, quando estava lá em cima em Tete, que me andassem a chatear lá em cima, no Norte de Moçambique, quando, olhando para o mapa, eu via que se partissem aquela coisa ao meio nós ficávamos numa imensa dificuldade, com uma cabeça militar em Nampula e uma cabeça civil em Lourenço Marques, só com a possibilidade de contacto através de navios ou através de aviões, nada mais do que isso. Nunca percebi muito bem porque é que eles faziam o discurso todo lá em cima e um dia descobriram isso e então resolveram descer. Também era importante para eles cortarem o Caminho-de-Ferro da Beira, economicamente era muito importante. Como sabem, havia os produtos da Rodésia, da África do Sul, etc., para serem embarcados pelo porto da Beira.

José Pedro Castanheira: Os seus homens continuavam a lutar como se nada tivesse acontecido?

Coronel Pinto Ferreira: Não. Depois do 25 de Abril… Como é que lhe hei-de explicar? Numa guerra em Moçambique ou numa guerra em Angola (na Guiné é um bocadinho diferente porque é mais pequeno), fazem-se compartimentos estanques, porque as coisas são todas muito grandes. Eu estava, por exemplo, no meu batalhão e era uma entidade muito independente, dependia da ZOT [Zona Operacional de Tete], dependia do comando-chefe, em Nampula, de directivas que lá chegavam, papéis, rádios. Às vezes lá chegava uma visita, que resolvia ir lá por qualquer razão, normalmente era porque

queria ir mostrar-se, não mais do que isso, embora não fosse fazer nada. Havia uma independência muito grande nestas zonas. Portanto, essa independência de acção continuou a existir depois do 25 de Abril, com a agravante de que todos os problemas que surgem valem na realidade muito mais. Nós assistimos ao que se passou aqui: «Nem mais um soldado para as colónias» escrito pelas paredes em toda a parte. Até por pessoas que hoje têm posições dentro do Governo e que escreviam isso nas paredes. Isso criou problemas tremendíssimos em África, neste caso, em Moçambique. Nessas zonas de acção, dos batalhões, tanto quanto posso saber (não sei tudo o que se passou em todos os batalhões), de uma maneira geral, houve uma certa tendência, a partir daí, para uns certos contactos com a Frelimo. Tinha havido o 25 de Abril, tinha acabado a guerra praticamente, era preciso fazer contactos com eles e esses contactos eram muito individualizados. Eu próprio fiz contactos com a Frelimo, a partir do 25 de Abril, porque era preciso parar a guerra. O que não quer dizer que, entretanto, não tivesse continuado a ter, da parte do comando-chefe, acções de guerra que eram impostas às tropas. Mas, de uma maneira geral, as tropas não se recusaram a fazê-las, mas boicotaram-nas em grande parte, penso eu. Era matar homens estupidamente, a guerra tinha acabado, era preciso estabelecer relações com o inimigo.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

José Pedro Castanheira: Os seus homens, que há pouco referiu como sendo totalmente mercenários, entraram também nessa linha de conversações e de boicote?

Coronel Pinto Ferreira: O boicote não era feito pelos homens. O boicote era feito ao nível do batalhão ou até a outro nível. Depois do 25 de Abril, ainda houve acções de guerra que foram determinadas pelo comando-chefe. Algumas acções lançadas para a zona onde eu estava nessa altura foram boicotadas, o que era relativamente fácil:

era mandada fazer uma acção qualquer e bastava a aviação declarar que não havia aviões, e a acção não se podia realizar e a tropa não saía. Era fácil boicotar uma acção dessas.

António Duarte Silva: E a pressão das Forças Armadas [de Moçambique] no sentido de [haver] negociações com a Frelimo?

Coronel Pinto Ferreira: Houve acção de palavra. Logo a seguir ao 25 de Abril estabelece-se o MFA [em Moçambique]. Para completar [o depoimento] do sr. general. Eu pertenci ao MFA de Moçambique desde o início e tenho muita honra nisso. Portanto, a minha posição é totalmente diferente. O MFA estabelece em Moçambique as comissões coordenadoras, desde Nampula até cá abaixo a Lourenço Marques. Eu presidia à da Beira, por escolha. O MFA começou a ter uma certa acção no sentido de realmente se conseguirem contactos com a Frelimo e de se parar a guerra. Até porque começava a haver muita dificuldade em fazer a guerra.

António Duarte Silva: A ideia era só parar a guerra e cessar-fogo ou era também negociações com a Frelimo?

Coronel Pinto Ferreira: Não, não. O problema para nós, militares, naquela altura era parar a guerra. Para além das negociações que houvesse a fazer a nível superior, não havia razão nenhuma para haver mais mortes, a guerra tinha acabado, era preciso pará-la.

António Duarte Silva: Se os movimentos de libertação tivessem declarado estarem dispostos a continuar a guerra, as forças armadas portuguesas no terreno recusavam-se a combater?

Coronel Pinto Ferreira: Isso é muito difícil de responder. Como eu expliquei, a quadrícula em Moçambique, a colocação e a disposição dos batalhões, os terrenos que ocupavam, que eram muito vastos, tornavam difícil um controlo do comando-chefe, por exemplo. Cada unidade destas podia ter uma acção totalmente diferenciada. Dependia um bocado da acção do comando, de querer ou não continuar a guerra. Isso foi variável, porque desde as tropas que

estavam possivelmente interessadas em continuar a guerra até outras que se recusavam a fazer a mínima coisa, houve de tudo!

Eu lembro-me de uma companhia, comandada por um capitão, que por acaso era miliciano, que mandou uma mensagem rádio para o comandante da zona, declarando que não fazia mais guerra e nem saía do arame farpado para ir buscar abastecimentos. Nem sequer para ir buscar abastecimentos, nem sequer para ir buscar comida, «não saímos mais daqui». Portanto, houve de tudo, houve de tudo naquela altura. Dependia fundamentalmente de quê? Da acção do comando. Este capitão tinha uma pequena zona de acção e a sua companhia estava toda unida. Outras [zonas] tinham batalhões, era diferente. Dependia um bocadinho da maneira de pensar a guerra do comando que estava estabelecido naquele local. Nampula nesta altura tinha perdido muito a condução da guerra. A condução da guerra estava a fazer-se muito a nível local. Cada um quase que tinha a sua guerra.

António Duarte Silva: Qual era o papel do MFA nesse momento?

Coronel Pinto Ferreira: Eu posso falar do papel do MFA na Beira, porque foi o que eu conheci. E, nessa altura, andávamos de tal maneira afogueados com o que se passava lá, que nem tínhamos tempo para nos preocuparmos com aquilo que se estava a passar nas outras comissões coordenadoras, a não ser quando surgiam notícias escritas e que eram transmitidas. Ali na Beira, a confusão foi muito grande desde, por exemplo, o jornal principal, o *Notícias da Beira*, que pertencia ao eng. Jardim, com uma determinada linha que se estava a ver qual era, até aos problemas do porto e do Caminho-de-Ferro da Beira. Havia greves por tudo e por nada, todos os dias (os enfermeiros faziam greve, os médicos faziam greve, os homens do porto faziam greve, os pilotos aviadores faziam greve, os maquinistas faziam greve…). Tudo aquilo com um aspecto muito desorganizado, muito desorientado. A população civil, inclusivamente, fazia

manifestações à porta do Governo. Foi lá o general Costa Gomes e fizeram uma manifestação quando ele estava no Palácio do Governo, era uma situação muito confusa. E nós do MFA andávamos atrás daquela guerra, daquela guerra local, tentando resolver aqueles problemas todos. Lembro-me de que, a certa altura, o Caminho-de-Ferro da Beira estava parado, porque os fogueiros das máquinas do comboio se recusavam a meter carvão nas máquinas. Os fogueiros do Caminho-de-Ferro da Beira eram obrigatoriamente brancos, não podiam ser pretos. Os maquinistas não guiavam as máquinas se os fogueiros fossem pretos – isto já antes do 25 de Abril e depois continuou. Se não havia carvão nas máquinas, o Caminho-de-Ferro parava. E o caminho-de-ferro era fundamental. No porto da Beira, por exemplo, aquelas simples empilhadoras que funcionavam nos portos, só podiam manipuladas por brancos. Quando os brancos fugiram, desapareceram, foram-se embora com problemas, o porto da Beira praticamente parou. Aquilo não funcionava porque só os brancos é que trabalhavam com aquilo e os pretos não faziam ideia de como trabalhava. É um bocadinho difícil, nós aqui, compreendermos isso, porque é muito diferente.

Luís Salgado Matos: O comandante Corujo era o governador da Beira no 25 de Abril, não era?

Coronel Pinto Ferreira: Não. Era um militar de Infantaria, o Sousa Teles. Depois veio o Sousa Corujo.

[…]

Luís Salgado Matos: Em Tete era o dr. Canha e Sá, não era?

General Duarte Silva: Não. Era o dr. Manuel Portugal. Julgo que deve ter sido o último governador de distrito a ser substituído. Pelo menos, quando eu vim, em Fevereiro de 1975, ainda era ele o governador, ainda havia um Palácio do Governo com mesas de jantar de 24 pessoas e seis pretos a servir à mesa vestidos de branco, o que, de resto, a Frelimo apreciava muito.

Luís Salgado Matos: E esses governadores tiveram algum papel? É como se a autoridade tivesse deixado de existir nessa fase de transição.

Coronel Pinto Ferreira: Até certo ponto, sim.

General Duarte Silva: Em Tete, não houve nada disto. A partir do dia 7 de Setembro, quando eu fui para Tete, os entusiastas do MFA, que eram relativamente poucos, disseram-me no dia seguinte: «Meu comandante, hoje há uma reunião da comissão regional do MFA». «O que é que eu tenho a ver com isso?» «É que o meu comandante é presidente da comissão coordenadora regional». Eu disse: «Só sou presidente das coisas de que quero ser ou de que oficialmente tenho de ser; portanto, não contem comigo». Só houve essa reunião a que eu não fui, com duas pessoas, e nunca mais houve reuniões do MFA. Aquilo continuou tudo a funcionar como vinha do [período] anterior e àqueles que tentaram fazer política por conta própria, e que deixaram de combater por conta própria (que de resto foram muito poucos), eu apliquei a força do regulamento. Era para isso que lá estava. Os regulamentos não tinham sido alterados. Não tinha recebido pelas vias hierárquicas ordem para alterar nada, e nada se alterou.

Coronel Pinto Ferreira: Deixe-me só dizer uma coisa que pode ser importante para estabelecer a comparação. Tete, que eu conheci também, era uma cidade militar, onde havia alguns civis. A Beira, onde eu estava, era uma cidade civil, onde havia alguns militares. Portanto, as reacções foram totalmente diferentes num lado e no outro.

Luís Salgado Matos: Qual foi a última acção militar?

General Duarte Silva: Aqui, no papel que nos mandaram, de resto muito bem feito, nos jornais consideram-se acções militares coisas que são meros actos de banditismo: «Mataram uma fulana…» Coitada da fulana… mas faz-se um barulho enorme. Ora, nós estávamos numa guerra de guerrilha. A última grande acção da Frelimo, antes

do 7 de Setembro (eu digo 7 de Setembro porque é [a data do] Acordo de Lusaca em que, de facto, as coisas pararam), foi o ataque ao aldeamento do Nhassangue em que se deram muito mal.

Luís Salgado Matos: Qual é esse ataque?

General Duarte Silva: Esse ataque deve ter sido em Junho ou Julho de 1974. Depois vim de licença e durante Agosto é que cessaram as acções armadas da nossa parte. E acabaram por cessar também as da Frelimo. No entanto, quando tínhamos um comando, não conjunto mas paralelo, com a Frelimo, em Tete, todas as manhãs fazíamos um *briefing* em conjunto, a Frelimo e nós – o meu Estado-Maior e eu e o comandante Moyane e o Estado-Maior dele. Por sinal, foram pessoas que marcaram a vida de Moçambique e ainda lá estão, como o comandante Tai que é hoje o comandante-chefe de Moçambique. E não foi fácil. Eu tinha de compreender que não era fácil, de um dia para o outro, com gente armada, sem preparação, dizer-lhes: «Ó meus amigos, as armas não fazem lá nada». Aquela Frelimo que andava pelo mato fazia algumas acções de banditismo puro, não em unidades organizadas. Por exemplo, apanhavam-se com as armas, mandavam parar os automóveis na estrada, ali naquela zona de Niassalândia para a Rodésia, começavam por pedir um cigarro, depois um jornal, depois o relógio, depois o dinheiro… enfim, actos de banditismo puro. Até havia uma anedota com muita graça: a certa altura havia um rodesiano que trazia uma máquina de barbear - podia ser este microfone -, e eles diziam: «Ah, microfone, para falar com o Jardim». E ele dizia «Não, máquina de barbear para fazer a barba». Como ele não tinha electricidade não conseguiu provar. Um dizia que era um microfone, outro que era uma máquina de barbear. Quando eu dizia isto ao sr. comandante Moyane, ele dizia: «Ah, sr. comandante, tudo o que está mal é a Frelimo que faz, eles não mandam parar os carros». «Olhe que mandam». Houve depois uma prova provada, que podia ter sido bastante desagradável. Um dia, o

chamado general Mabote, que depois foi ministro da Defesa, foi a Tete, como de resto o governo da Frelimo estava constantemente a ir a Tete para ir a Cahora Bassa, porque aquilo tinha muita mordomia… Para já, ficavam no Palácio do Governador, onde eram tratados como nunca tinham sido na vida, nem voltaram a ser. E depois iam a Cahora Bassa, onde se estava muito bem, para os restaurantes, etc. E o comandante Mabote precisava de ir a Cahora Bassa (não precisava, mas quis ir) e eu meti-o no meu carro (não desfazendo era um bom 404 de injecção, que a PIDE me tinha deixado) e fui até Cahora Bassa com o comandante Moyane, o Mabote e com esse Tai. Fizemos o que tínhamos a fazer e viemos depressa para Tete porque o Mabote tinha de apanhar o avião para Lourenço Marques. Aí a uns 4 km de Tete, sai um rapaz da Frelimo impecavelmente fardado, de kalashnikov, e manda-me parar. Era um dos tais que mandavam parar os automóveis. E eu não parei. Não parei e o pior foi que quando olhei pelo retrovisor vi-o meter a escopeta à cara e catrapuz, um tiro! Nessa altura eu parei. Parei e vi que tínhamos sido atingidos num pneu. Com tanta sorte que ele tinha a arma em tiro-a-tiro; se tivesse em rajada aquilo tinha sido um caso sério. Tinha-nos atingido o pneu detrás, da direita. Eu disse: «Fomos atingidos por um tiro». Eles saltam do automóvel – o Mabote então que era um macaquinho deste tamanho e começa aos saltos: «Um exemplo, um exemplo.» E queriam limpar o rapaz ali no meio da estrada. Eu disse: «Eh lá! Exemplos sim, mas depois da independência. Agora quem manda aqui sou eu!» Portanto, não houve exemplo. Uma vez também, do Moatize, umas minas a 30 km de Tete para o lado do rio, veio a notícia, no tal *briefing*, de que tinham sido assassinados dois estudantes da Beira e que tinha sido a Frelimo (isto eram as minhas notícias). Tinha sido a Frelimo porque tinham sido encontradas cápsulas kalashnikovs e nós nunca usámos kalashnikovs. Eu disse ao comandante Moyane: «Olhe, foram dois rapazes assassinados na

Beira.» Ele respondeu: «Isso não pode ser, a Frelimo não fazia isso.» «Então mande averiguar.» Uns dias depois, perguntei: «Então, o que é que deram as averiguações?». «Eram de facto fardados como a Frelimo e com armas da Frelimo, mas se fossem verdadeiramente da Frelimo não faziam aquilo.» «Ah, bom. Então o que é que lhes fizeram?». «Bom, quem mata…» Eu disse: «Ó comandante Moyane, olhe que vocês já não estão na guerrilha, já não estão na mata, têm de usar outros processos.» Ele aí calou-me: «Então, sr. comandante, se fossem seus o que é que fazia?». Então aí eu enrolei-o com um sistema muito simples, com umas coisas em que eu não acreditava muito: «Bom, como era um crime, era sujeito ao julgamento pelo código de justiça militar.» «Mas nós não temos.» E eu dei-lhe um código de justiça militar. É claro que eu compreendo, até certo ponto. Aquilo estava tudo muito efervescente, as pessoas andavam com armas na mão e a disciplina não era grande coisa, especialmente dentro da Frelimo. Eles tinham a disciplina do guerrilheiro: matou, morre. E outras coisas assim no género.

José Pedro Castanheira: Quando é que foi esse primeiro encontro com o comando da Frelimo?

General Duarte Silva: Foi no dia 7 ou 8 de Setembro de 1974. Só quando houve paz oficialmente, claro. Se não, não havia conversa.

José Pedro Castanheira: Manteve esse regime de *briefings* quase diários até à sua vinda?

General Duarte Silva: Até à minha vinda. Mais, a certa altura, mandam-me dizer de Lourenço Marques, os jovens do MFA – eu respeito o MFA –, que eram jovens que faziam papéis, e que descobriram de repente o que era a disciplina, "a disciplina compreensiva", não sei quê não sei que mais, como é que se vivia (como se nós não soubéssemos isso há dezenas, há centenas de anos). Ainda estavam com aquelas ideias da propaganda, da disciplina do Salazar, do Estado Novo – crê ou morres –, ainda

estavam nessa infantilidade. De maneira que mandaram uns papéis a dizer o que é que devia ser a disciplina. Eu de início ainda respondia. Uma das coisas que me mandaram dizer é que aconselhavam, com a sua experiência, que os quartéis fossem comuns às nossas tropas e à Frelimo. E eu respondi: «A minha experiência é igual à vossa e diz-me exactamente o contrário. Cada macaco no seu galho, eles nos seus quartéis, nós nos nossos.» Bom, pareceu de propósito: uns dias depois tiveram um problema em Boane (um centro de instrução a 40 km de Lourenço Marques), tiveram um problema dos diabos com a Frelimo, como é natural, porque num içar da bandeira, os nossos puseram-se de pé, os outros não, levaram para a chacota e tal e a certa altura ia havendo sarilho dentro do quartel. Em Tete não havia isso. Eles estavam nos seus quartéis, de resto iguais aos nossos. Quando chegaram, entreguei-lhes quartéis, entreguei-lhes o material de aquartelamento, viaturas, que pouco tempo depois já não funcionavam – a última a acabar, em serviço do chefe, foi a ambulância. Eles iam dando cabo de tudo, mas isso o problema era deles. Eles de um lado, nós do outro. Fazíamos os nossos *briefings* e mais, havia mais uma coisa: as rondas em Tete eram feitas com dois Frelimos, dois do Exército, dois marinheiros e dois polícias normais. Portanto, quando era para dar a cacetada, dava o da cor e os outros ajudavam, porque se não havia sarilhos.

Manuel de Lucena: Eu passava agora a palavra ao tenente-coronel Aniceto Afonso. Além de estarmos à espera de um bocadinho de história do MFA, eu talvez lhe pedisse, na medida do possível, uma periodização. Há o 25 de Abril, em Julho há o encontro de Lusaca, há negociações com a Guiné. Como é que tudo se ia conjugando, a situação político-militar com o próprio MFA.

Luís Salgado de Matos: O general Costa Machado toma medidas para alterar o dispositivo para fazer frente à ofensiva da Frelimo…

General Duarte Silva: Em qual dos Eixos?

Luís Salgado de Matos: No eixo da Beira. Curiosamente, ninguém se referiu a essas medidas. Se pudesse…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Vamos primeiro a uma questão de arquivos, relativamente à documentação desta época, e depois vamos falar desta época. Queria fazer só um apontamento àquilo que se tem feito em Portugal no que se relaciona com a documentação da guerra colonial e da descolonização.

José Pedro Castanheira: Na altura, em 1974, era capitão?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Era capitão e estava na CHERETE, que é a Chefia de Reconhecimento das Transmissões. Nomearam-se em Portugal duas comissões para tratar da documentação da guerra e da descolonização: para o Exército, a CECA (Comissão de Estudo das Campanhas de África), para a Marinha, a COLORETE (Comissão de Localização e Recolha de Documentação). Inexplicavelmente, a estas duas comissões foram atribuídas missões bastante distintas. Enquanto ao nível do Exército, a missão principal era a elaboração de resenhas sobre a guerra, ao nível da Marinha, a missão era localizar e recolher documentação. É evidente que, do ponto de vista arquivístico, foi muito mais apropriada a missão que foi dada à comissão da Marinha do que à da comissão do Exército. Isso traduziu-se nos resultados. Enquanto a comissão da Marinha conseguiu localizar, reunir e recolher cerca de oitocentos metros de documentação relacionados com a guerra e a descolonização, do período de 1971 a 1975, a CECA recolheu do Exército (temos de comparar a acção do Exército com a da Marinha durante a guerra) exactamente os mesmos oitocentos metros, o que equivale a dizer que há imensas lacunas, em termos documentais, ao nível da história da guerra colonial e da descolonização. Há muita documentação que ninguém sabe onde está, há muita documentação que é já impossível localizar, e há muita documentação que foi efectivamente destruída, e aí não há nada a fazer. Por exemplo, os

arquivos dos batalhões, quando os batalhões regressavam à sua unidade mobilizadora, entregavam o seu arquivo à respectiva unidade. Esse arquivo permanecia na unidade mobilizadora durante um certo tempo, ao fim do qual devia ser transferido para o Arquivo Geral do Exército, como arquivo intermédio, e finalmente para o Arquivo Histórico. Ora, esse circuito documental nunca funcionou e, normalmente, quando eram extintas, porque houve várias remodelações, essas unidades mobilizadoras, esses arquivos levavam o destino de outros arquivos próprios dessas unidades: vir a camioneta, carregar, pesar e vender a peso. Temos hoje grandes lacunas, grandes dificuldades em refazer toda esta história.

General Duarte Silva: Não sei se se esqueceu, ou se é intencional não ter falado, porque isso eu vi em Angola, dos chamados diários da unidade.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Os diários da unidade são uma pequena parte do arquivo das unidades, porque são o resumo da actividade das unidades. Aí foi feito um esforço de recolha e o Arquivo Histórico possui hoje cerca de 70% das histórias das unidades mobilizadas, o que não sendo tudo é bastante significativo. Mas em relação aos arquivos das unidades, há documentação que é fundamental, como os relatórios de operações e tudo isso, que não estão na história da unidade. É uma lacuna imensa em termos de história, e ainda em termos administrativos porque hoje estão a ser reabertos inúmeros processos de pessoas que estiveram na guerra, feridas ou doentes, etc., e cujos processos estão a ser reabertos [para efeitos de reforma?]. E nós hoje nem temos os processos, nem temos forma de confirmar ferimentos em combate. Queria dar este apontamento negativo na parte da recolha ao nível do Exército, não ao nível da Marinha, porque aí julgo que os 800 metros de documentação serão suficientes para nos debruçarmos, durante muitos anos, sobre o que foi o papel da marinha na guerra colonial.

General Duarte Silva: Mas houve papel da Marinha?

Risos.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Por outro lado, há alguns arquivos que, felizmente, ainda se foi a tempo de salvaguardar. Há o Arquivo do extinto Depósito Geral de Adidos, que funcionava na Ajuda e que mobilizava todos que o eram a título individual. Isto é, aqueles que não iam enquadrados em unidades eram mobilizados através do Depósito Geral de Adidos. Esse arquivo está salvaguardado, já está no Arquivo Geral do Exército, assim como está salvaguardado e no Arquivo Geral do Exército o Arquivo da Repartição de Gabinete, que era o arquivo da repartição do gabinete do chefe do Estado Maior do Exército, um arquivo importante. Nenhum destes arquivos está tratado arquivisticamente, nem em vésperas de o ser. Talvez aconteça o mesmo que aconteceu ao Arquivo da Inquisição, que passados quase dois séculos da sua extinção, continua sem o adequado tratamento arquivístico. Esperemos que para estes não seja necessário tanto tempo, mas não estarão acessíveis por muitos anos à investigação. Entretanto, há alguns arquivos tratados sobre a guerra, principalmente os de que a CECA teve necessidade de encontrar e de recolher, de alguma forma, para fazer as suas resenhas. Falo por exemplo de PERINTREPS, de diários de unidades… Alguns dos documentos que foram reunidos pela CECA, e que foram transferidos para o Arquivo Histórico Militar, estão tratados arquivisticamente e só recentemente é que foram elaboradas normas para a sua consulta. Portanto, esta documentação está aberta ao público, [até] aquilo que está classificado como confidencial. Só temos ainda aberto ao público os documentos do início da guerra e o que está classificado como "confidencial". Tudo o que foi classificado "secreto" ou "muito secreto", que são os graus de classificação a seguir, só [é consultável] com uma autorização especial

do chefe do Estado-Maior. De acordo com as finalidades e os critérios do chefe do Estado-Maior, poder-se-á ou não ter acesso a esses documentos. Esta é uma questão inicial de que, como director do Arquivo Histórico Militar, não queria deixar de falar.

Agora, regressemos então a Moçambique. Em Moçambique, houve o Movimento dos Capitães como em todos os outros lugares: Angola, Guiné e aqui em Portugal. Iniciou-se com aquelas reuniões corporativas acerca dos problemas que surgiram, no verão de 1973, por uma razão muito simples: as reservas estratégicas de capitães estavam terminadas, não havia mais capitães. [A falta] de efectivos, em termos de soldados, podia-se colmatar com recrutamentos nos próprios teatros de operações (Angola, Moçambique e Guiné), e isso fez-se. No conjunto, cerca de 40% das tropas combatentes eram de recrutamento local, em Moçambique atingiam os 55%, sem contar com aquelas populações em auto-defesa, aquelas populações que estavam nos aldeamentos. Mas, ao nível dos quadros médios, isso foi impossível de colmatar com os recrutamentos locais. Portanto, as reservas que havia em Portugal esgotaram-se e, por isso, é que os milicianos são chamados segunda vez para irem comandar companhias. E, então, com esses decretos do Verão de 1973, são aliciados a frequentar um curso (pelo menos aqueles que já tinham feito uma comissão como alferes milicianos) de dois semestres para passarem imediatamente ao quadro. Digamos que foi isso que motivou esse movimento dos capitães, e que era de capitães porque os afectava, havendo [a esse nível] ultrapassagens por milicianos. Segundo o movimento dos capitães fazia constar, o curso de dois semestres, que substituía o curso que era de três anos, tinha falta de dignidade. Inicialmente o curso da Academia era de quatro anos. Esse movimento, ou antes, o pretexto para esse movimento funcionou, julgo que pela primeira vez, de forma global. Porque havia uma grande dificuldade das pessoas falarem dos seus problemas.

Todas as profissões têm problemas. É evidente que na tropa se costuma dizer que não há sindicalismo porque os chefes são os representantes e devem defender os seus subordinados. Mas a verdade é que, nessa altura, estes quadros médios estavam com graves problemas [causados] pelas mobilizações sucessivas e estavam também com esses problemas das ultrapassagens pelos oficiais milicianos, que faziam os cursos de um ano e ficavam até, segundo o decreto, com a antiguidade que tinham de milicianos. Portanto, era um bom motivo corporativo para tentar juntar pessoas. Isto sem dúvida que é um movimento que se justifica por si só, mas que também é aproveitado para pôr essas pessoas em contacto. Era praticamente impossível os oficiais do quadro permanente contactarem, porque faziam uma comissão num lugar e, quando desenvolviam os primeiros contactos, regressavam a Portugal, não ficando normalmente nos lugares onde tinham a sua casa, a sua família, indo para outras unidades dar instrução e, passados mais seis ou sete meses, iam para uma nova comissão. Portanto, esses contactos eram sempre muito difíceis de estabelecer. Quando a gente começava a estabelecer alguma relação, essa relação desfazia-se porque as pessoas iam e vinham muito frequentemente. Ora, aquele pretexto foi um motivo de contactos, para levar notícias, trazer notícias, fazer reuniões. Portanto, a um nível geral (em Portugal, Angola, Guiné e Moçambique), conseguiu estabelecer-se uma corrente de informações, de colocação de problemas, etc., que foi depois aproveitada para, ultrapassando a questão dos decretos, pôr outros problemas, como o da guerra. Isso não foi um passo fácil para o Movimento dos Capitães, porque participava bastante gente que era muito sensível à questão política e até à mudança de regime (o problema colocou-se a partir de Outubro, Novembro), e era muito sensível à questão colonial e à solução para a guerra colonial. E, se era possível arranjar consenso quanto à necessidade de mudar o

regime, fosse de que maneira fosse, era muito difícil arranjar consenso quanto à solução para a guerra colonial. Falar de negociações ou de independência era quase proibido nas reuniões, porque isso gerava sempre fracturas e havia sempre afastamentos imediatos quando se começavam a discutir esses problemas. E isso foi até muito tarde, foi mesmo até à reunião de Cascais. Ainda na reunião de Cascais, alguns militares não assinam o documento, porque entendiam que a solução do problema colonial não estava bem colocada. Isto foi de tal forma que nem o 25 de Abril resolveu esta questão. O 25 de Abril resolveu a questão da mudança de regime. De uma forma geral todos os elementos que se reuniam, que constituíam o Movimento dos Capitães e que se organizavam… [O Movimento] tinha uma estrutura interna, era uma estrutura clandestina, como não podia deixar de ser, mas existia… Esse problema da solução para a guerra transferiu-se para depois do 25 de Abril. Isto é, nem toda a gente depois do 25 de Abril aceitou, fizesse ou não parte do Movimento dos Capitães, e depois do MFA, a mesma solução para a guerra. E enquanto uns queriam pôr fim imediato à guerra, outros queriam que se respeitasse o tal Programa do MFA, o conhecido e não o outro anterior. Aliás, há de facto dois programas do MFA, um que é o real e outro que é o histórico, digamos assim, porque havia um programa que continha a tal alínea da autodeterminação e independência e das negociações e essa alínea foi retirada na noite de 25 para 26 por imposição…

General Duarte Silva: Em qualquer autodeterminação tem de se admitir a independência. É mesmo uma redundância. É como quando se diz um Estado democrático a caminho do socialismo. Se é democrático pode ser a caminho seja do que for.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Embora os dois conceitos não sejam coincidentes, a verdade é que ao obter a autodeterminação se

pode inferir… Se a autodeterminação era difícil de aceitar em termos de MFA quanto mais a independência…

Em Moçambique existiam, antes do 25 de Abril, essas comissões, constituídas normalmente por capitães e majores, e existia uma comissão centralizada em Nampula, que contactava com as comissões regionais que existiam em todo o lado. Eram comissões clandestinas e existia uma rede de transmissões entre elas. Nós contactávamos sempre através de mensagens com todas as comissões e tratávamos essencialmente desses problemas profissionais, corporativos. Por correspondência, tratávamos dos outros problemas que eram o reflexo daquilo que se ia passando em Portugal. Antes do 25 de Abril, o Movimento dos Capitães só tomou uma iniciativa em Moçambique, quando dos acontecimentos da Beira. A partir de 17 de Janeiro, houve os tumultos da Beira, em que a messe dos oficiais foi apedrejada, cercada, alguns oficiais foram feridos. E aí o Movimento dos Capitães em Moçambique tomou algumas posições: subscreveu um documento que foi assinado por algumas centenas de oficiais, pondo o problema relativamente ao que se estava a passar. Tomou depois uma outra medida, julgo que relativamente desconhecida: organizámos uma operação que tinha o nome de código «Zulu», que poderia pôr em causa, ou antes, poderia levar-nos a tomar uma iniciativa a partir de Moçambique. Não era muito consensual, mesmo no âmbito do Movimento dos Capitães, nem toda a gente estava de acordo. Mas, perante aquilo que acontecia no terreno e perante a reacção muito débil das autoridades, do comando-chefe, até mesmo do general-chefe do Estado Maior General, o general Costa Gomes (que esteve lá, ficou lá bastante tempo e visitou todo o território de Moçambique), perante toda essa hesitação em tomar atitudes relativamente às manifestações contra as Forças Armadas, planeou-se uma operação. Nem se sabia muito bem qual era a finalidade, mas era uma operação de alerta e de

acção conjunta de todos os elementos do MFA em Moçambique, sem que estivesse determinado ainda qual seria essa acção. Demos conhecimento disso a Lisboa e Lisboa disse-nos peremptoriamente: «Não há iniciativas nas colónias, nós estamos aqui e somos nós que centralizamos a acção.» Isto em finais de Fevereiro. «Nós estamos a preparar o Programa, estamos a preparar uma acção e somos nós que centralizamos e vocês deixem-se disso.»

António Duarte Silva: Há documentos disso?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Há. E nós, a partir daí, deixámos de tomar qualquer iniciativa. A única coisa que nós fizemos foi uma mensagem para todas as comissões regionais (tenho aqui o documento) e, através dessa nossa rede de transmissões, todas as comissões regionais nos deviam dizer se estavam ou não capazes e prontas para assumir o risco de o Movimento em Moçambique tomar uma atitude, ou realizar uma acção, que só poderia ser um golpe de Estado.

José Pedro Castanheira: A expressão utilizada…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não há outra forma de a apelidar. Isto nunca foi posto no papel, mas foi posto nas discussões e era o sentimento geral, porque não havia outra maneira de se fazer. A organização que existia era suficiente e tinha a capacidade para dar esse salto, enquanto em Portugal parecia ser tão difícil dar o passo. Isso vinha desde Dezembro [de 1973]. Nós já sabíamos que existia um *complot*, um grupo em torno do general Kaúlza de Arriaga, sabíamos que existia toda essa movimentação que, pelo facto de ter sido denunciada no dia 17 de Dezembro, nem por isso deixou de existir. Nós sabíamos isso. Sabíamos, por outro lado, que o general Spínola mostrava muitas hesitações, dizia-nos sempre para termos calma dado que ele dominava a situação e que iria tomar uma atitude. Nós não víamos, em finais de Fevereiro, que o Movimento tivesse em Portugal a pujança que nós [em Moçambique] gostaríamos

que tivesse, de modo a levar a cabo aquela alínea c) de Óbidos - a tomada do poder. Suponho que essa nossa divagação seria mais para impressionar o Movimento em Portugal do que para ser concretizada. Nós dávamos imediatamente conhecimento de toda a documentação elaborada, das respostas das comissões regionais dizendo-nos que estava tudo preparado, que quando quiséssemos podíamos avançar, e de tudo isso foi dado conhecimento aqui a Portugal, que imediatamente nos mandou parar com tudo.

António Duarte Silva: Há documentos escritos que digam para parar essas acções?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Eu não tenho esse documento mas recebemos a mensagem e recebemos os telefonemas. Foi assim. Esse documento deve existir, essa mensagem deve existir. Eu, infelizmente, embora procure ficar com a documentação, não tenho essa, tenho só a nossa e não aquela que nos foi enviada.

José Pedro Castanheira: Quem eram os vossos interlocutores em Lisboa?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Os nossos interlocutores eram a direcção do Movimento.

José Pedro Castanheira: Alguém em especial?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não. Eram o capitão Vasco Lourenço, o major Victor Alves e o major Otelo Saraiva de Carvalho, que eram a direcção do Movimento.

Luís Salgado de Matos: Tu disseste «A comissão em Lisboa mandou parar». É com aspas ou sem aspas?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, sim. Nós aceitávamos perfeitamente essa centralização, era indiscutível. A comissão de Lisboa era a comissão central do Movimento e era a comissão que decidia as coisas do Movimento, embora fosse pressionada por nós. Sempre que podíamos, pressionávamos, tanto antes como depois do 25 de Abril, mas aceitávamos sempre as directivas de Lisboa. Nunca

as pusemos em causa. Nessa fase dos acontecimentos da Beira, que foi a fase mais difícil para as Forças Armadas de uma forma geral, não só para o Movimento dos Capitães, achámos que foi muito tímida a reacção do Movimento dos Capitães. Aliás, os acontecimentos da Beira, julgo, funcionaram como um novo impulso para a reorganização do Movimento que levou depois à reunião de Cascais, que é decisiva, primeiro para o 16 de Março e depois para o 25 de Abril.

António Duarte Silva: Pela mesma altura passa-se mais ou menos o mesmo na Guiné.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim. Só que a Guiné não desarmou o seu esquema.

António Duarte Silva: Havia alguns contactos entre a Guiné e Moçambique?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Havia. Contactos directos entre Moçambique e Angola, contactos directos entre Moçambique e a Guiné.

José Pedro Castanheira: A ideia desse texto parte de um grupo, com certeza. Tem nomes?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Tenho, tenho. Eu vou dizer quem era a comissão. A comissão coordenadora em Nampula era o major Gabriel Teixeira, o major Tomé, o capitão Afonso (eu) e o capitão Melo de Carvalho. Tínhamos comissões regionais em Vila Cabral, Marrupa, Porto Amélia, Tete, Vila Perry, Beira, Dondo e Lourenço Marques.

General Duarte Silva: Já agora, por uma questão de curiosidade, quem era em Tete?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não sei, não sei.

Risos.

General Duarte Silva: É que deve ter sido só no papel.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, não. Tínhamos, sim!

General Duarte Silva: Pois olhe, sumiu-se!

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Meu general, nós temos mensagens da comissão de Tete.

General Duarte Silva: Está bem, mas fazer mensagens é fácil!

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Nem todos os lugares eram iguais. Como sabe, meu general, quando lhe disseram que também era do MFA ficou surpreendido por ser…

General Duarte Silva: Disseram-me imensas coisas e essa foi uma delas…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mas isso resulta talvez da nossa tentativa de compreender as dificuldades do processo que se seguiu ao 25 de Abril e de coordenarmos a acção do Movimento que era, sem dúvida alguma, uma coisa autónoma, diferente, no seio das Forças Armadas. Talvez não fosse nossa intenção que existisse e preferíamos talvez que não existisse, mas o facto é que existia uma organização no Movimento e existia a hierarquia. E essas relações não foram muito fáceis, mas foram mais difíceis nuns lugares do que noutros. Isso dependia da acção dos próprios comandantes e da acção das pessoas que representavam o MFA nos vários lugares. O facto é que, só quando o almirante Victor Crespo…

José Pedro Castanheira: Não é possível a gente ter um cheirinho da «operação Zulu»?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Eu tenho o documento aqui. Isto não está classificado porque na origem não foi classificado. E como, agora, mesmo os documentos confidenciais já podem ser consultados, este também pode.

General Duarte Silva: De resto, isso não é um documento. É uma coisa vossa, do MFA… nessa altura não era um documento classificado.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: É como todos…

General Duarte Silva: É uma carta particular…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Documento é porque ele foi feito na altura. Agora poderemos dizer: mas isso não teve efeito nenhum, não serviu para nada. Teve efeito em Lisboa que era, no fundo, o que pretendíamos. Quando eles viram este documento e quando eles viram as respostas das comissões regionais a dizer que «sim, senhor, estavam prontas para tudo», é evidente que o Movimento, que em Portugal estava meio adormecido no mês de Janeiro, a partir dos acontecimentos da Beira, se reanimou. Realizaram-se novas reuniões até que se preparou imediatamente a reunião de Cascais, que é a 5 de Março, logo a seguir aos acontecimentos da Beira. Tudo foi feito nesses dias, entre os acontecimentos da Beira e a reunião de Cascais. Portanto, o documento de Cascais não foi feito antes dos acontecimentos da Beira, foi feito depois e na sequência de tudo isto.

Manuel de Lucena: Tem ideia do mal-estar entre os colonos e as Forças Armadas em Moçambique?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isso é antigo. Eu não sou talvez a pessoa que mais pode falar disso, porque só fui em Setembro de 1973 para Moçambique. Mas aquilo de que me apercebia… Agora para contar uma pequena história, eu assisti aos *briefings* do quartel-general em Nampula. Uma sala de operações tem sempre ao fundo um mapa, com uma mica por cima, onde se escrevem as localizações das unidades, as operações, etc.… E o que acontecia de extremamente interessante era isto: como as operações eram só no Norte de Moçambique, o mapa era só a parte norte de Moçambique. Fui para lá em Setembro de 1973 e a verdade é que, todas as semanas, ou pelo menos bastante frequentemente, era necessário acrescentar mais uma fila de cartas em baixo, na parte Sul, porque o que ali estava já não chegava para assinalar todas as acções da Frelimo. Mês a mês ia sendo necessário pôr mais uma fiada de cartas e, a certa altura, chegava ao chão porque as acções da Frelimo chegavam a Vila Perry, ao caminho-de-ferro de Vila Perry, ao Chimoio

e aos arredores da Beira e à frente da Zambézia. A frente da Zambézia nunca chegou a ser aberta, isto é, não houve acções na Zambézia, mas nós tínhamos informações de que já havia infiltrações de guerrilheiros da Frelimo na Zambézia. Uma coisa que foi decisiva nesta situação militar (isto também se pode discutir, há quem diga que a guerra em Moçambique estava ganha) foi a introdução dos mísseis terra-ar, em Janeiro de 1974. A introdução dos mísseis *Strela,* que em 1973, na Guiné, tinha desequilibrado a relação de forças, deu-se em Moçambique a partir de Janeiro de 1974.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isto preocupava extremamente todas as pessoas, as Forças Armadas, a organização administrativa, etc., porque se supunha que seria para derrubar aviões comerciais ou para abrir uma frente que não podia ser aberta só com mísseis - teria que ser aberta primeiro com acções terrestres – ou, então, para cobertura de qualquer outra acção que a Frelimo preparasse, que afinal não veio a dar-se porque entretanto aconteceu o 25 de Abril.

Mas a verdade é que essas acções da Frelimo eram cada vez mais a Sul e, portanto, como já disse o sr. coronel, à medida que as operações iam para Sul, onde se concentrava principalmente a população branca – na zona da Beira, Vila Perry –, foi talvez aí a primeira vez que a população branca dessa zona sentiu que a guerra afinal existia em Moçambique. Até aí, julgo que não se apercebeu muito bem de que havia guerra em Moçambique. A guerra era lá muito para o Norte. E Moçambique era muito alongado e dificilmente a guerra chegaria lá.

General Duarte Silva: A culpa é do Mouzinho de Albuquerque. Porque a capital antes era [na Ilha de] Moçambique, depois passou para Lourenço Marques e havia um grande movimento para fazer a capital na Beira, que era onde devia ser. A Beira e Lourenço Marques eram o mesmo que o Porto e Lisboa ou Madrid e Barcelona.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, sim. E eu hoje também não percebo porque é que… Percebe-se que a estratégia da Frelimo tenha mudado só depois da operação "Nó Górdio", daquelas operações que se fizeram em Cabo Delgado e que, com a construção de Cahora Bassa, tenha mudado para Tete e que, pela defesa que o Exército português fez de Cahora Bassa, a alternativa tenha sido aprofundar a sua infiltração em direcção à Beira, a Vila Perry e à Zambézia. Mas eu continuo ainda hoje sem perceber porque é que a Frelimo não atingiu, não quis atingir antes ou não pode atingir antes o coração de Moçambique, que era de facto a Beira, aquele corredor Beira-Vila Perry, a linha férrea e a ligação à Rodésia.

Fátima Patriarca: Retomando a pergunta do Manuel [de Lucena], seria possível explicar porque é que os colonos brancos reagem contra, no fundo, quem está ali para os defender? O que é que sentiu que estava por detrás dessa reacção de hostilidade?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isso pode ter várias explicações.

General Duarte Silva: Eu tinha lá família e diria que os coca-colas sempre pensaram que a guerra era nossa, não era deles, o problema era este.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, sim. Talvez também nunca lhes tenha sido explicado, também nunca participaram.

General Duarte Silva: O instinto de conservação não precisa de explicações. Nós íamos daqui para lá, eles estavam sossegadinhos nas cidades, porque é que haviam de se arriscar?

Coronel Pinto Ferreira: Eu estava na Beira, quando foi o ataque à messe da Beira e vi os acontecimentos todos, do princípio ao fim. Quando eu cheguei à Beira, em 1973, a população não tinha qualquer noção da guerra que se estava a passar. Sabia que existia, mas não vivia no meio da guerra.

General Duarte Silva: Ao contrário de Angola. Os luandenses tiveram a guerra à porta, o pessoal de Luanda andou armado. A

guerra começou ali a dois passos de Luanda, eles sentiram a guerra desde princípio. Em Moçambique nunca sentiram no corpo a guerra.

[…]

Luís Salgado de Matos: É capaz de descrever a manifestação? Como eram os manifestantes?

Coronel Pinto Ferreira: Vou já explicar. Voltando um bocadinho atrás. Em 1972, quando eu estou no fim [da Comissão]… Estão a ver o mapa de Moçambique, lá em acima, aquela cabeça de cavalo, acima da Zambézia, acima do rio Zambeze… O meu batalhão tinha toda aquela zona, quase do tamanho do Alentejo e [eram] trezentos homens. A Frelimo passava por ali, cá para baixo. Eu, praticamente, não tive ataques aos meus estacionados. Eu tinha era minas anti-carro e anti-pessoal todos os dias, todos os dias. Tinha quatrocentos e tal minas anti-carro por ano e mais não sei quantas anti-pessoal, etc. com cabeças, pernas, braços, etc., cortados. Mas o que eles faziam eram a passagem e mais nada. […] Eu só tive um ataque ao meu estacionamento de Fingoé com foguetões terra-terra 122.

General Duarte Silva: Em Estima também.

Coronel Pinto Ferreira: Isso é depois. Isto foi logo em 1972. Portanto, aquilo era uma zona de passagem. Onde é que eles iam? Iam para o Sul.

General Duarte Silva: Passagem essa que teria acabado no dia 5 de Dezembro de 1974.

Coronel Pinto Ferreira: Lá em cima em Nampula pensava-se que eles iam a Cahora Bassa. Eles iam até Cahora Bassa e até Cahora Bassa não atacavam… Mas regressando à questão da messe da Beira: na Beira a calma era absoluta, era uma zona de comércio, toda a gente comprava de manhã à noite. […] Como é que surge este problema com os militares da Beira? Surge porque alguém montou uma manifestação contra os militares da Beira.

António Duarte Silva: Foi o Jorge Jardim?

Coronel Pinto Ferreira: Eu penso que sim. E com a ajuda da PIDE, com a ajuda da PIDE. Inclusivamente, quando estava lá dentro da messe, vim cá fora e o chefe da PIDE da Beira estava cá fora a olhar, a ver. A Beira, como já disse, era uma cidade civil, onde havia militares e onde havia uma messe, que era uma messe de passagem. Os militares que vinham da metrópole iam de avião até à Beira e ficavam na messe enquanto não tinham transporte para outro sítio qualquer. Para além disso, havia uns que ficavam lá. Havia os homens da Administração Militar, que também lá ficavam, os homens da Companhia da Polícia Militar, que também estavam na Beira e estavam lá instalados. Havia meia dúzia de oficiais que estavam lá porque trabalhavam na Beira. O resto era tudo pessoal de passagem. E toda aquela manifestação lançava slogans do género: «Vão para o mato, malandros! Vão mas é para a guerra, que estão aqui e não fazem nada e lá em cima andam a matar os nossos irmãos!» «Temos é que ir lá à messe chatear os tipos!» E começam a ir. A maioria é gente nova. Começam com motos em frente da messe, de um lado para o outro, aquilo quase que não tinha trânsito nenhum porque ficava fora da Beira, tinha uma praia em frente; e começa um movimento anormal de viaturas, automóveis e motos, quase todos com gente nova […] e aos gritos. Esta coisa arrasta-se durante umas horas. Nós estávamos dentro da messe, a messe tinha um bar todo envidraçado, isto começa depois de jantar, toda a gente ia tomar café ali ao bar, alguns oficiais até com as famílias, e pelo vidro via-se perfeitamente aquela gente toda. E a certa altura começam a apedrejar a messe. Aparece a polícia, nós na messe tínhamos chamado a polícia, claro que era polícia civil, ninguém quis meter polícia militar nem tropa naquilo. A polícia aparece, não toma atitude nenhuma, limita-se a olhar, a andar, a cruzar os braços, a ver, enfim, a situação vai-se agravando de tal maneira que a certa altura nós, na messe, resolvemos que era altura de acabar com aquilo. Já tinha

havido uns tiros para o ar e a coisa estava a complicar-se. É então que o capitão da Polícia Militar, que estava junto a nós na messe, manda avançar a companhia com os bastões e, à bastonada, dispersa aquela gente toda, que desaparece e vai-se embora. No resto da noite e nos dias seguintes, continua um bocado o fungagá. Mas até aí não havia qualquer espécie de reacção da população civil contra os militares. Isto surge de repente, como manifestação preparada, nitidamente preparada!

José Pedro Castanheira: Eu creio, no entanto, que tinha havido uma espécie de ensaio não contra as Forças Armadas mas contra a Igreja porque, semanas antes, ou uns meses antes, tinha havido uma concentração, uma manifestação junto de Nampula. Com a paróquia da Beira.

Coronel Pinto Ferreira: Mas isso é muito antes do problema da messe da Beira.

José Pedro Castanheira: Sim. Mas isso não poderá ter sido também uma espécie de ensaio?

Coronel Pinto Ferreira: Penso que é totalmente diferente. Pergunta-se agora porque é que se faz essa manifestação contra os militares? Porquê? Aí é que aparece o Jorge Jardim que, como sabemos, já tinha andado naquelas conversas aqui em Lisboa com o Marcello Caetano, etc., para dar a Moçambique uma situação de pseudo-independência, de que ele era o chefe e tal, como não podia deixar de ser. Portanto, ele próprio tinha estado por detrás daquilo, porque ele tinha todo o interesse em voltar a população contra a tropa. E nem pensava sequer que continuasse a guerra. O que eu sei é que há uma situação em que ele foi o chefe, em que ele foi o mandante. De resto, o problema Jardim é, quanto a mim, em grande parte um problema de balanço. O eng. Jardim, que é um homem muito inteligente, um homem de acção, mas até um certo ponto é um grande *bluff*. Eu digo isto [porque], por exemplo, criou-se em

Moçambique a ideia de que os GEPs, os GEs, o CIGS eram praticamente plantados pelo sr. Jardim. Eu conheci muito bem o coronel Costa Campos que esteve lá antes de mim, e não era homem de maneira nenhuma para ser plantado fosse por quem fosse, a não ser pelo general [?], mais nada. E comigo, durante o tempo em que eu lá estive, um ano e tal, nunca, nem sequer fui visitar o Jorge Jardim, vi-o de longe. Nunca senti qualquer acção do sr. Jardim sobre o CIGS, qualquer ideia, nada absolutamente nada.

António Duarte Silva: Nem sobre os seus militares?

Coronel Pinto Ferreira: Não. Só uma vez tive um contacto com o braço direito dele. Como é que ele se chamava? Um homem que foi assassinado depois na Rodésia à punhalada. [Tive esse contacto] a propósito de uma visita do Movimento Nacional Feminino, do avião que estava lá numa pista de aviação. O avião ficou guardado por tropa minha. O Cristina. Ele apareceu no quartel a tomar satisfações para saber por que razão estava lá tropa. E eu dei-lhe a resposta correspondente, a resposta militar, e o homem encolheu as unhas, foi-se embora e nunca mais o vi. Nunca mais tive nenhum contacto com ele nem senti qualquer espécie de acção, nada.

António Duarte Silva: O Orlando Cristina.

Luís Salgado Matos: Quem era o chefe da DGS na Beira, nessa altura?

Coronel Pinto Ferreira: Não me lembro.

António Duarte Silva: Não era política da DGS ir contra essa manifestação…

Coronel Pinto Ferreira: Ah, não! A Polícia Política incentivava. Alguém incentivou. Alguém teve a ideia e alguém incentivou. Era um bocado desorganizada mas… De resto, nós soubemos mais tarde que tinha havido na Beira uma determinada movimentação, do género palavras: «Aqueles tipos estão ali e não fazem nada». Exactamente na altura, como disse o tenente-coronel, em que começa a haver

acções contra a população no Caminho-de-Ferro da Beira, que até aí não tinha havido! E a gente da Beira pensava: «A guerra está à porta, qualquer dia somos nós, mataram a mulher de um fazendeiro. Qualquer dia é a minha mulher. E os meus filhos também. Então mas como é isto? Afinal há guerra! E cai-nos em cima.» Portanto, é fácil dizer-se: «Pois, aqueles tipos não fazem nada e os terroristas caem-nos em cima.» E na Beira criou-se um clima de terror que levava inclusivamente vários elementos da população, à noite, a vestirem-se de negro e a andarem na rua à caça dos pretos. E cada preto que fosse apanhado na rua levava umas estaladas fortes. Criaram milícias.

General Duarte Silva: Bom, aí há uma coisa que não é completamente verdade: é que os pretos, em Lourenço Marques e na Beira, nunca puderam transitar de noite, mas desde sempre. Quer dizer, os criados, os mainatos, os cozinheiros, quando ficavam em casa dos brancos, o patrão escrevia um bilhete: «Esteve em minha casa até às tantas.» Angola não conheço, mas em Moçambique, e eu vim de lá em Janeiro de 1950, ainda existia. De resto, era um pró-forma.

Coronel Pinto Ferreira: Bem, isso estava escrito mas não se cumpria. E em 1946 ou 1948, em Angola, em Luanda, um preto não podia andar no passeio. Se era apanhado lá, era corrido.

Adelino Gomes: Ó sr. coronel Aniceto Afonso, há aqui uma pergunta que lhe foi feita no princípio, a respeito do MFA, de que eu não ouvi a resposta. A pergunta tem sido feita várias vezes e é esta: que instruções foram dadas pelo movimento vitorioso em Portugal aos comandantes militares no teatro de operações? Aparentemente, não foram dadas nenhumas.

General Duarte Silva: A mim, não foram dadas nenhumas, a não ser a partir de Agosto.

Adelino Gomes: Bem, mas de qualquer maneira, os senhores eram vitoriosos, tinham o Programa. Já vimos que o Programa, em relação às colónias, era um programa de compromisso, ainda por cima ferido à última hora, nem sequer se falava da questão da autodeterminação. Os senhores, que estavam no terreno, o que é que fizeram nesse sentido? Os senhores alguma vez discutiram: agora temos a revolução, o regime acabou, nós temos o poder, o que é nós e os nossos generais vamos fazer?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Bem, eu acho que as pessoas que participaram no Movimento em Portugal estiveram sempre demasiado atarefadas e absorvidas com os problemas daqui, para pararem um pouco e pensarem que tinham três problemas graves a resolver. O mais grave era o problema da Guiné, que resolveram mandando para lá o Carlos Fabião a fim de solucionar aquilo de uma vez. E o Carlos Fabião foi para lá e resolveu como pôde. Depois havia um problema essencial para a JSN, isto é, para o general Spínola, que era a questão de Angola e de Cabo Verde. Ele tomou conta deles e tentou resolver à sua maneira. E houve um terceiro problema, que era Moçambique, e que ficou um pouco afastado destas preocupações essenciais. Logo a seguir ao 25 de Abril, o que aconteceu foi: primeiro, o Programa do MFA, que foi anunciado e que nós tomámos como directiva, dizia que o governador-geral devia ser imediatamente substituído pelo secretário-geral do Governo. Isso só foi conseguido no dia 29 de Abril, porque as forças militares se concentravam no Norte, os MFAs também e o governador-geral estava em Lourenço Marques, onde a nossa comissão tinha uma ou duas pessoas e não havia tropas. E o facto é que foi necessário enviar uma companhia de pára-quedistas para Lourenço Marques a fim de que o então governador-geral eng. Pimentel dos Santos acedesse a entregar o cargo, tal como estava determinado, ao secretário-geral, que era um coronel.

Adelino Gomes: E quanto à companhia de pára-quedistas, quem é que decide? O MFA?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: De certa forma foi o MFA, embora quem tivesse decidido mandar a companhia fosse o general comandante-chefe. Portanto, nós tivemos uma reunião no dia 26, sexta-feira, com o general comandante-chefe, apresentando-nos como membros da comissão coordenadora do MFA em Nampula e procurando, com base na complexidade dos problemas que se punham para resolver, tentar resolver em conjunto. Isto mostrou-se inviável com o comandante-chefe que estava, o general Basto Machado, o que levou a uma reunião dos elementos do MFA pouco depois, no sentido de pressionarmos Lisboa a substituir o comandante-chefe de Moçambique, quando não estava prevista a sua substituição. Estava prevista a substituição na Guiné, em Angola, onde foi substituído pelo general Silvino Silvério Marques, mas nunca esteve prevista a substituição do comandante-chefe de Moçambique. E foi substituído por insistência e pressão do MFA, porque o comandante-chefe só no dia 27 envia uma mensagem a apoiar a JSN, e deixou que o governador-geral só no dia 29 fizesse a passagem do testemunho, como o Programa do MFA indicava. Nós, em face disso, elaborámos uma mensagem que enviámos para o MFA de Lisboa, depois de termos falado pelo telefone, onde deixávamos de nos responsabilizar por tudo quanto se passasse em Moçambique até que o comandante-chefe fosse substituído. Isso não se conseguiu logo, já não me lembro da data em que o general Orlando Barbosa chega como substituto do general Basto Machado. Em termos de sintonia com as posições do MFA e principalmente do Programa (já não falamos do Movimento, mas do Programa que foi aprovado e que devia ser executado), as diferenças não eram grandes entre o general Basto Machado e o general Orlando Barbosa, só que o general Orlando Barbosa levou consigo o chefe de Estado Maior, o

então coronel Sousa Menezes. E de facto, o coronel Sousa Menezes, apercebendo-se da situação e do que se passava, tomou sobre si o cargo de conciliar estas posições entre o Movimento e o general comandante-chefe e o resto da hierarquia. Portanto, a nossa ponte de contacto passou a ser o coronel Sousa Menezes e, através dele, pudemos, com cedências mútuas, integrar a organização do MFA na própria hierarquia. Talvez seja o único lugar onde os comandantes passaram a ser também os chefes do MFA, com exclusão ali do sr. general [Duarte Silva] que não quis assumir a função.

General Duarte Silva: Em Setembro. Até lá o Melo Egídio foi mansinho…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Estas coisas dizem-se depressa mas, na prática, demoram muitas semanas e muitos meses. Porque em Setembro, em Moçambique colocavam-se diversíssimas questões, como nos outros territórios, com certeza, por exemplo: as relações do MFA com a hierarquia; a questão da guerra e do dispositivo militar face às alterações que necessariamente iria haver; portanto, como é que poderia ser a conduta da guerra no sentido de dar cumprimento ao Programa do MFA.

Adelino Gomes: Desculpa fazer a pergunta directamente. Uma vez que tinham o poder, eram procurados por camaradas vossos, comandantes…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Nós em Moçambique não tínhamos o poder.

Adelino Gomes: Sim, mas representavam quem tinha o poder. Provavelmente, nas vossas conversas com militares, outros capitães, etc., eles perguntavam: «O que é que eu vou fazer?»

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não eram só os capitães, o problema é esse. Nós no sábado, dia 28 de Abril, fizemos a primeira grande reunião em Nampula. E essa grande reunião era com todos os militares, para explicarmos o que se estava a passar, onde estava

com certeza o Nuno Brederode dos Santos, soldados, milicianos e nós também (os capitães). E foi nessa reunião que se pôs muito concretamente uma série de problemas e que depois serviram para, de alguma forma, pressionar a hierarquia, porque havia coisas do Programa do MFA que não estavam a ser executadas. Por exemplo, a tutela da DGS: a tutela militar da DGS só é conseguida muito tarde em Moçambique. Outro exemplo: a libertação de presos políticos. E era preciso, num teatro de operações, saber o que eram presos políticos. Porque ou se define à partida que há uma nova orientação militar e que agora já não há guerra, que se iniciaram as conversações e que se está a negociar um imediato cessar-fogo e parou a guerra e então aquele que é considerado o preso político é libertado, evidentemente; ou então há aqui, mesmo nos próprios documentos da época, há grande hesitação em saber o que é um preso político. Os elementos da Frelimo que estavam presos eram presos políticos? Se eram mesmo elementos da Frelimo, deviam ser libertados para voltarem à sua actividade anterior? Havia aqui problemas muito complexos para resolver, que não eram simples de resolver, que nós compreendíamos que fossem difíceis. Mas exigíamos minimamente que começassem a ser equacionados. Há sempre uma certa tensão entre os elementos do MFA e a hierarquia, pelo menos em Nampula, no sentido disso se definir. Procurámos que isto nunca se transferisse para as comissões regionais. Procurámos, em Nampula e depois em Lourenço Marques (uma vez que foi nomeada uma comissão para Lourenço Marques para actuar junto do governador-geral) que as coisas se resolvessem a este nível, para depois sair uma directiva. Essa directiva é que ia através dos comandantes, e não através das comissões regionais do MFA. Estas apenas tomavam conhecimento das directivas e do nosso esforço para levar, de alguma forma, à alteração da situação. Isto prolonga-se até 23 de Julho. 23 de Julho é um dia crucial porque é o dia em

que o MFA de Moçambique toma uma posição definitiva e diz: «Ou há negociações, ou nós, em Moçambique, não nos responsabilizamos por nada do que se está a passar.» Essa mensagem existe, eu também a tenho. É a partir de 23 de Julho que a situação tem de ser clarificada.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Esta mensagem é dirigida ao MFA de Lisboa, à Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

Mas nós tínhamos ainda mais dois problemas complicados. Os meios de comunicação social, num teatro de operações, é uma questão complexa e que não teve solução. Nomearam-se comissões *ad hoc* e as comissões *ad hoc* escreveram um documento sobre aquilo que os jornais não podiam publicar, e não podiam publicar praticamente nada. Tudo o que respeitasse a notícias militares, operações, de baixas, de acções não podia ser publicado (também tenho esse documento). É claro que ninguém aceitou isto e toda a gente falava de tudo. A partir aí de princípios de Maio, uma semana depois [do 25 de Abril], os jornais estavam a escrever tudo sobre a Frelimo, as rádios estavam a falar de tudo...

General Duarte Silva: Isso chamava-se censura, não é?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim. Não havia praticamente censura [porque] não havia aceitação nenhuma da tal directiva que censurava tudo, mas que afinal não censurava nada. O outro problema era a questão da substituição das unidades que já tinham terminado a sua comissão. Este era um problema muito grave a nível geral, mas ainda mais ao nível de Moçambique porque nós tínhamos presentes, do recrutamento da metrópole, dezasseis batalhões mais vinte e quatro companhias independentes e [a rendição, que devia ter sido feita] no primeiro trimestre de 1974, já estava atrasada. Só no terceiro trimestre, é que iam ser substituídos dois batalhões. [A render] no segundo trimestre, eram mais quatro batalhões e cinco companhias. Isto [quer dizer que] 30 % da tropa de Portugal estava já

com a comissão cumprida quando foi o 25 de Abril, o que levantava questões graves, levando imediatamente aos abaixo-assinados a dizer que queriam regressar. Estes batalhões e estas companhias faziam abaixo-assinados a dizer: «Queremos regressar, não queremos dar nem mais um dia, porque já cumprimos a nossa comissão. Agora venham outros. O nosso tempo já está terminado. Agora vamos embora.» Ora bem, se repararem que 55% da tropa combatente era moçambicana e que mais de 30% da tropa de Portugal tinha excedido a sua comissão, verificam qual é a tropa que fica. Eu acho que é um pouco ousado dizer que os moçambicanos não tinham consciência de que pertenciam a Moçambique e que não queriam fazer mais guerra. Uma das missões do MFA foi a de bombeiro, acorrer a todos os fogos. E a nossa missão, que estava em Nampula, junto ao comandante-chefe, era ir às unidades. Sempre que havia algum problema numa unidade, íamos de avião auscultar e ver o que se passava. E o facto é que em todas as unidades de recrutamento de Moçambique, a recusa à guerra era completa e total. E eles sabiam quem era a Frelimo e diziam: «Agora não vamos nós lutar contra os nossos irmãos da Frelimo.» Portanto, quando muito, o acordo que conseguiríamos fazer, para além de sairmos e regressarmos, era a defesa do quartel e não entregar as armas. Isso foi conseguido de uma forma geral. Só no caso de Omar é que não, mas isso acontece no dia 1 de Agosto. A tropa conseguiu defender os quartéis durante o mês de Maio, Junho e Julho. Este acontecimento de 1 de Agosto, que é o assalto da Frelimo a Omar, era praticamente inevitável e ainda hoje me admiro como é que não aconteceu mais vezes em Moçambique. Eu comecei a visitar unidades logo a partir de Maio, porque houve atitudes destas, mesmo destas unidades que eram de Portugal e se recusavam a combater, principalmente destas, porque tinham a comissão terminada. [Diziam que] não havia nada a fazer, não havia mais operações ofensivas, e o que eles chamavam

operações ofensivas era sair do quartel. Não conheci nenhum caso em que se recusassem a fazer coluna para ir buscar alimentação, mas recusavam-se a fazer o que eles chamavam operações ofensivas. Todas as que eu visitei recusavam-se a fazer isso.

Coronel Pinto Ferreira: Isso era na Companhia do Zambeze.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, lá em baixo. Mas que tinham com certeza alimentação própria, caça...

Coronel Pinto Ferreira: Não.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Ai não? Morriam à fome?

General Duarte Silva: Faziam a greve da fome?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Fizeram uma mensagem nesse dia…

General Duarte Silva: Mensagem, sim, mas fome não!

Coronel Pinto Ferreira: Foram lá levar abastecimentos!

General Duarte Silva: Pois, aí é que está a fraqueza! Eu sei que não se pode fazer uma revolução com disciplina, mas isto tudo é consequência de um estado de indisciplina geral. É claro que criou um estado de fraqueza que levou a que se tivesse de negociar de qualquer maneira. O MFA tem de reconhecer que, tecnicamente, cometeu um erro, porque autodeterminação, independência e tudo o mais está correcto, mas é preciso poder-se negociar. E para se poder negociar, dizem os livros, tem de se negociar em força. E nós tínhamos a força toda no dia 26 de Abril!

Coronel Pinto Ferreira: Ó Duarte Silva, desculpe lá, eu não tinha força nenhuma!

General Duarte Silva: Bom, não tinhas tu! Eu tinha! No dia 26 de Abril, com «Nem mais um soldado para África» e mais a indisciplina… Porque isto de quererem ser rendidos ao fim de vinte e quatro meses e ao fim de vinte e quatro meses e uma semana estão a fazer birras? Nós tivemos comissões de vinte e oito meses e de trinta meses!

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mas já havia batalhões de Janeiro.

General Duarte Silva: Pois. Mas isso revela o estado de indisciplina que houve, que houve! Temos de o reconhecer! E depois quando chega Lusaca, o Samora Machel diz: «Ah, os senhores já não têm ninguém capaz de dar um tiro.» Não era completamente verdade, especialmente em Angola, de maneira nenhuma. E é claro que as pagámos!

Coronel Pinto Ferreira: Há uma questão de que o sr. tenente-coronel falou e que eu ainda reforço. Nós, em Moçambique, tínhamos chegado a este ponto: quando embarcava, os meus capitães operacionais eram do mesmo curso dos alferes comandantes de pelotão. No meu batalhão foi assim. Eles estavam em Mafra, terminavam o curso como cadetes e eram promovidos a aspirantes, todos. Uns eram escolhidos para ser capitães porque já não havia capitães, nem espúrios nem «púrios». Não havia nada.

General Duarte Silva: Mas isso eram milicianos!

Coronel Pinto Ferreira: Pois, mas não interessa. Era quem fazia a guerra.

General Duarte Silva: Não era a mesma coisa.

Coronel Pinto Ferreira: Eram oficiais, faziam a guerra e estavam a defender a pátria. Mas continuando…

General Duarte Silva: Mais devagar.

Coronel Pinto Ferreira: Não é nada mais devagar – temos de ser objectivos. Portanto, sucedia que esses homens saíam da Escola Prática de Infantaria e eram promovidos a alferes. Iam para as unidades, para o seu batalhão fazer instrução e embarcavam como alferes. Um deles era promovido a tenente, era comandante de companhia, mas eram todos do mesmo curso de alferes, tratavam-se todos por tu. «Oh pá, não me chateies! Então dás essa ordem?!» E na hora do embarque, é que eram promovidos a capitães. Saíam

todos da Escola Prática de Infantaria como aspirantes e, de repente, um aparecia como capitão e os outros eram alferes. E era com isto que tinha de se fazer a guerra. Eu tinha quatro companhias na minha zona de acção, e os quatro capitães eram deste género. E quando davam uma ordem de que os alferes não gostavam, os alferes diziam: «Eh pá, não me chateies com essa! Eu nessa não vou!» E na tropa não se pode trabalhar assim, não se pode actuar assim. Mas era com isto que tinha de se fazer a guerra. Isto é uma coisa que as pessoas aqui não sabiam! Quando chegámos à altura da descolonização e foi preciso contar espingardas, onde é que se contavam, quem é que pegava nelas? Estavam todas no armeiro. Os problemas eram estes, e eram mais do que muitos, em toda a província moçambicana.

General Duarte Silva: Estás a dar-me razão.

Coronel Pinto Ferreira: Não lhe estou a dar razão nenhuma.

General Duarte Silva: Durante 13 anos fizemos a guerra sem problemas; de repente passou a haver problemas.

Coronel Pinto Ferreira: Não te estou a dar razão nenhuma. Estamos metidos aqui neste cantinho. Aquilo era uma coisa muito grande, a gente não tem noção da dimensão daquilo. Eu tenho uma companhia, a companhia tem uma determinada zona de acção e eu passo semanas sem conseguir lá ir. E o capitão é que põe e dispõe. Este tal alferes, graduado em capitão, é ele que põe e dispõe na sua zona de acção. Eu não tenho sequer necessidade de acção. Podem passar-se até coisas que eu nunca sei, porque à volta não à população nenhuma, há um vazio total. E o capitão, por sua vez, tem grupos de combate espalhados também. Esta acção da tropa, ali em Moçambique, era uma acção que tem de ser entendida desta maneira. E depois do 25 de Abril, isto cria problemas, porque essas pessoas não estão interessadas em fazer a guerra. […] Uma tropa estava só a fazer uma comissão; bastava só um alferes, um

sargento, um soldado pedir licença… Um soldado normalmente não tinha dinheiro para pagar o avião mas o sargento e o oficial já tinham. Naquela semana anterior a fazer uma operação… «Agora vou de licença. E agora se eu fico sem uma perna agora que vou de licença? E se eu morro agora que vou de licença? E se eu morro agora que terminei a comissão? E se a comissão está ultrapassada uma semana, um mês, três, quatro e por aí adiante? Se eu morro agora é porque sou burro. Está lá a minha mulher à espera, estão os meus filhos, está a minha namorada. E se fico sem uma perna como é que eu consigo depois casar?»

General Duarte Silva: Estou quase a chorar…

Coronel Pinto Ferreira: A acção psicológica sobre a tropa é muito importante. E quando chega à altura da independência, depois do 25 de Abril, nós começamos a sentir que tudo isto é aumentado não sei quantas vezes, porque já existia anteriormente.

General Duarte Silva: Bom, essa do existir anteriormente… Eu queria aqui dar uma explicação militar. Nós estamos a ver um problema técnico-táctico considerado por um oficial de Infantaria. Nós, na Cavalaria, fomos preparados (são maneiras diferentes e por isso é que as armas se completam) para trabalhar independentemente e se um alferes está sozinho ou se um capitão está sozinho, eu não tenho de estar em cima dele para saber que a missão se cumpre. Foi para isso que eles foram preparados. Não temos de estar braço com braço para saber se o do lado está a fazer o que deve. Portanto, podiam estar sozinhos à vontade. Agora, quando se cria a tal mentalidade, logo aqui no Cais de Alcântara: «Vocês não vão, vocês vão morrer para quê?» Até se fazer a paz, havia muito que fazer com a tropa.

Coronel Pinto Ferreira: Estás-te a esquecer de uma coisa: esses homens de que falas eram preparados por quem?

General Duarte Silva: Por alguém que não os sabia preparar, se calhar…

Coronel Pinto Ferreira: Por milicianos que não tinham qualquer espécie de preparação. Estavam no serviço obrigatório, estavam à espera de ir para casa e preparavam-nos da maneira que a gente sabe.

General Duarte Silva: Então estás a dar-me razão.

Luís Salgado de Matos: Não sei se se recordam que no final de 1973 ou em 1974, já não me lembro bem, os standards, que já não eram muito altos, mais baixos ficaram.

General Duarte Silva: Somos uns sentimentais e estamos já a falar da perninha partida antes de vir da comissão. O sr. sabe em cada desembarque em Guadalcanal, qual era a percentagem de mortos? 55%. Sabe no meu batalhão, que foi um batalhão com valor militar, em dois anos, qual foi a? 2%. Em dois anos. Nos outros, em cada tentativa de desembarque, a percentagem de mortos era de 55%. Nós quisemos fazer muitas omeletas sem ovos e não tínhamos a população preparada para uma guerra. Uma guerra mete mortos. Os números que os jornais têm referido… Mas um homem que está lá na estatística sabe dizer a percentagem de mortos que houve no ultramar. No meu batalhão, seis meses depois de chegarmos à metrópole, tinha mais mortos com as motorizadas, do que durante a guerra, tanto mais que ele trazia uns dinheirinhos.

Pergunta de Carlos Gaspar, de difícil percepção, sobre contactos do MFA de Moçambique com a Frelimo.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: O que levou a essa decisão foi o acumular da situação anterior. A situação militar degradava-se rapidamente e nós tínhamos receio de que viesse a acontecer aquilo que aconteceu em Almada. Estávamos perfeitamente conscientes disso. Tanto nós no MFA como… A certa altura nós, através do coronel Sousa Menezes, procurámos e conseguimos conciliar as

nossas posições com a hierarquia e, de certa forma, cumprimos aquela directiva do general Costa Gomes, que dizia que a partir de certa altura, não sei bem a data, talvez ainda princípios de Junho, toda a gente era do MFA e que não havia mais distinção. Nós, em Moçambique, procurámos levar isso à prática, quer dizer, compreender que a situação era complexa, que havia problemas complicados e que todos teríamos de encontrar a solução mais correcta. Mas não deixávamos por isso de ter esta autonomia que nos dava a nossa ligação a Portugal, não propriamente uma acção autónoma dentro de Moçambique ou dentro do teatro de operações. Isso nós sempre procurámos evitar. Agora, na nossa ligação a Portugal, aí nós tínhamos a nossa autonomia, estávamos em contacto directo e exigíamos as coisas que tínhamos de exigir para Moçambique. Isto tudo resulta de várias reuniões. Nós tivemos várias reuniões. Tivemos uma grande reunião em Nampula, em Junho, um plenário do MFA, onde foram elementos de todo o território, de todas as comissões. Foi no teatro de Nampula, estariam 400 ou 500 pessoas, estava repleto, não havia apenas oficiais, havia sargentos, praças, milicianos e do quadro. Também estava presente e representada a hierarquia nessa reunião. Fizemos esta grande reunião (onde estava também presente o Nuno Brederode dos Santos), onde se concluiu que era necessário tomar uma atitude porque nenhuma directiva chegava a Moçambique para nos orientar. Inclusivamente, das negociações que estavam em curso, nós não éramos informados, nada nos era dito sobre aquilo que se estava a passar. Nós a certa altura mandámos para Lisboa um representante nosso, para acompanhar as negociações - era o comandante Almeida e Costa. E ele acompanhou as negociações, só que integrou-se de tal maneira na esfera do MFA de Portugal que nunca mais manteve relações connosco. Esse foi o problema de Moçambique. Quando nós telefonávamos ou mandávamos telexes à procura do comandante

Almeida e Costa aparecia-nos sempre outra pessoa qualquer e não o comandante Almeida e Costa.

Manuel de Lucena: O comandante Almeida e Costa, nessas estruturas todas do MFA, onde é que estava, inicialmente, no 25 de Abril?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não o mencionei no Movimento dos Capitães porque o Movimento dos Capitães é do Exército e tem contactos com a Marinha e a Força Aérea. O nosso contacto com a Marinha era através do comandante Almeida e Costa que assistiu a algumas reuniões mas que não fazia parte da estrutura. Pouco depois do 25 de Abril, talvez ainda no mês de Maio, ele veio para Lisboa para ficar como nosso contacto com a comissão coordenadora.

Manuel de Lucena: A certa altura, há uma espécie de sobreposição do MFA ou do poder metropolitano. Num mesmo dia, são nomeados um delegado da JSN para Angola e outro para Moçambique, que vão sobrepor-se aos governos locais.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mas ele chegou a ir?

Coronel Pinto Ferreira: Era o Silva Sebastião…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Ah, o Silva Sebastião! Mas ele foi para Lourenço Marques. Digamos que, em Moçambique, Lourenço Marques não tem importância.

Manuel de Lucena: Quer dizer, o comandante Almeida e Costa não os representava cá e o Silva Sebastião também não os representava lá.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Nada, nada, não representava nada. E ainda mais estando em Lourenço Marques. Aí não representa absolutamente nada, porque só começa a ter alguma representatividade a partir da Beira para cima. Aliás, com o governador-geral, o dr. Soares de Melo era a mesma coisa. Ficou lá isolado em Lourenço Marques e pronto. Não resolveu nada e depois teve de se vir embora. Só quando houve a concentração ao mesmo

tempo e na mesma pessoa, do governador-geral e do comandante-chefe, no alto-comissário, é que de facto ele pôde assumir as duas funções. Agora, enquanto estivesse em Lourenço Marques, nenhum destes problemas passava por lá, iam todos directos a Nampula e era em Nampula que se resolviam, porque de facto, tal como aqui, eram os militares que tinham o poder e por isso eram eles que decidiam estas questões.

Mas voltando atrás: a nossa participação nas negociações foi muito pequena. Nós, para além de termos esse representante cá, que depois deixou de nos representar, digamos assim, tínhamos pouco conhecimento daquilo que se estava a passar, contrariamente ao que seria lógico, que seria nós sabermos que havia negociações e que deveríamos talvez ter outra atitude relativamente à situação interna e não duvidarmos sempre se as negociações até estariam ou não a ser feitas. Nós sabíamos pelos jornais, tal como o resto das pessoas, das negociações, onde é que eram, como é que se faziam, se eram interrompidas, não sabíamos as razões. A pouco e pouco, isto foi-se acumulando e depois os sinais de degradação militar também se foram acumulando, e aquilo que nós receávamos, que era a entrega, a rendição de unidades (no sentido de se renderem à Frelimo) era real porque a Frelimo… Já agora outra explicação: nós tínhamos duas vias de informação operacional: uma era a DGS, como já foi aqui dito, e outra era um sistema do próprio Exército feito através da escuta das transmissões do inimigo. Isso em qualquer lado se faz. É o reconhecimento das transmissões e a informação. Nós sabíamos através dessas mensagens, que eram sempre captadas. Havia vários postos de escuta espalhados pelos territórios (quando há bocado falei da rede que ligava os elementos do MFA era esta rede) e todos eles sintonizados nas frequências utilizadas pela Frelimo. E, portanto, havia sobreposição e normalmente todas as mensagens emitidas pela Frelimo eram captadas por esses postos de escuta e eram uma fonte

de informação preciosa em todos os teatros de operações. Nós tínhamos conhecimento de que a Frelimo tinha dado ordens para se fazer isto, o que foi feito em Omar e que não foi feito por uma pessoa qualquer, foi feito pelo Chipande, que foi depois ministro da Defesa durante muitos anos. Ele próprio comandou esse contacto com Omar. E nós tínhamos já notícias anteriores de que a Frelimo estava a preparar várias acções daquele tipo, principalmente para as guarnições de fronteira, que eram aquelas que estavam mais próximas. Nós já tínhamos insistido e vínhamos insistindo na necessidade de retracção dos efectivos, da desmobilização das tropas, sobretudo das que estavam já com excesso de comissão e dos próprios militares do recrutamento de Moçambique. Ora, como nada acontecia (as negociações estão paradas em Julho, há uma interrupção), nós achámos que devíamos marcar uma posição definitiva sobre isso e dizer: «Ou há uma orientação nova para toda esta questão, ou nós não podemos responsabilizarmo-nos por Moçambique, porque a situação é esta. E nós temos a certeza de que as unidades se vão entregar à Frelimo e que a Frelimo está a planear operações para capturar essas unidades. Portanto, é necessário haver alguma coisa que tenha impacto nas negociações, se elas estão a decorrer; e se não estiverem a decorrer, é necessário que elas se abram imediatamente.»

António Duarte Silva: É só a clarificação da situação ou exigiam as negociações?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: As negociações com a Frelimo, para nós, eram um princípio essencial. Com quem nós tínhamos de fazer negociações era com a Frelimo, não era com mais ninguém.

António Duarte Silva: E a forma [adoptada] é uma moção aprovada em plenário?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não. É uma consequência desta grande reunião do MFA em Nampula. O texto não é propriamente aprovado na reunião.

António Duarte Silva: Não é público, portanto?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, não, esse texto não é público.

Interveniente não identificável: Foi enviado imediatamente para Lisboa.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, sim, essa mensagem foi transmitida para Lisboa. Foi transmitida para Lisboa, mas não é aprovada pelo plenário. Portanto, no plenário são aprovadas as linhas orientadoras do que o MFA devia fazer e, depois, a comissão elabora esse texto, que envia para Lisboa, pressionando uma tomada de posição.

António Duarte Silva: Negociações com a Frelimo e aceitação das condições da Frelimo?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, nessa altura, nós não tínhamos dúvidas de que as negociações seriam difíceis para a parte portuguesa. No fundo, as tais três condições que a Frelimo queria teriam de ser aceites, naturalmente, teriam de ser aceites, mas [disso] não se fala nessa mensagem.

Manuel de Lucena: Vamos passar agora a palavra ao Nuno [Brederode dos Santos] que tem estado aqui a ouvir.

Não pondo em dúvida quaisquer das declarações aqui feitas há um problema de datação, quando é que essas coisas acontecem e qual a relação com o que se passa em Portugal.

O general Costa Gomes vai a Moçambique. E quando vem, faz uma declaração relativamente alarmista sobre a situação, mas muito curiosa, que num determinado passo contradiz um bocadinho as coisas que aqui estão a ser ditas. Mas provavelmente é uma contradição que diz respeito apenas à data. Quando ele vai lá, diz que

a situação é grave, gravíssima mesmo, do ponto de vista económico e social – greves, paralisação, problemas cambiais. Militarmente, não. Isto é uma coisa. E ele foi um homem com um conhecimento bastante grande do Exército, não parece ser um idealista ou uma pessoa para ir atrás de impressões. No entanto, ele em Julho tem a impressão de que a situação tem problemas mas que, do ponto de vista militar, não dá nada a ideia dessa progressão avassaladora das unidades terem de [...].

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Manuel de Lucena: Há um caldeirão que é destapado com o 25 de Abril, começam a aparecer greves, comissões políticas, toda uma série de coisas. Na Guiné, nós sabíamos que isso era sério, porque correspondia às dificuldades de implantação do movimento de libertação principal, que une certas etnias. Como é que isso era em Moçambique? Esse afunilar, no sentido de que a Frelimo é não só o interlocutor indispensável, o que é evidente, e principal, o que também é evidente, mas aos poucos o interlocutor único, porque se não se negociar com a Frelimo, se não se aceitarem as suas condições, a tropa portuguesa … se calhar até não temos tropa… Isso, eu acho que tem uma datação. Se nós temos alguma coisa a fazer aqui, nessa matéria, é ir vendo como é que isso acontece, em que datas é que isso acontece e qual é a ligação com o que se passa cá, com o poder metropolitano, com as mudanças no Governo, com a queda do I Governo, com a ascensão do general Vasco Gonçalves. O Nuno [Brederode dos Santos] que era uma pessoa muito ligada aos processos políticos metropolitanos, que estava lá como miliciano, e os milicianos eram especialmente sensíveis a esses aspectos, talvez nos pudesse contar algo sobre isso. Não te estou a querer limitar; estou a pedir o teu testemunho.

Nuno Brederode dos Santos: Pelo contrário, estás a querer que eu me expanda e eu é que me vou limitar.

General Duarte Silva: Antes de começar, queria saber quais eram as suas funções nessa altura e que posto tinha lá?

Nuno Brederode dos Santos: Eu tinha o posto que ainda hoje tenho. Cobri-me de glória e de poeira com galões de alferes na reserva.

General Duarte Silva: Portanto, era alferes. E onde estava colocado?

Nuno Brederode dos Santos: Estava colocado, na última fase, naquela em que estávamos a falar, na chefia de Justiça.

General Duarte Silva: Muito obrigado! Sabe porque é que lhe pergunto isto? Não é o seu caso, com certeza, mas estou farto de ver na televisão os peritos de … de Cahora Bassa, de não sei o quê, de não sei que mais… E a gente começa a fazer contas e diz «Este perito tinha 23 anos na altura».

Nuno Brederode dos Santos: Não, eu tinha 30.

Risos.

Nuno Brederode dos Santos: Senhor general, posso tranquilizá-lo de que não sou perito em coisa nenhuma.

Risos.

Aliás, vou seguir uma sugestão que fez no princípio quando disse: «Cada um fala a sua linguagem de sempre.» Que é para não estarmos aqui com diplomacias difíceis e podermos falar completamente à vontade.

A minha tropa é de quatro anos e meio, que era o máximo que podia suceder naquele tempo. Eu não tive conhecimento deste abaixo-assinado do pós-25 de Abril, senão tinha assinado. E fiquei lá até fins de Julho. Acabei por fazer o máximo cá, que eram dois anos, e fui mobilizado 48 horas [depois]. E acabei por fazer mais do que o máximo lá, que foram dois anos e meio.

Manuel de Lucena: Não era um especialista mas era um mártir…

General Duarte Silva: E bem classificado no curso, com certeza.

Nuno Brederode dos Santos: Foi o azar, foi o azar.

General Duarte Silva: E mal informado! Podia ter ido como voluntário e ficava lá só dois anos.

Nuno Brederode dos Santos: Naquele tempo, uma pequena informação da PIDE determinava, para os licenciados em Direito, que fossem para a Administração Militar.

Intervenção imperceptível de António Duarte Silva.

Nuno Brederode dos Santos: Sim, mas a maior parte ia para a Administração Militar, até porque em todas as unidades em que fui colocado, só um oficial de segurança, não posso dizer que me chateou, mas fez-me algumas perguntas e eu percebi que o único fundamento era a greve de 62 e eu ter sido expulso da Universidade. Achei que era tão pouco que fiquei à vontade e lembro-me de ter dito: «Meu capitão, eu não sou um foco de subversão. A razão por que estou em Administração Militar é que fui expulso da Universidade pela mesma razão por que o sr. Presidente do Conselho se demitiu [da Universidade]» (porque ele tinha sido reitor). Chegou. Nunca mais me chatearam com essas coisas.

Eu chego a Moçambique e sou colocado a comandar o pelotão em Nova Freixo, ou seja, Baixo Niassa. Era uma zona onde não havia memória de incidentes. Tinha havido uns incidentes bastante a norte, em Vila Cabral, mas ali não tinha havido nada. Portanto, eu estava condenado a [fazer] coisas que me apaixonaram, que me galvanizaram… que é armazéns todos cheios de chouriço mouro e coisas do mesmo tipo… E então, felizmente, o meu antecessor passou à vida civil, mas fez questão de ficar a viver ali, apaixonou-se por aquela grande metrópole. E adorava chouriço mouro, portanto, trabalhava mais ele do que eu, dávamo-nos bem e estivemos nisto durante algum tempo. Aproveito este episódio para descobrir uma coisa curiosíssima que é a diferença de sensibilidade entre um civil e três ilustres militares relativamente a fenómenos em que eu acho

que, por mais diferentes que sejam os militares, acabam sempre por notar isto: estiveram os três de acordo em que não havia hostilidade da população civil (nós lá dizíamos os machambeiros) em relação à tropa. Bom, eu devo dizer que a minha experiência em Nova Freixo, não digo que prova, porque os senhores conhecem as ex-colónias muito bem e eu estou a falar de Nova Freixo, no Baixo Niassa… Em Nova Freixo, havia um regimento, com um coronel à cabeça, um homem cordial, bastante conservador do ponto de vista de opiniões políticas e outras, e estava em sistemático conflito com o administrador do concelho. O administrador do concelho era aquilo a que, para simplificar, podemos chamar um torcionário, um torcionário pura e simplesmente. Liquidavam-se pessoas. De vez em quando, o coronel mandava perguntar por não sei quem. Deve ter fugido para não sei onde. Havia rumores de que não sei que mais. Depois, tínhamos permanentemente a guerra às Testemunhas de Jeová. Junto à fronteira com o Malawi, havia um movimento permanente de repressão de cá para lá, a empurrar as Testemunhas de Jeová para o Malawi. Vinha a tropa do Malawi matava que se fartava e expulsava-as para o lado de cá. E não poucas vezes ia tropa do regimento para impedir que o enquadramento de alguns pequenos machambeiros daquela zona, com os seus trabalhadores negros, locais, fossem fazer a devolução ao Malawi nas mesmas condições - à paulada.

Terceiro e é o que eu acho mais interessante – aliás, uma vez escrevi uma crónica sobre isto no Expresso –, Nova Freixo tinha não sei quantas centenas de metros alcatroados. Chegava-se à estação de caminho-de-ferro e havia um bocado de alcatrão, que tinha uma coisa ao meio, o que permitia que um carro percorresse aquilo, dava a volta e tal e era isto. Não quero exagerar mas digamos 500 metros. Qual era a vida social à sexta-feira à noite em Nova Freixo? Era os machambeiros virem de tractor, depois tinham o seu Mercedes ou BMW e como não era a população negra que ia assistir a este

passeio, aquilo era uma operação de tentativa de humilhação dos oficiais. E, portanto, ia o coronel com a esposa, todos muito bem vestidos e tal, e andavam a passear a pé ali à volta. E vinham uns Volvos, uns BMW e uns Mercedes, que ninguém sabe para que é que serviam… As pessoas diziam muito: «Estes pretos são tontos porque cortam o pé da meia, só querem usar o canhão para mostrar que têm peúgas.» Bom, isto é exactamente a versão branca do mesmo. Um tipo ter ali um carro de milhares de contos só para fazer isto. Era uma demonstração ostensiva e hostil. Vocês dirão: «Mas porquê?» Eu acho que a razão é relativamente simples, isto é, a aculturação daquela população branca muito isolada, que tem anos, décadas, de estar estabelecida ali, de ter uma concepção do que é o vínculo de trabalho com o negro dali, etc., faz com que, naturalmente, o seu racismo tenha uma taxa muitíssimo superior… Eu continuo a pensar que, criadas as circunstâncias, todos somos racistas. Em todo o caso quem é militar e vem daqui, é do quadro e esteve noutros sítios, esteve na Guiné, depois esteve em Moçambique, depois esteve não sei aonde, ou um miliciano, que nunca se apanhou numa daquelas, têm um relacionamento espontâneo que cria problemas a essas formas mais extremas de racismo. Só para terminar com um exemplo. Parece que eu fui o primeiro licenciado em Direito a aparecer em Nova Freixo, segundo me foi dito na altura. E então há uma mulher macua que é violada por um majau e a decisão imediatamente tomada pelo administrador do concelho é obrigar a trocar: vai o marido da violada violar a mulher do violador. Era a lei que existia ali. Lembro-me de esse coronel me chamar e dizer: «O que é que se pode fazer?». Mas isto para dizer que havia razões de choque de culturas para uma suspeição (não vou dizer rancor) relativamente às Forças Armadas. Isto é o ponto de vista de um civil. Achei curioso que três militares, até com pensamentos porventura diferentes, não sintam isso, ou não tenham sentido isso.

General Duarte Silva: Deixa-me intervir? Os militares foram preparados para ver os outros andar de Mercedes. Desde alferes que estão habituados.

Nuno Brederode dos Santos: Sr. general, fez a sua intervenção mas não me deu uma resposta.

General Duarte Silva: Não me fez nenhuma pergunta…

Nuno Brederode dos Santos: Bom, nessa altura, e é o último exemplo que quero dar do grau de racismo que fui encontrar nessa zona, eu conhecia um velho médico e a mulher que moravam no Gurué na Alta Zambézia, na zona do chá. E eu ia passar os fins de semana ao Gurué. Um dia houve uma coisa – que duvido que a tropa (desculpem dizer tropa mas, como sabem, é calão civil) tivesse legitimidade teórica para isso, mas na prática foi óptimo – agarrou nuns tipos com formação contabilística e foi lá fazer umas inspecções a duas empresas. Eram empresas que tinham uma data de camiões, metiam chá até à altura de um prédio (umas coisas enormes, não se percebia como é que o chá não caía, devia ir muito bem atado) e depois levavam os pretos pendurados, outros não sei onde, outros lá em cima no cocuruto. Havia uma verba contabilística, que acabou por ser explicada, chamada «quebras», palavra que eu nunca mais esqueci. «Quebras» era o seguinte: o negro era pago no destino, porque em princípio zonas de maior matagal e árvores mais baixas, batia um ramo na cabeça de um, caía e ficava por ali morto ou vivo, mas era uma quebra, já não tinha de se pagar. A rubrica «quebras», curiosamente, era uma rubrica que fazia abater uma espécie de um lucro, de um proveito, dentro de um custo. Ao fim de cerca de oito meses, o então comandante-chefe, general Kaúlza de Arriaga, achou que a Justiça estava num caso desesperado (e estava, eu nunca vi a cor das paredes, os processos iam até ao tecto) e mandou chamar todos os licenciados em direito que houvesse na região militar em funções que não fossem de Justiça. E foi assim que, ao fim de oito

meses, eu fui para Nampula, onde depois fiquei até ao fim. Como se imagina, por tendência natural, estes oito licenciados em Direito que convergem para Nampula, são todos reviralhistas porque senão estavam em Nampula e na Justiça desde o princípio. De maneira que aquela Justiça era um pouco desequilibrada, pelo menos para a Constituição de 33. Em Nampula eu tinha um ambiente de convívio basicamente com milicianos, eram poucos os oficiais do quadro com quem havia aquele mínimo de cumplicidade que permite manter uma tertúlia, embora houvesse oficiais do quadro a quem se podia piscar o olho, porque se percebia vagamente, à medida que o tempo se ia aproximando do 25 de Abril, e outros não...

Eu gostava de enxertar uma pergunta que foi lançada pelo Salgado de Matos no princípio disto tudo que era a história da Igreja. Eu gostava de dizer, sem provas, como disse não tenho documentos, tive e tenho se ele for vivo um grande amigo lá, que era de origem paquistanesa mas católico e muito ligado às obras sociais da Igreja, e era por aí que eu tinha muita sensibilidade para a [questão] da Igreja. Aí também tenho uma tese um bocadinho diferente daquela que aqui foi defendido: eu penso que a Igreja descolonizou primeiro. O grau de isolamento internacional a que Portugal tinha chegado era tal que a hierarquia da Igreja moçambicana (não sei se nas outras colónias era o mesmo) já se encostava mais a uma hierarquia superior, a Roma, e não era muito timorata relativamente ao colégio episcopal ou à hierarquia de Lisboa. Portanto, eu penso que o caso da Igreja é um caso de uma heresia em relação ao regime, mas que não havia força para conter. E também a demarcação não era revolucionária, mas havia de facto umas nuances que toda a gente sentia, basta lembrar o bispo da Beira.

Bom, relativamente ao 25 de Abril, eu cruzo-me, por volta das 5 ou 5h30 da tarde, com um capitão, de que não me recordo o nome, e que me disse: «Olhe, houve um golpe de Estado em Portugal». Eu

mantinha-me fiel à tese do meu amigo Zé Arnaut que dizia nas discussões do café como é que se deitava abaixo o Salazar, discutia-se as teses do PCP, dos maoistas, dos aqueles, dos aqueloutros, e ele dizia sempre: «Se o gajo não morreu até hoje já não morre». Eu estava um pouco assim e estava farto que me anunciassem golpes. Mas de facto ele mostrou-me, creio que a 26, sou mau para datas, que todo aquele andar do edifício do comando-chefe estava de luzes apagadas e o último andar de luzes todo de luzes acesas, o que sugeria que estava lá uma reunião, não sei se já com o MFA, se só com o comando-chefe. Fomos tentar as transmissões, os telefones estavam cortados. Nessa noite, recordo-me de haver uma tertúlia num bar chamado "Bagdad" e fiz uma análise fulgurante que provava que tinha sido o golpe do general Kaúlza de Arriaga, tese que vingou durante dois dias, ou coisa que o valha, mas realmente a informação não era muita. A sensação que eu tive a partir daí foi relativamente curiosa. Devo dizer que conheço da vida civil, desde garoto, o general Basto Machado, e portanto uma coisa é a análise política que faço e outra é o apreço pessoal que tenho por ele e pela família, pelo filho que é meu amigo. Mas a sensação que eu tenho é que o general Basto Machado era das pessoas menos fadadas para estar naquela cadeira naquele momento, porque Moçambique, se bem me lembro, é a última região militar a aderir ao golpe e não é propriamente por espírito de resistência. Não estávamos todos virados para o mar à espera que chegasse a esquadra dos abrilistas para abrir fogo. Não era isso; era a hesitação absoluta e permanente. Entretanto, só o coronel Aniceto Afonso é que poderá explicar isto, na medida em que não conheço a origem, mas são convocados oito milicianos para uma reunião de oficiais do quadro permanente (que não se cingem aos nomes que leu, portanto, era uma reunião alargada). Eu fui um deles e, conversando depois com os outros, pensámos que o critério terá sido licenciados e com informação da PIDE. Era tudo o que tínhamos

em comum. Não eram só juristas, eram tipos de várias áreas. Penso que terá sido esse o critério para sermos convocados. Houve duas ou três dessas reuniões, tanto quanto me recordo. Numa delas, não me levem a mal mas é um episódio da «guerra do Solnado», o que acontece em todos os processos revolucionários, mas uma delas eu não resisto a contar. Era manifesto que havia uma disparidade brutal entre a formação política de certos oficiais do quadro e a formação dos restantes, havia cuidados, havia ambiguidades, e estamos na altura em que também as instruções que vêm de Lisboa são extremamente ambíguas e portanto era difícil tomar decisões. E também há sempre aqueles fulanos que acham que fizeram de menos e dá-lhes logo para o excesso de zelo e saltam com enorme fúria para o lado oposto. Eu estava numa reunião em que apareceu um oficial comunicando que se aproximava do porto um barco que eu achava que era búlgaro, e hoje o Luís Filipe [Salgado de Matos] confirmou-me, que vinha cheio de armamento para entregar à Frelimo. E o homem só pôs as seguintes questões: primeiro, estar a permitir que a Frelimo entre por aqui dentro e venha buscar as armas é um bocado perigoso, até porque podiam trazer efectivos a mais; não estar a permitir pode ser um pau na roda do processo negocial que possa eventualmente estar a correr. Lá pôs várias alternativas e disse: «O que é que acham?» E um senhor de que os três ilustres colegas deste painel devem lembrar-se, eu só o conheci aí, creio que era o tenente-coronel Nuno Lousada, fez uma pequena intervenção dizendo: «Eu não tenho grande formação política, e tenho medo de estar a ir contra a corrente ou a ser reaccionário, mas faz-me uma certa impressão essa ideia de entrar o barco, descarregar o armamento e depois a questão ser se somos nós quem carregamos com ele às costas, ou se a Frelimo que tem de mandar os carregadores para levar com os caixotes às costas.» Bom, esta explosão de bom senso resolveu aquele problema, isto para dizer que

ainda assisti, naquela fase muito inicial, ao choque tremendo entre a maturidade do que eu penso serem os conspiradores de antes com o que eu penso serem os «adesivos» do dia 25 de Abril à noite, que punham questões tão astronómicas como o barco búlgaro a largar ali armamento para a Frelimo.

José Pedro Castanheira: Como é que resolveram o problema?

Nuno Brederode dos Santos: O problema foi resolvido sugerindo ao barco búlgaro que não entrasse em águas territoriais e que voltasse para a Bulgária; por isso é que eu falo em triunfo do bom senso.

Bom, para os milicianos, vive-se um período de coexistência confusa entre o general comandante-chefe e a sua estrutura e a comissão coordenadora do MFA que, entretanto, devagarinho e um a um, iam-se tornando conhecidos. Eu por acaso, contra o que disse há bocadinho o coronel Aniceto Afonso, acho que não era um equilíbrio de poder, no sentido em que, naquele momento e no clima vigente, se o general dissesse uma coisa e o MFA disse-se outra, o general não tinha ninguém para dar cumprimento às ordens dele. É a sensação que eu tenho porque realmente não se via que pudesse ser doutra maneira, não se via apoio daquela tropa, quase toda miliciana. Entretanto, registo aqui um pequeno episódio que não sei situar no tempo. Qual não é o meu espanto quando li esta documentação dactilografada e coisas que para nós, na altura, foram extremamente marcantes, pelos vistos aqui não foram nada marcantes. No Teatro de Nampula a que se referiu há bocado, eu vi pela primeira vez o Otelo Saraiva de Carvalho (também não vi muitas mais) e ainda me lembro do discurso dele, coitado, bombardeado com uma explosão demográfica de milicianos que estavam cheios de dúvidas e de suspeitas e disto e daquilo. E depois aquilo começou mal porque começou com uma pergunta que foi: «Quando é que acabam com o campo de concentração de não sei o quê?» E o major Otelo

respondeu: «Ó sr. alferes, cuidado com a linguagem. Campo de concentração porquê?» «Olhe, porque eu já passei por lá duas vezes e é um campo, eles estão lá concentrados e está rodeado de arame farpado por todos os lados, de maneira que acho que o conceito está preenchido.» Curiosamente foi o primeiro contacto com um nome sonoro da revolução de Lisboa. Lembro-me de lhe ser pedida uma classificação política; e lembro-me de que, nessa altura, porventura, estariam ainda a ser digeridas todas as contradições do Movimento, lembro-me da resposta se seriam de esquerda ou de direita: «Não somos de esquerda, também não somos de direita». «Então é de centro?» «Sim se calhar, talvez, gostamos muito do modelo escandinavo.» Eu lembro-me desta resposta porque acho que ela define um bocadinho a tentativa de encontrar, entre gente muito diferente, uma espécie de um modelo que pudesse calar as pessoas. Estou a recordar-me disto e pelos vistos cá não ligaram nenhuma. Em contrapartida, quando o MFA manda um major da Força Aérea, o Mira Vaz, para a comissão de extinção da PIDE-DGS, mandou-me a mim para o coadjuvar. Eu (é outro episódio de guerra do Solnado, desculpem lá) quando cheguei a Lisboa, mostraram-me uma fotocópia de uma revista abundantemente ilustrada, ou era a *Flama* ou era o *Século Ilustrado*, e o relato era um tipo de boinas verdes [dos filmes] do John Wayne. Ora, eu estava lá [na PIDE], não fizemos passe fantasma, às 7 da manhã não havia PIDE nenhum na PIDE, havia uma septuagenária com uma vassoura que estava a varrer. Depois o relato que eu vim encontrar era aterrador para mim, porque eu ia em passo fantasma, armado até aos dentes, debaixo do fogo da PIDE. A PIDE em Nampula devia ter a sua importância na estrutura, na medida em que o seu responsável era o Pereira de Carvalho, que não estava lá. Não sei se estava em Lourenço Marques ou em Lisboa. Aí, as ordens recebidas muito antes de ter cessado aquela mensagem oficial de que uma coisa é a PIDE aqui e outra é a PIDE nas colónias,

muito antes disso, já a prática no terreno era prender os pides. Os pides chegavam ali, eu fui feito para tudo menos para prender pessoas, de maneira que era uma coisa um bocado chata, lá se passava uma guia de marcha e os tipos lá seguiam para a Machava, que era lá em baixo no Sul. Aquilo foi ocupado por militares, desde administrativos a bater à máquina até soldados cá fora. Curiosamente a força dessa mensagem, que eu creio que foi do general Spínola, é tal, que 15 ou 20 dias depois de estar a funcionar a Comissão de Extinção da PIDE-DGS, de as sentinelas serem soldados, de no aeroporto estar tropa no lugar da PIDE-DGS, de o edifício ter uma porta larga, olhar-se lá para dentro e ver, em lugar dos escriturários da PIDE, só soldados.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Nuno Brederode dos Santos: [Aparece-me ali um homem que] disse: «Eu venho apresentar-me, acabei as férias».

Risos

E eu tive uma das conversas mais penosas da minha vida, perguntei: «Então o senhor quem é?» «Agente de 2.ª classe.» «Então mas porque é que o senhor veio para aqui?» «Ah, porque eu vim…» «Então não viu no aeroporto que estava…?» «Vi, então é natural, lá em Lisboa também está tudo cheio de tropa.» «Mas não viu que era a tropa e não os seus colegas a carimbar? E depois não vi as sentinelas?» Tinha visto tudo, mas o nosso general tinha dito que lá não havia azar. Portanto, é espantoso como durou essa mensagem, porque o espírito do homem era ir buscar refúgio, não era retomar o emprego. Depois, lá foi para a Machava e lá fugiu com os outros todos e escreveu-me da África do Sul, uns anos depois.

É nesta fase que entram duas questões que eu gostaria de levantar. Eu não posso discordar do que foi dito relativamente a um melhor entrosamento das etnias em Moçambique [quando comparado com] outros sítios. Eu não conheço os outros sítios, não posso fazer

comparações. Mas posso, por exemplo, recordar-me de ter tido uma óptima e amiga relação com o mainato que me saiu na rifa, que ainda por cima cozinhava muito bem, o sr. Daniel [Mabismutua?], e de termos uma conversa muito interessante depois do 25 de Abril e ele dizer-me: «O macua está com medo.» «E está com medo porquê?» «Porque nós estamos com a Frelimo, mas a Frelimo vem por aí abaixo com os macondes e os macondes sempre foram inimigos dos macuas.» A tradição macua é a pastorícia e a agricultura e a tradição maconde é a guerra, são guerreiros. Depois ele também dizia: «Melhor isto do que o branco, mas a Frelimo tem de ter muito cuidado com os macondes, que eles ainda por cima serram os dentes.» Ou seja, eu penso que a Frelimo, porventura mais facilmente do que noutros sítios, deve ter tido algum trabalho na miscigenação daquilo e uma das coisas de que ouvi falar, não sei se é verdade se não, o Samora Machel era ali de João Belo, creio eu, e lembro-me de se falar de uma história de importação de oficiais da Frelimo do Sul, para enquadramento das tropas macondes, para quando fosse a grande descida por ali abaixo. Portanto este é um factor que eu penso que também terá existido, porventura em escala menor do que noutras [colónias]. Bom, o Manuel [de Lucena] levantou-me um problema final, em que estou longe de ser um *expert*, mas que realmente punha a cabeça em água àqueles milicianos que tentavam compreender alguma coisa do que se passava. Porque, como tu dizias, explodiram partidos políticos, movimentos, etc. Inclusivamente, um amigo meu, conhecido de alguns presentes e de quem não revelo [o nome], estava a viver na Beira e implorou-me que voasse até à Beira. E é uma pessoa inteligente e é uma pessoa culta. Eu fui apanhar uma reunião de não sei quantos brancos que queriam fazer um Partido Social-Democrata em Moçambique e eram médicos, advogados, engenheiros e tal. Eu vim de lá aterrado a pensar: «Estes tipos estão todos doidos.» Entretanto tinham saltado, assim com

mais notoriedade as figuras de quem eu me recordo, a Joana Simeão, o Máximo Dias, o Domingos Arouca (que tinha alguma tradição de luta e resistência aqui em Portugal, esteve preso em Peniche). Depois havia os democratas de Moçambique, que era o equivalente ao que se passava aqui em Lisboa, no tempo da ditadura, como nós dizíamos os "advogados da Baixa". Agora o que é espantoso é que surgiram uma quantidade fabulosa de organizações que tinham como único pressuposto e explicação possível isto: dado que nós não temos poder nenhum, vamos apanhar boleia do poder negocial português. E apareciam em crescendo e apareciam tanto mais quanto mais era visível que Portugal ia perdendo poder negocial. De maneira que, ao contrário do que sucedeu em Angola, eu penso que aquilo em Moçambique foi de um artificialismo total. Ou eram coisas étnicas ou eram figuras com algum prestígio da pequena burguesia negra, mas uma confusão total e se tem havido eleições, eu tenho a impressão de que tudo isto somado dava 0,3%. Não tinham a menor implantação, não tinham nada, o MFA só podia negociar com a Frelimo e ia perdendo, com o andar do tempo, capacidade negocial; e eles iam saltando. Tanto quanto sei, tudo isso morreu de morte natural, excepto a Joana Simeão que consta que não foi tão natural como isso. O Máximo Dias não sei o que lhe aconteceu. Outro contacto que eu tinha através da Justiça era o Evo Fernandes, que depois foi dirigir um jornal ao serviço do Máximo Dias e é aquele homem que foi assassinado aqui em Monsanto há alguns anos.

O que eu posso dizer é o seguinte: eu vivi uma fase um bocadinho de guerra de Solnado, que é praticamente inevitável, mas vim no fim de Julho e, de facto, no meu último mês dava a sensação, não de que a casa estava arrumada, mas de que os acontecimentos estavam a encaixar como num puzzle e, portanto, esta casa ia-se arrumar. Independentemente de como corressem as negociações com a Frelimo e de como corresse depois a descolonização. O próprio

cenário de vida quotidiana em que a gente se movia tinha deixado de ser aquela coisa ultra-confusa e estava a começar a funcionar. E então voltei. A partir daí, só voltei quatro ou cinco vezes a Moçambique, em missões profissionais. Não sei responder às questões que me colocas sobre o ideário do rumo e mais essas coisas todas. Não consegui apanhar essa panóplia de pequenos movimentos tardios e oportunistas.

Adelino Gomes: Qual era, no meio dos milicianos, nessa altura, a seguir ao 25 de Abril, o sentimento generalizado? A guerra acabou?

Nuno Brederode dos Santos: Se quiser faça uma chaveta e ponha assim: uma pequeníssima minoria mais politizada, se as coisas têm andado para trás, até estava motivada para combater ao lado do MFA, mas era contra o governo de Lisboa. O sentimento geral e absoluto era: «Ainda bem que a tropa quis acabar com isto, porque isto eternizava-se, andamos aqui a estragar as nossas vidas, andamos aqui a consumir quatro anos, não casamos, entramos tarde para a vida profissional.» Era a vontade, pura e simplesmente, de deitar a canhota fora. Eu tenho um exemplo, que alguns de vocês conhecem, o Luís Lobo. O Luís Lobo estava lá no mato e aconteceu uma coisa parecida com aquilo que o sr. general contava, que é haver um contacto subtil por parte da Frelimo, que andava ali na área. Só que aqui não houve traição nenhuma, a descrição que ele faz é a de uma monumental bebedeira de parte a parte, com as cervejas todas que havia no aquartelamento, espingardas todas deitadas ao molho.

General Duarte Silva: Esse Luís Lobo não esteve em França? Não era licenciado em Direito? Tinha na altura 28 ou 29 anos, talvez em Vila Coutinho, isso ter-se-á passado em Vila Coutinho?

Nuno Brederode dos Santos: Talvez sr. general.

General Duarte Silva: A esse dei-lhe 5 dias de prisão…

Nuno Brederode dos Santos: Ele teve uma prisãozita por causa disso.

General Duarte Silva: Dei-lhe 5 dias de prisão por causa disso. Nós não estávamos a brincar aos militares.

Nuno Brederode dos Santos: Mas o seu castigo só confirma a história! Realmente, o que se proporcionou foi uma bebedeira mútua, com as armas a um canto, tudo grosso de manhã. O que define é uma arrasadora maioria que só quer da política estritamente aquilo que lhe pode ser instrumental. Essa arrasadora maioria é: «Eu não quero estar na guerra, eu não quero fazer guerra.»[6]

---

[6]A versão de Nuno Brederode dos Santos diverge substancialmente daquela apresentada por Luís Lobo. Sob o título «bebedeira?», este escreve: «1) Não me recordo de todo de tão assinalado facto ter tido lugar com pujança e notoriedade para [que] passa[sse] a constituir a referência do realmente acontecido!
Pelo contrário, mais que quaisquer justas celebrações de confraternização entre as NT e o pequeno grupo de quinze jovens combatentes da FRELIMO, recordo-me do ambiente de mobilização de toda a Companhia de Caçadores 4144 para, através dos nossos meios, pôr fim a quaisquer acções militares de parte a parte. 2) O acordo firmado resumia-se ao seguinte: "as operações militares do nosso lado (quadrícula) seriam mantidas, mas as nossas intenções não beligerantes assinaladas no terreno. O IN, por seu turno, deveria informar-nos da sua presença e, em vez de emboscadas ou minas na picada, poderia empregar o seu tempo em sessões de esclarecimento político das populações. 3) Este entendimento foi firmado entre três dos nossos e um comissário político da Frelimo, num encontro promovido pelos padres da Missão do Lifidzi, algures na estrada da fronteira com o Malawi em 12 de Julho de 74. Noto que nem eles nem nós tínhamos autorização para estabelecer o cessar-fogo. Foi-nos dito que até tinham instruções específicas para aumentar os ataques e acções de guerra com vista à negociação política. De resto, tal como entre nós, o comandante da FRELIMO também veio a ser punido. 4) Na sequência do acordo, os soldados tomaram algumas iniciativas controversas para os brancos de Vila Coutinho (exemplo: as Berliets, quando iam à lenha, ostentavam preso a um pau no pára-choques um pano branco). Pessoalmente, sempre que a tal assisti mandei tirar essas "bandeiras brancas" já que nunca do nosso lado houve o menor intuito de rendição nem tal alguma vez nos foi exigido pelos nossos interlocutores moçambicanos. 5) A Frelimo, dias depois, não longe do entardecer, enviou-me um mensageiro com uma missiva de um jovem, comandando 15 combatentes, indicando o local onde o grupo se encontrava. Com o mensageiro a servir de guia e duas Berliets carregadas de soldados que tinham sabido da ocorrência e a quem eu tinha apenas exigido o estatuto de voluntário, encontrámos finalmente o inimigo, de camuflados e Kalashnikov, que feitas as apresentações formais falou a meu pedido à população, começando por saudar o presidente da Junta de Salvação Nacional e o presidente do Comité Central da FRELIMO. A população negra que em massa saiu das palhotas testemunhou assim o fim da nossa guerra. Pedi então ao comandante que me dissesse o seu paradeiro no dia seguinte para o podermos ir buscar a ele e ao seu grupo e trazer para Vila Coutinho com vista a uma sessão de esclarecimento no Clube local principalmente

General Duarte Silva: Eu queria depois responder à sua pergunta.

Adelino Gomes: Segundo julguei perceber das suas intervenções, o sr. general imputa aos portugueses de Portugal a responsabilidade de terem incitado os militares que estavam nas colónias a não combaterem porque, diz o senhor, vinham aqui para o cais e diziam: «Não embarquem.» Acontece que, daquilo que eu vi, se nós fizermos a ligação entre as datas em que se passaram as coisas e os acontecimentos, é que, na verdade, muito antes das pessoas começarem aqui a organizar uma campanha para que não se arrancasse para o Ultramar, já os militares do terreno tinham decidido não combater. Portanto, aquilo que eu gostava de perceber é se a decisão é tomada aqui por influência dos sentimentos anti-militares, anti-coloniais da metrópole, ou se é qualquer coisa em simultâneo, ou se é mesmo alguma coisa anterior, embora interpretando o sentimento que havia cá. Às vezes diz-se assim: o

---

frequentado por brancos. O que veio a acontecer na noite seguinte após um desfile a pé na povoação e um *meeting* no terreiro do quartel, aberto sobretudo à população negra. 8) Embora com isto tenham cessado todas as acções beligerantes, não cessou a minha responsabilidade disciplinar. A Ordem de Serviço n.º 33, de Tete, de 23 de Setembro de 1974, assinada pelo então coronel de Cavalaria Comandante Duarte Silva puniu-me com 12 dias (e não 5), sendo 9 dias de prisão disciplinar agravada "porque em 30/JUL74" sem que para tal estivesse devidamente autorizado e sendo comandante (?) duma força armada, organizou e tomou parte activa numa manifestação (ou reunião) pública em que intervieram elementos das 'NT', 'FRELIMO', população civil e viaturas militares, das quais uma pelo menos com bandeira branca, elementos esses que introduziu no quartel onde o cortejo foi reforçado com tambores e cornetas, acabando o chefe da 'FRELIMO' por ter falado ao pessoal, seguindo-se demonstrações de confraternização que na altura não eram permitidas e nada dignificam as F.A." E com mais três dias de prisão porque no decorrer das averiguações" pretendeu" proteger-se com afirmações de carácter político [haveria outras possiveis?] com que insidiosamente acusava e criticava ordens dos seus superiores [que ordens?]

P.s. Antes de te [Fátima Patriarca] enviar o texto acima sobre ele pedi a um amigo e companheiro que comigo viveu estas andanças em Vila Coutinho - o eng. Garcia Monteiro - que sobre o mesmo me desse a sua opinião, tendo ele respondido que estava de acordo em geral com o relato feito, acrescentando alguns pontos dos quais quero ressaltar o referente ao facto do Otelo ter sido avisado em Nampula pelo capitão Campos da Administração Militar de Tete do risco de uma insurreição militar com vista a um cessar fogo de facto. Lembrou ainda como usámos a rede de rádio para contar a nossa experiência a outras companhias, não deixando de referir que nunca bebemos com os guerrilheiros até porque o comandante lhe pareceu ser muito exigente nisso…

MRPP, não sei quem, são responsáveis por… Se calhar foi muito antes.

General Duarte Silva: Bom, isto de combater é contra a natureza. Ninguém gosta de levar tiros, ninguém gosta de estar incómodo, ninguém gosta de ir passar dois anos lá… ou quatro anos. Aquele senhor foi dos primeiros do curso. Os outros iam sendo mobilizados, achavam muita graça e estavam à espera de que entrasse um novo curso antes de lhes chegar a vez. E depois, quase no fim, eram mobilizados e faziam quatro anos. Quando se se tivessem oferecido faziam só os dois anos porque tinham o direito pela sua classificação… Portanto, ninguém gosta de levar tiros. Poucos são os que têm iniciativas ofensivas. Na Coreia, chegou-se à conclusão de que eram 15%. Agora, a vergonha ou o patriotismo, ou seja o que for, faz que as pessoas suportem, pelo menos, como os outros. Eu nunca tive problemas de pessoas que se negassem a combater, a não ser com um capitão. Teve uma gastrite antes de ir para uma operação e eu curei-lhe a gastrite de uma só vez. Repare que eram todos milicianos. Num batalhão, que eram 777 homens, só havia, do quadro permanente, três primeiros-sargentos e quatro oficiais. O resto eram todos milicianos. E nós andámos na guerra, fizemos a quadrícula durante 13 meses, fizemos a intervenção durante 11 meses; e nunca tive o mais pequeno problema. Agora, se o grau de eficiência era o mesmo, isso não sei, mas cumpriam. Garanto que cumpriam. Digo-lhe mais, nunca pus este problema: milicianos ou quadro permanente? Até porque quase não tinha quadro permanente. E quando estive em Angola nas TEs, quase só lidei com oficiais milicianos e não me desiludiram nunca. Respondi à sua pergunta?

Adelino Gomes: Não. A pergunta é a partir do 25 de Abril.

General Duarte Silva: A partir do dia 25 de Abril, não tive qualquer problema. Bom, eu estava num sítio muito isolado, Estima, portanto Cahora Bassa. Depois fui para a ZOTE em Tete. Tive um desertor, um

alferes miliciano de Lourenço Marques, de Lourenço Marques! Os outros, houve uma companhia de Engenharia que fez manifestações num fim-de-semana no quartel justamente porque achava que já tinham feito os dois anos e queriam ir num instante para a metrópole como se tivessem ali o avião à porta. Resolveu-se disciplinarmente, ou seja, o capitão comeu por não ter pulso nos outros. Tive uma vez um coronel Pimentel, da Engenharia, que me apareceu em Tete vindo de Cahora Bassa. [Perguntei:] «Então Pimentel, o que é que faz aqui?» A Engenharia estava independente de nós, trabalhava nas nossas zonas mas tinha um comando directamente em Nampula. «Ah, tenho um problema, calcule que tenho uma unidade de Sapadores em Cahora Bassa, é preciso levantar um campo de minas no Norte, já mandei vir os Nordatlas e há 80 que se negam a embarcar para ir levantar o campo de minas.» Eles até tinham razão, aquilo é muito chato. «Então e qual é o problema?» «O seu mal, é falar demais com eles, mas mande os Nordatlas que, pelo menos os corpos, embarco-os a todos». Ele apanhou um susto muito grande, voltou para Cahora Bassa e, dois dias depois, apareceu-me. Já não eram 80, eram 86. Eu disse assim: «Vê? Eu não lhe dizia?» Mande os Nordatlas. Depois, é claro, embarcaram todos. Ninguém gosta de morrer! Naquele caso, eram moçambicanos que iam levantar minas para proteger outros moçambicanos. Isto é já depois do 25 de Abril, já depois do 7 de Setembro. Nós, em Cahora Bassa, tínhamos uma cintura em que eu deixei setenta e seis mil minas (eram para ser cem mil). De resto, antes de largar aquilo, perguntei ao comandante Moyane, da Frelimo: «Oiça, temos ali aquelas minas todas. Querem que eu as deixe ou que a gente as tente levantar. Devo já dizer-lhe que vai morrer um homem por cada mil, isto é, vão morrer-lhe 76 homens. E devo também dizer-lhe que a vocês interessa a minagem à volta de Cahora Bassa para assegurar…» É claro que ele quis que elas ficassem. Mas portanto aqueles homens que iam dali para o

Norte levantar um campo de minas, apesar de ser para bem deles, deles e da Frelimo, também não queriam ir. Mas o instinto de conservação funciona perfeitamente numa guerra. Ninguém, a não ser um tarado, gosta de andar na guerra. Respondi?

Manuel de Lucena: Sobre estas mesmas questões das relações entre o MFA e as forças civis e a Frelimo em Moçambique eu tenho a impressão de que talvez houvesse mais algumas coisas a dizer.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Relativamente a estes movimentos que surgiram, tenho exactamente a mesma ideia: eram movimentos espontâneos, oportunistas, que nunca tiveram relações com o MFA. Muitos pediam para ser recebidos pelo MFA quando depois organizámos o gabinete do MFA em Nampula, onde tínhamos várias comissões, sendo uma delas a da Comissão de Extinção da PIDE, muitos destes movimentos pediam para ser recebidos pelo MFA e o MFA teve sempre por princípio nunca receber nenhum movimento daqueles. Portanto, não tivemos nenhum contacto com este tipo de movimento, embora seguíssemos o seu aparecimento e, de alguma forma, nos preocupássemos com isso. Face aos problemas que tínhamos, principalmente em relação às questões militares e à urgência do início das negociações com a Frelimo, para nós [esses movimentos] eram uma questão menor. Nem nos parecia que nos devêssemos preocupar muito com o [seu] aparecimento, porque sabíamos que isso era tudo fictício e que não ia levar a nada, uma vez que o problema essencial que se colocava em Moçambique eram as negociações com a Frelimo e o único movimento que iria ter significado no futuro de Moçambique era a Frelimo, porque a Frelimo tinha uma história de dez anos de luta armada, tinha espingardas e ia tomar conta de Moçambique.

Nuno Brederode dos Santos: Sobretudo sozinha. Porque em Angola, a FNLA chegou a representar alguma coisa antes de

representar o Zaire, a Unita representa e o MPLA representa. Eram senhores da cidade…

General Duarte Silva: Desculpe, o caso de Angola é muito diferente. Temos de ver que, mesmo no movimento do MFA e nas acções do MFA que ganharam (e quem ganha tem razão), temos de nos lembrar da tendência política das pessoas. […] Agora, já o problema é de cá. E se, em Moçambique, o problema é discutível, em Angola, o problema resolveu-se exactamente ao contrário! Havia três partidos (e eu vim de Angola, pela última vez em 1972) em que um partido, no terreno, não representava nada, nada, que era o MPLA; outro que ainda representava, que era a FNLA; e havia um partido com quem havia uma espécie de *entente* especial, que era a UNITA. Quando a coisa se dá, ainda temos a hipocrisia do Acordo de Alvor mas, depois, apoiamos nitidamente e em força só o MPLA, consentindo inclusivamente que fossem para lá os cubanos, enquanto a FNLA ficou às portas ali no Caxito: «E agora voltem para trás.»

Em Moçambique, com certeza que o único partido real e que tinha força era a Frelimo, mas como é que a gente consegue conjugar essa coisa de negociar só com um partido com a tal ideia de autodeterminação tão apregoada? É que na Namíbia isso fez-se: também havia um partido mais forte do que os outros, mas ficou-se lá até se conseguir saber o que é que eles queriam e, depois, quem ganhou levou aquilo. Nós, não. Nós à partida decidimos quem é que era. Isso para a ideia de autodeterminação não está correcto.

Nuno Brederode dos Santos: Mas ó senhor general, desculpe a observação, há evidentemente duas coisas que vão a par: uma negociação política, que pressupõe a tal autodeterminação. Em bom rigor, a negociação de uma autodeterminação implica porventura para nós a autorização, a permissão, até o encorajamento de que haja vários partidos, mas não implica que haja vários partidos para poder ser exercida. Por outro lado, aquilo que eu quis dizer, e

suponho que aqui o Aniceto Afonso também, é que, naquele momento, [a realização de] um referendo, um plebiscito em Moçambique, tinha a colónia branca contra e todos os outros a favor.

General Duarte Silva: Bom, se é isso a democracia, vou ali e já venho.

Nuno Brederode dos Santos: Não lhe estou a dizer que é isso a democracia. Só lhe estou a dizer que não era inventando boletins de voto com …

General Duarte Silva: Mas não é isso que eu estou a dizer. É que nós deveríamos ficar com o controlo da situação: paz, primeiro que tudo, paz e depois vamos então preparar as eleições. Não era começar a distribuir… Isso poderia levar meses ou anos.

Manuel de Lucena: Se me dessem licença… O nosso ponto aqui não será tanto discutir teoria política e doutrina. A minha pergunta foi mais no sentido: o sr. coronel disse que depois do 25 de Abril subsistiram grandes divergências no MFA, que as pessoas tinham entrado no Movimento dos Capitães, primeiro, e no MFA depois, com muitas posições e que, relativamente à questão do futuro de Moçambique, as ideias eram o mais variadas possível. Não estamos aqui em condições sequer de averiguar se a Frelimo teria 99% ou só 90% dos votos. E depois há uma coisa que acontece e que não foi falada aqui e que aparece muito nas cronologias: há, em todas as colónias, logo a seguir ao 25 de Abril, uma série de mensagens e, nessa série de mensagens de origem civil e militar, há nuances. Por exemplo, há mensagens de apoio à JSN e mensagens de apoio ao MFA. São duas coisas diferentes. O que eu gostava de saber, é como é que se processaram as discussões, porque, na sua posição, sugere uma certa unanimidade dentro do MFA. Lendo a história, a gente vê que a Frelimo era mais forte. Há um ponto muito importante, a Frelimo tinha, porventura, um grande entendimento com a Igreja. Dá a ideia de que a Igreja tinha escolhido o seu interlocutor e isso tinha

um grande peso. Agora, se o sr. coronel nos diz que dentro do MFA e dos nossos militares continuou a haver várias posições, ilusões, gente que achava que a democracia pluralista devia ser promover todos os partidos e fazê-los concorrer às eleições, eu gostava de ter uma ideia das discussões internas, não só do MFA – cúpula dirigente – mas das pessoas que estavam a participar e como é que as diversas sensibilidades foram jogando. Quem é que apareceu a dizer: «Devemos receber a Joana Simeão. A Joana Simeão é formidável.» Há coisas muito curiosas, na cronologia. Há um partido que vai ter um encontro com o rei da Suazilândia e lembra coisas de combinações que passam as fronteiras. E isso não era a Frelimo, eram outros, que podiam receber apoios internacionais. Toda a gente tinha imenso medo da África do Sul, da Rodésia. Podia haver quem jogasse no apoio desses países. Eu vi em Cabo Verde que partidos que tinham tido alguma expressão, a seguir ao nosso entendimento com a Frelimo, foram desaparecendo, mas mais tarde reapareceram. Portanto, dizer que só havia uma coisa não é líquido. E depois mesmo que só houvesse essa coisa, que era a Frelimo, é muito menos líquido ainda que dentro do MFA e no meio militar as pessoas estivessem todas convencidas disso. Eu gostava de ter uma ideia real de como é que essas ilusões se exprimiram e como é que foram sendo batidas. Como é que essas coisas apareciam? Inclusivamente a posição do Jorge Jardim – que era muito complicada e toda a gente reconhece que ele era muito hábil e que tinha várias no saco –, como é que ele cita vários contactos militares, várias ligações? Quais foram as vossas dificuldades em ir ultrapassando, dentro do MFA e do meio militar em geral, aquilo que para vocês até fossem talvez posições irrealistas, impossíveis, reaccionárias, mas que existiam? Portanto, como é que as coisas mexeram? Assim temos uma história um bocadinho a preto e branco. A Frelimo tinha apoios internacionais, tinha a Igreja, as pessoas sabiam que não se podia deixar de fazer a paz com a

Frelimo, porventura as tropas não estariam em estado de enfrentar grandes operações se não se chegasse a acordo com ela. Mas nem toda a gente estava convencida: o general Costa Gomes, outros militares. O sr. general Duarte Silva não quis ser do MFA, mas é a única história que aqui aparece que é um bocadinho diferente.

General Duarte Silva: Bom, isso de ser do MFA… Eles, de vez em quando, diziam: «Somos todos do MFA.» E depois o Lourenço dizia «Nós, os do MFA», que eram só 40. Isto também tem de ser interpretado. Quanto a não haver partidos, houve agora uma guerra de 13 anos contra a Renamo. Qual é a raiz da Renamo? Esta gente da Renamo não nasceu do 25 de Abril para cá; já existia, estava num sítio qualquer.

Manuel de Lucena: A África do Sul também já existia! O dr. Mário Soares está cheio de medo, faz várias declarações (não só ele) em que tem medo de uma intervenção da África do Sul, tem medo de uma intervenção da Rodésia, que podem ser directas ou de apoio a forças políticas e que se podem desenvolver explorando questões étnicas ou outras. Gostava de conhecer a sua sensibilidade e dirijo-me a si porque vejo que esteve no centro do poder no MFA em Moçambique, para saber quais foram as vossas dificuldades dentro do meio militar: se tiveram medo de perder o controlo do processo, se tiveram medo de ser ultrapassados por vias mais conservadoras que podiam depois dar péssimos resultados. Uma história um bocadinho mais contrastada…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Naturalmente não vou ser capaz de responder a isso. Mas vamos ver se dou uma ideia da minha própria sensibilidade relativamente a esse problema. A questão da sensibilidade dos vários militares à solução da guerra colonial era muito marcante antes do 25 de Abril. Depois do 25 de Abril, é evidente que essas tendências se mantiveram e que reflectiam um

pouco aquilo que se passava em Lisboa. Por isso é que há os apoios ao programa do MFA.

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

… Não havia perturbação da Junta, era secundária relativamente ao Programa do MFA. Mas o que modificou esta situação, esta dualidade em Moçambique, foi a situação concreta, a situação no terreno, a constatação da evolução da guerra, da acção da Frelimo, que teve um crescendo logo a partir do 25 de Abril, exactamente por instruções muito concretas que a Frelimo deu para aumento da [sua] actividade. E as pessoas foram-se convencendo, nessas discussões que nós tínhamos, de que não havia que negociar com mais ninguém, não havia que colocar outras questões antes de colocar a questão da Frelimo. E que isso devia ser feito com muita urgência, porque quanto mais avançava o tempo, mais capital perdíamos, tanto em termos de credibilidade perante a Frelimo, o outro negociador, como em termos de capacidade militar. E toda aquela gente, de uma forma geral, toda aquela gente que integrou depois o MFA de Moçambique e as várias comissões e aquilo a que nós chamamos um pouco a diluição do MFA na hierarquia… É normal… Tentámos sempre que [isso] acontecesse em Moçambique e, a certa altura, já não havia propriamente plenários do MFA, embora continuássemos a chamá-los plenários do MFA, mas nesses plenários estavam presentes muitos representantes das unidades, que eram os próprios comandantes das unidades, enquanto chefes do MFA em cada unidade. Portanto, esta situação concreta foi convencendo as pessoas de que era inultrapassável a Frelimo e de que tinha de se resolver a questão da Frelimo para se considerarem outros problemas. Evidentemente que ao nível da hierarquia militar, o problema da África do Sul e da Rodésia eram problemas complexos e que nos preocupavam a todos. Sabíamos muito bem que a África do Sul e a Rodésia podiam fomentar movimentos que punham em causa a própria dimensão de

Moçambique porque bastava dividir Moçambique ao meio. Essa era a nossa preocupação fundamental. Por isso é que tomámos medidas militares que evitassem ou minimizassem uma situação destas movimentando unidades militares: retirando-as dos lugares onde a Frelimo era o principal e, a pouco e pouco, o único interlocutor; retirando unidades onde não surgia este perigo e deslocando-as para outras zonas onde se pudessem de alguma forma prevenir acções que tivessem origem na África do Sul ou na Rodésia. Mas este é um problema que nunca foi resolvido ao nosso nível. Nós nunca tivemos uma solução para o desencadear de uma entrada da África do Sul ou da Rodésia em Moçambique ou para a criação de um movimento mais forte armado. Suponhamos que depois do 25 de Abril aparecia um movimento armado apoiado pela África do Sul ou pela Rodésia; nós não tínhamos solução para isso, nem solução política nem sequer solução militar.

Interveniente não identificável: A não ser negociar com eles um cessar-fogo, como fizeram para a Rodésia. Não há outro critério a não ser: havia um movimento armado; era necessário um cessar-fogo; e o cessar-fogo dependia do movimento armado.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mas, repare, isso tinha de se fazer em dois meses, porque as negociações com a Frelimo tinham entretanto começado. De facto, a Renamo veio a existir mas a partir de 1979. Também não foi tão fácil assim criar um movimento armado para actuar em Moçambique…

General Duarte Silva: Dá-me a impressão de que se criaram tigres de papel. Você que estava lá, se os brancos de Moçambique quisessem a independência, não tínhamos força para resolver… Porque nós não estávamos lá a fazer o serviço dos moçambicanos (eu pelo menos não estava), portanto criou-se esse tigre… O Dr. Mário Soares andou por todo o lado a dizer que havia o perigo de uma nova Rodésia. Não havia, até porque eles não tinham força, a percentagem

dos brancos em Moçambique não era a mesma da dos brancos rodesianos. Quanto aos rodesianos terem força… Na altura foi secreto e se calhar você sabe: em Abril de 1974, tive na minha base rodesianos. Eles não tinham força para mandar cantar um cego, homem! Eles tinham as munições contadas, tinham lá os Camberra, coitadinhos… E estavam muito pior do que nós. Eles é que nos vinham fazer mal? Não vinham. E as autoridades sabiam isso com certeza. Jogaram com isso porque, politicamente, convinha jogar.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Tinham de se dar sinais. Isso era para dar sinais. Diz isso para a Rodésia, mas talvez não possa dizer para a África do Sul.

General Duarte Silva: Ah não, a África do Sul era outra conversa.

Manuel de Lucena: Vocês tiveram a noção de que, a certa altura, nos jornais, começa a transparecer, talvez para aí em Julho, a ideia de que a África do Sul vai aceitar o jogo com a Frelimo? Quando é que vocês tomam consciência disso? É importante?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: É um facto que tem pouca importância. Não interfere nesta linha progressiva de entendimento de todos os que estavam envolvidos neste processo de que a negociação essencial é com a Frelimo e é com a Frelimo que se tem de negociar. Tudo isso passa um pouco ao nosso lado, embora seja preocupação. O nosso esforço, desde o 25 de Abril, vai ser sempre forçar o início das negociações o mais rapidamente possível.

Manuel de Lucena: E nesse quadro, o que é que significa para si a viagem do general Costa Gomes [a Moçambique] e as declarações que ele faz quando cá chega?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: O general Costa Gomes conhecia muito bem Moçambique, fez lá duas visitas, uma é antes do 25 de Abril e outra depois dos acontecimentos da Beira. As suas declarações parecem não reflectir o que de facto se passa no terreno. Os acontecimentos eram extremamente graves e ele procurou, talvez

muito bem, como lhe competia, transmitir essa ideia de que nada se passava. E também me parece que na visita de Junho ele pensa exactamente a mesma coisa.

José Pedro Castanheira: Se me permite, uns meses antes, ele fará exactamente a mesma leitura da [situação na] Guiné.

General Duarte Silva: O vice-chefe de Estado-maior do Exército podia dizer o contrário? Isso era dar um trunfo aos outros, isso era dar um grande trunfo!

Coronel Pinto Ferreira: Quanto a mim, nestas declarações muito optimistas, uma das grandes preocupações do general Costa Gomes eram os retornados, era o retorno dos portugueses nas colónias. Esse é que era o grande problema. Se eles voltassem, era o descalabro nacional. Ele não é parvo e viu perfeitamente a situação.

Interveniente não identificável: No caso da Guiné, como sabe, não há o problema dos retornados.

Coronel Pinto Ferreira: Era o problema de uma maneira geral. Era o problema de Angola e Moçambique, mais de Angola do que de Moçambique. Como se viu de resto. Muitos moçambicanos foram para a África do Sul e para a Rodésia.

Luís Salgado de Matos: As declarações do general Costa Gomes nem sempre têm essa indicação.

General Duarte Silva: Ou ele não fosse quem é!

Luís Salgado de Matos: Diz coisas muito optimistas mas diz [também] que há problemas de articulação entre o poder civil e o poder militar. Diz aquilo no meio de uma grande embrulhada… Ele é, à maneira dele, razoavelmente claro.

General Duarte Silva: Mas tinha que haver desarticulação em Moçambique, porque tinha o comando-chefe em Nampula, o governador-geral em Lourenço Marques. Em Angola não, estavam a 100 metros uns dos outros. Com certeza que conversavam, tinham reuniões, tinha de haver coordenação, não havia exactamente esse

problema. É claro que há sempre atritos, mas agora a 7 000 km de distância, a coisa tinha de existir.

Adelino Gomes: Eu gostava de lembrar as declarações do Costa Gomes, que me parece que são um pouco mais do que isso. Ele na Beira dá uma conferência de imprensa e diz que contactou não oficialmente com membros da Frelimo, manifesta-se convencido de que não haverá uma declaração unilateral de independência, mas depois diz duas coisas muito interessantes. A primeira é que a questão da autodeterminação é um problema que ultrapassa a Junta de Salvação Nacional e que será da competência do governo que for eleito. A segunda, mais curiosa, e é essa que tem de ser avaliada, é que vai haver brevemente uma consulta em Moçambique, para que o povo de Moçambique diga o que quer. Isto é em 13 de Maio. Aqui já há uma posição política que é aquela que o general Spínola aliás tinha, é uma defesa da posição do nosso Governo e vai contrariar a tendência do MFA.

Manuel de Lucena: Exactamente. Quando fiz a intervenção estava a pensar numa posição que não era redutível ao mero optimismo do ministro das Finanças…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mas 13 de Maio é muito cedo, porque estas divergências dentro do Movimento das Forças Armadas, até finais de Maio, mantêm-se. Há defensores dessas várias tendências.

Intervenção imperceptível de Luís Salgado de Matos.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Por parte de muitos elementos das Forças Armadas, o que há é dificuldade de aceitarem que é só com a Frelimo que tem de se negociar. Ou [aceitarem] qualquer outro tipo de negociação sem fazer as outras coisas que o Programa do MFA defendia, que eram a discussão nacional e depois a votação, etc., que a solução era política e não militar, mas que tinha de haver, ao nível nacional, uma discussão dos problemas. Só depois, quando

os órgãos tivessem sido eleitos e em funcionamento, é que se poderia avançar com a autodeterminação e a independência. Isto é um processo que se resolve durante o mês de Maio. Portanto, no fim de Maio, talvez no mês de Junho quando há primeiros plenários a nível de Moçambique, aí, a pouco e pouco, as pessoas vão-se apercebendo de que a solução não pode ser essa, não podemos estar à espera que se chegue ao ponto de haver um governo eleito que depois vai discutir e dizer como é que se fazem as negociações e os acordos de cessar-fogo. A situação concreta no terreno degrada-se aceleradamente e por isso necessita de uma solução que não pode esperar pelas soluções do programa do MFA.

Intervenção imperceptível de Luís Salgado Matos.

Manuel de Lucena: O Nuno [Brederode dos Santos] diz que a nossa cronologia reflecte mal aquilo que havia lá. Talvez haja uma certa desinformação, mas eu li com atenção a nossa cronologia de Moçambique e dá-me a impressão de que, tirando estes episódios, mais tardios, que são a entrada nos quartéis portugueses, antes disso há uma acção muito sistemática em certas zonas sobre a população. Vêm notícias de que há ataques a pessoas em aldeias. Isso o que é que foi? É a eficácia do terror revolucionário?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isso corresponde a directivas efectivas da Frelimo, para aumentar a actividade operacional, para ataques a aldeamentos, às populações e às forças portugueses. Isso é transmitido quase imediatamente a seguir ao 25 de Abril.

Manuel de Lucena: Mas em Maio não vem aqui nos jornais ataques a forças portuguesas, vem mais ataques a populações.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: É natural.

Manuel de Lucena: A que lógica é que correspondia?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não sei… Não nos apercebemos nessa altura que a actividade da Frelimo fosse essencialmente contra populações. Aí deve haver algum erro porque se analisarmos a

actividade da Frelimo logo em Maio, há um crescendo das suas actividades, mesmo em acções armadas, em emboscadas. Tudo isso pode ser traduzido [como acções] contra as forças portuguesas (mapeamento, levantamento de minas, etc.).

Manuel de Lucena: E havia alguma orientação para não se noticiar muito isso cá, a fim de evitar pânicos lá?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não.

Manuel de Lucena: A gente, quando lia os jornais, não tinha a impressão... Fiquei mais impressionado com os ataques isolados: um fazendeiro que foi atacado numa carrinha com a mulher e foram mortos...

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isso naturalmente corresponde à realidade.

General Duarte Silva: Isso corresponde também ao tipo de dispositivo. O dispositivo naquela zona era diferente, não havia guerra, havia fazendeiros isolados. Na região de Tete, não havia ataques a fazendeiros por uma razão muito simples: porque os fazendeiros ou estavam concentrados ou não havia. E ali na região de Inhaminga, em Missange e não sei que mais ainda se estava na tal mentalidade da paz em Vila Perry e coisas assim. E o próprio dispositivo militar ainda não estava preparado. E nem se chegou a preparar.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Aliás, isso é uma deliberação da Frelimo anterior ao 25 de Abril. Esses ataques a populações nesse eixo da Beira-Vila Perry era uma orientação anterior para se desestabilizar aquela zona, importante em termos da economia moçambicana e do dispositivo moçambicano de defesa. Eu acho que isso é um pouco a continuação. Mas noutras zonas operacionais, julgo que talvez não se dê esse desequilíbrio. Talvez tenha ficado com essa ideia devido às acções concretas na área de Vila Perry.

Manuel de Lucena: Nas escutas da CHERETE apanhavam também coisas políticas ou só as instruções…?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, só as mensagens militares.

Manuel de Lucena: Não apanharam nada quando, por exemplo, há um encontro em Lusaca e dizem que há vozes [exprimindo] grandes divergências entre o Marcelino dos Santos, por um lado, e Samora Machel, por outro? Perguntam ao Samora Machel: «Então o Marcelino dos Santos não vem?» E ele fica muito chateado e diz: «Se está o presidente, porque é que há-de estar o vice-presidente?» E arruma a questão assim. Eu sei que, entretanto, e isso foi-me dito na altura pelo Prof. Fernando Gil que estava em Londres, o Marcelino foi entrevistado na televisão em Londres e a sensação que dava a portugueses da oposição é que havia algumas divergências fortes. Isso vocês não apanhavam?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, só tínhamos isso através dos próprios noticiários internacionais.

Manuel de Lucena: E tinham alguma sensação de que a Frelimo era um bloco? Irmos ou não para uma negociação numa posição difícil depende de nós sabermos se o adversário tem ou não dificuldades. A impressão que a certa altura me dava é que a Frelimo, apoiada pela OUA, pela Igreja, era um bloco. Vocês sempre tiveram essa posição?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sempre tivemos essa ideia. Nessa altura, tivemos a ideia de que a Frelimo era um bloco e eu julgo que a Frelimo fez um grande esforço para ser um bloco durante esse período das negociações. Pode ter havido essas divergências, naturalmente houve. Nós, em Moçambique, não tínhamos essa percepção e, portanto, não a podíamos transmitir para Lisboa. As negociações corriam entre Lisboa e a Frelimo. No que nós interferíamos ou naquilo em que podíamos interferir era exactamente na urgência das negociações. E voltamos sempre a este ponto de partida. A nossa capacidade de actuação nesse campo era muito

curta, porque nós só tínhamos capacidade de actuação nas Forças Armadas em Moçambique para manter o mínimo de estabilidade nas Forças Armadas, transmitindo-lhes a ideia de que iriam começar as negociações com a Frelimo no sentido do cessar-fogo.

Manuel de Lucena: Mas faz uma diferença, apesar de tudo, com o que nós vamos ver amanhã provavelmente sobre a Guiné. Porque na Guiné, naquele grande plenário, há uma enorme noção de que não é só a questão das negociações…

António Duarte Silva: Sobretudo o reconhecimento da independência…

Manuel de Lucena: E mais, uma série de considerandos em que são retomados todos os considerandos do PAIGC.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isso vem a acontecer também em Moçambique.

Manuel de Lucena: Ah vem?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Vem a acontecer mais tarde, nas reuniões, quando já se sabe que as negociações se iniciaram. Quando já se sabe que houve aquela primeira fase, depois interrompida e, principalmente, depois do 27 de Julho, da definição da questão colonial, isso vem a acontecer. Os plenários do MFA multiplicam-se um pouco por todo o lado, têm moções que reflectem aqueles três princípios da Frelimo, que era o único que negociava, que era a condução à independência e que havia transferência de poderes. Eram as três condições e essas condições aparecem também nessas moções do Movimento, embora tudo depois do 27 de Julho.

Manuel de Lucena: Isso é uma aprovação que na Guiné, tanto quanto eu vi no trabalho do Duarte Silva, é maciça.

António Duarte Silva: Isto, aliás, é a questão chave de toda a descolonização. Historicamente, a posição dos portugueses em geral é a do cessar-fogo. É há mais ou menos acordo sobre isto. A posição dos movimentos de libertação é: não há cessar-fogo sem

reconhecimento dos princípios da autodeterminação e da independência. E Portugal vai para as negociações só para negociar o cessar-fogo. E a posição do Palma Carlos: não pode haver eleições sem haver cessar-fogo. Mas para os movimentos de libertação, não há cessar-fogo sem o reconhecimento da independência. Portanto, a partir do fracasso das conversações de 11 de Fevereiro e do encontro de Lusaca com a Frelimo, a questão deixar de ser o cessar-fogo para ser o reconhecimento da independência.

Manuel de Lucena: Uma coisa que eu queria perguntar ao sr. coronel: na Guiné, no plenário em que há essa moção completamente formalizada, é uma coisa… Primeiro é um território mais pequeno, as coisas fazem-se em Bissau e os presentes são uma percentagem muito maior no sentido em que tudo é concentrado. Depois parece, pelo menos quando li o trabalho do dr. António Duarte Silva, que foi uma aclamação maciça sem resistências notadas. Os presentes aprovaram a moção quase unanimemente. Em Moçambique, como a coisa foi mais diferenciada, essas moções são aprovadas com dificuldade, com facilidade, com unanimidade, com resistências, com ausências, como é que as coisas se passam?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Eu julgo que essas resistências, primeiro, no começo de conversações com a Frelimo são grandes no início. É difícil convencer as pessoas de que temos que negociar com a Frelimo. Isso não foi fácil, a meia dúzia de oficiais do MFA, da Comissão, convencerem todos os outros de que só havia um caminho para se chegar à paz em Moçambique…

Manuel de Lucena: Isso logo no ínicio?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Logo no princípio, nas primeiras reuniões… De que só havia um caminho para se chegar à paz, que era a negociação com a Frelimo. As pessoas compreendiam isto. Agora não aceitavam, sob o ponto de vista teórico e [sob] o ponto de vista do Programa do MFA, que isso tivesse de ser de uma forma

imediata e com o reconhecimento de um único partido, situações em que o próprio Programa do Movimento era ambíguo.

Nuno Brederode dos Santos: Desculpe, deixe-me só dar um apontamento que é: em todo este processo de reuniões de explicação, de abertura a milicianos, oficiais, sargentos e praças, eu também penso, e se calhar estou a exagerar, que de algum modo isso também condicionou um bocadinho mais a Coordenadora do MFA, no sentido em que passou a perceber que tinha um apoio maciço por parte da tropa que lá estava, o que para a Comissão Coordenadora era óptimo, designadamente no caso de haver chatices com o ainda general comandante-chefe, etc., mas ao mesmo tempo também é uma limitação. E é uma limitação porque eu penso que terão percebido que a motivação em 99% [dos casos] tem a ver com o parar as hostilidades. «Eu quero lá saber quais são as condições para parar as hostilidades, quero é parar com os tiros». Isto para dizer (pode ser um bocadinho especulativo) que mesmo alguém da Comissão Coordenadora do MFA, ou daqueles que eu conheci, que ainda estivesse a tentar a veleidade de conduzir o processo por outra forma já estava a ser muito condicionado pela própria tropa, porque primeiro vieram buscar o apoio e depois receberam uma tal avalanche que depois também é preciso fazer um pouco o que essa gente quer. E essa gente toda o que queria era nem mais um tiro.

Luís Salgado Matos: Tem ideia de qual é a primeira unidade que faz o seu cessar-fogo? Qual é o primeiro caso?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Talvez não consiga situar no tempo o primeiro caso concreto. Agora, os primeiros abaixo-assinados no sentido de cessar-fogo são em Maio.

Luís Salgado Matos: E antes disso não há um mini cessar-fogo?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sinceramente, não sei.

Luís Salgado Matos: Era engraçado ver essas reacções no terreno, descentralizadas… A comissão do MFA não os manda fazer cessar-fogo…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, não. Não pode fazer isso, evidentemente. A comissão do MFA vai aos locais e não pode fazer mais do que fazer o acordo que pelo menos o quartel tem de ser defendido. Mas nunca tem essa orientação de que deve haver cessar-fogos locais, como houve na Guiné. Nós percebíamos que a situação em Moçambique era diferente, que não devíamos alimentar essa forma. Principalmente porque o tipo de negociações podia ser afectado por esses acordos de cessar-fogo locais. Foram lá explicar isto, numa primeira reunião, os nossos camaradas, Otelo, o Charais e o Seabra. Depois, numa segunda reunião, o Vítor Crespo e o Fisher Lopes Pires. Foi uma comissão daqui explicar-nos que devíamos manter inclusive as operações ofensivas e manter a operacionalidade para podermos ter força de negociação.

Manuel de Lucena: Quer na primeira, quer na segunda?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Isto quer na primeira, que é em Julho, quer na segunda, que já é no início de Agosto.

Nuno Brederode dos Santos: Na primeira reunião, também é patente (e isto liga-se com o que eu estava a dizer há bocado) que a mensagem do MFA ainda é uma mensagem extremamente ambígua, pela natureza das coisas, estamos no dia 30 de Abril ou 2 de Maio. Mas havia coisas evidentes que era aquilo que fazia vir a casa abaixo de aplausos e aquilo que, como alunos cumpridores…

Falha na gravação devida à mudança de cassete.

Manuel de Lucena: Há um encontro muito importante para a história de Portugal (o coronel Melo Antunes refere isso) que é o encontro de Amesterdão. Vocês lá tiveram alguma notícia disso ou foi uma completa surpresa?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Foi.

Manuel de Lucena: Porque é aí que a Frelimo pela primeira vez avança com as três condições.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não tínhamos ideia nenhuma disso, nem nunca fomos informados. De facto, havia aí um curto-circuito e nós não éramos informados do decorrer das negociações, a não ser quando eles iam lá, nestas visitas, ou quando havia oficiais que iam e vinham nas suas comissões, [porque] mesmo depois do 25 de Abril, houve nomeações de oficiais que foram para lá e levavam-nos as notícias possíveis, porque aqui muitas vezes também não se sabia o que se passava nas negociações. Portanto, nós não tínhamos conhecimento dessas negociações que estavam a ser feitas com a Frelimo, nem tínhamos conhecimento dessas posições. Só tínhamos conhecimento de que estavam a desenvolver-se negociações. Para nós era importante saber isso, porque se traduzia depois em mensagens enviadas a todas as comissões, a todos os plenários, no sentido de lhes dizer que brevemente haveria uma solução para a questão moçambicana, porque as negociações se tinham iniciado e estavam a decorrer e estavam a correr bem (mesmo que a gente não soubesse que estavam a correr bem).

José Pedro Castanheira: Desculpe insistir no antes do 25 de Abril. Relativamente àquela mensagem vossa, suponho que de Fevereiro, de ameaça de golpe de Estado, essa mensagem já inclui alguma solução para a guerra, algum cessar-fogo, admite a hipótese de negociações?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, ainda é muito cedo. Fevereiro é muito cedo para se falar destes problemas. Há certo tipo de problemas que verdadeiramente só começa a ser falado entre os vários elementos no interior do MFA mesmo nas vésperas do 25 de Abril.

António Duarte Silva: Eles, nessa altura, só lembravam que essa guerra não tinha solução militar…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Ah, sim. Isso está definido.

General Duarte Silva: Desculpe! Nós todos sabíamos isso desde princípio. Não havia solução militar, nunca houve. A contra-guerrilha pode perder-se, pode prolongar-se, mas nunca se pode ganhar. Está nos manuais!

António Duarte Silva: Sob o ponto de vista militar!

General Duarte Silva: Mas nós militares sabíamos isso. Pode-se perder, pode-se empatar, agora ganhar não pode! Desculpe o termo terrorista, sem ofensa: «basta que haja um terrorista com uma navalha para a guerra continuar!»

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mas os documentos militares reflectem muito esta posição, mesmo antes do 25 de Abril.

General Duarte Silva: Vem nos manuais…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Para nós não há dúvida de que a solução tem de ser política. Agora, falar da Frelimo, ou de negociações com a Frelimo, em Fevereiro, ainda é muito cedo. Esse documento não fala nada disso. Esse documento é só um pedido de prontidão operacional para alguma acção que pudesse ser tomada pelo MFA. É a única coisa. E depois há a resposta das comissões regionais de que as unidades de cada uma das zonas estão disponíveis para aquilo que for necessário. Isto é um dossier que é enviado ao Movimento dos Capitães em Lisboa, de forma a pô-los perante uma situação que pode alterar radicalmente os planos que eles estão aqui a fazer.

José Pedro Castanheira: Outra questão que há pouco o Carlos Gaspar punha e que ainda não foi respondida: houve algum pacto entre dirigentes responsáveis do MFA em Moçambique com a Frelimo?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Antes do acordo de cessar-fogo? Não, não houve. Os contactos que nós tivemos foram só com pessoas

que eram evidentemente simpatizantes da Frelimo e que transmitiam naturalmente à Frelimo aquilo que nós entendíamos transmitir.

José Pedro Castanheira: Mas eram contactos da vossa iniciativa…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não há contactos directos, nunca há contactos directos.

José Pedro Castanheira: Mas da vossa iniciativa ou desses representantes da Frelimo?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Mais da iniciativa deles que pedem para falar connosco.

Manuel de Lucena: Mas isso são mais os comandantes locais da Frelimo?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não, não.

Manuel de Lucena: Ah, contactos através de mensageiros.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, contactos através de mensageiros. Aquele conjunto de pessoas que foi ter um encontro com a Frelimo, lembra-se? Os democratas de Moçambique?

António Duarte Silva: E os jornalistas foram, inicialmente, os que fizeram os contactos com a Frelimo? São mais esses, não?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, mas só foram aquela vez fazer esse contacto, até um pouco oficialmente.

Manuel de Lucena: Os democratas de Moçambique são um grupo muito diverso, com gente muito diferente, com várias tendências políticas, ou é uma coisa mais fechada?

Dr. Nuno Brederode Santos: Primeiro, repito o que disse há bocado: é um pouco a imagem de há trinta anos, quando a nossa geração se referia aos "advogados da Baixa". Em segundo lugar, havia uma figura tutelar do reviralho legal, que era o Almeida Santos. Os democratas de Moçambique basicamente são um grupo de amigos do Almeida Santos, mas um grupo de pessoas que, pela sua presença nos tribunais a defender gente… enfim, por um certo historial, mereciam bastante consideração por parte da Frelimo. Agora, aquilo

não é um partido. E mais, eu lembro-me de uma declaração em que os democratas de Moçambique não concordam que sejam o embrião de um partido político e jamais se constituirão como partido político. Acho que é menos frentista que o MDP, se quiserem uma comparação, e vive muito mais de um conjunto de personalidades que são bem vistas, que são tipos que eram contra a ditadura, que eram presos de vez em quando… Se a prisão aqui, no tempo da ditadura, era classista, curiosamente lá ainda é mais. Isto é, é muito mais fácil prender em Lisboa o Acácio Gouveia no tempo da ditadura, ou o Salgado Zenha, do que em Moçambique prender o Almeida Santos. Portanto isto dá, num recanto mais pequenino, uma projecção brutal a um grupinho de pessoas, que são dez homens de boa vontade.

Carlos Gaspar: Mas eles não começam a funcionar como correia de transmissão da Frelimo?

Dr. Nuno Brederode Santos: Eu suspeito que de algum modo até já o seriam.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Sim, já o seriam antes. Nós partimos desse princípio.

Coronel Pinto Ferreira: Tem de se fazer uma separação entre os democratas de Lourenço Marques e os democratas da Beira, onde havia também figuras importantes. Não quer dizer que puxassem cada um para o seu lado, mas cada um deles tinha uma posição muito diferenciada. […] Há uma data muito importante para o estado de espírito das tropas em Moçambique, que é o 16 de Março. Antes do 16 de Março pensava-se em Moçambique de uma maneira; depois do 16 de Março, quando a marcha sobre Lisboa não dá em nada, o estado de espírito das pessoas que estavam interessadas no MFA e numa possível revolução é diferente. Porque até aí havia uma esperança muito grande, depois há uma *débâcle*. Os tipos fizeram aquilo, avançaram sem mais, estamparam-se. E agora? Agora há-de

ser mais difícil. Nós aqui estamos um bocado fora. Temos de fazer mais qualquer coisa. Portanto, o estado de espírito é diferente depois do 16 de Março.

Manuel de Lucena: Uma última pergunta que tenho [para colocar] desde que o sr. coronel falou do Jorge Jardim. Como é que o Jardim foi para vocês, MFA, um problema, se é que o foi? Uma pessoa em relação à qual tomaram medidas. Era visto aqui como… Tive catorze anos o livro dele [*Moçambique, Terra Queimada*], pensei que era uma coisa ressentida e não o li. Depois li e é bem interessante.

General Duarte Silva: A gente lê o livro e ele era o dono daquilo, não é?

Manuel de Lucena: E tinha contactos prolongados não só com o Banda mas com o Kaunda e portanto a posição dele era muito complicada; ele devia jogar em dois tabuleiros. Tem-se a ideia de que as medidas que foram tomadas cá contra ele foram medidas contra um sujeito que tinha algumas ideias, contactos e possibilidades que levantaram problemas. Como é que isso é vivido lá?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Eu julgo que em Moçambique o Jorge Jardim, para este movimento, só teve importância uma vez, logo após os acontecimentos da Beira. Foi quando nós nos apercebemos e soubemos, através daquele editorial que ele publicou no *Notícias da Beira*, em que ele propõe uma solução para a guerra, o que talvez o ligue mais a esses acontecimentos, porque ele logo a seguir escreve esse editorial e esse editorial tem um grande impacto no meio militar. Aliás, é distribuído por nós para todas as comissões e tem um grande impacto porque propõe, ou prevê, uma solução para Moçambique. E, ao propor uma solução para Moçambique, nós agarramos a solução, porque é uma solução para a guerra, seja do Jorge Jardim, ou seja de quem for. Isto é em Janeiro de 1974.

General Duarte Silva: 5 de Fevereiro. Havia oficiais, oficialmente ligados ao Jardim; ele teve sempre adjuntos.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: A solução podia ser essa. A questão era batermos palmas quando se dissesse: vamos acordar um cessar-fogo para Moçambique, mas para Angola não. Esta solução, se era uma solução para acabar com a guerra, também nos servia. Portanto, nós alimentámos alguma ilusão relativamente a ela. Quando falo em nós, falo de uma forma geral dos militares que estavam ligados a isto e que se apercebiam desta movimentação. Depois do 25 de Abril, o Jorge Jardim, para nós, desapareceu por completo. Passou a não nos servir para nada. Não era solução a solução do Jorge Jardim, porque nós entendíamos que depois do 25 de Abril tínhamos finalmente uma solução para a guerra, e teríamos de ter uma solução para a guerra a breve prazo. O nosso esforço virou-se para fazer compreender a Lisboa que era urgente iniciar negociações o mais rapidamente possível com a Frelimo. E foi nisto que nós investimos todo o nosso esforço e todo o nosso tempo. Não nos preocupámos com outras soluções que pudesse haver para Moçambique a não ser esta das negociações directas de Lisboa com a Frelimo.

Luís Salgado de Matos: Mas o Jorge Jardim reagiu?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Ele reagiu porque tentou entrar em Moçambique.

António Duarte Silva: Ele não estava lá?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Ele não estava.

Luís Salgado de Matos: Estou a dizer antes do 25 de Abril.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Em contacto connosco não. Que eu saiba, ele não teve contacto directo com as comissões. Não sei se na Beira ou em algum sítio houve algum contacto…

General Duarte Silva: Nem através do Varela? O Varela era o adjunto dele e era do MFA. O Varela era dos dois lados.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: O Varela não estava tão intimamente ligado connosco.

General Duarte Silva: Não estava, nessa altura?

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Não.

Coronel Pinto Ferreira: Por isso é que era de resto aquela ligação de militares junto do Jardim. Uma vivenda que ele tinha,

General Duarte Silva: Não se percebe porquê, mas havia.

Coronel Pinto Ferreira: …Uma vivenda alugada. Eu estive lá dentro, com sistema de rádio brutal (podia-se falar com todo o mundo e mais alguma coisa), [e não tinha] praticamente mais nada. Antes de ser Varela o bombeiro, havia oficiais de ligação. Mas esse sistema de ligação era uma coisa muito … Eles não eram oficiais às ordens do sr. Jardim…

General Duarte Silva: Mas estavam hipotecados ao Jardim.

Coronel Pinto Ferreira: Daquilo que eu conheci do Jardim na Beira, para mim, o sr. Jardim era antes de mais um homem muito inteligente, bastante dinâmico, bastante mexido, bestialmente descarado e um grande *bluff*. Talvez ele tenha feito coisas, mas disse muito mais do que aquilo que fez e deu a entender que era capaz de fazer muito mais do que aquilo que na realidade fez.

General Duarte Silva: O Jardim tem uma história na Índia. O Jardim não nasceu em Moçambique, já traz de trás uma certa lenda pelo menos da Índia.

Coronel Pinto Ferreira: Traz, traz de Angola, quando, no início, perante a luta armada de catanas, ele sobe lá acima e manda granadas de mão cá para baixo. E os pretos cá de baixo com catanas batem no avião lá de cima. Foi bestialmente valente lá de cima! Isso toda a gente sabe.

[…]

Em Moçambique ele tinha todos os anos uma verba destinada (não sei quanto era mas não era pequena com certeza) da qual ele não tinha de dar conta, gastava como entendia, não tinha de dar contas a ninguém!

Luís Salgado de Matos: Esse oficial junto do Jardim era nomeado por uma ordem de serviço?

General Duarte Silva: Ordem de serviço não sei se viria, mas toda a gente sabia que era o Arnault Pombeiro; depois veio-se embora e ficou o Varela. Toda a gente sabia.

Luís Salgado de Matos: E quem é que o escolhia? Era o comandante-chefe ou era o Jardim?

Coronel Pinto Ferreira: Era o comandante-chefe que o nomeava.

Nuno Brederode dos Santos: Pelo menos no papel é de presumir.

Coronel Pinto Ferreira: Ao fim ao cabo, era um oficial que oficializava um bocado a posição do sr. Jardim.

General Duarte Silva: Qualquer destes oficiais era muito válido.

Coronel Pinto Ferreira: Eram. Não eram pessoas de maneira nenhuma para estarem submetidos ao sr. Jardim. Não eram pessoas para isso; eram pessoas com personalidade. Não eram nenhuns *factotum*. Era, ao fim ao cabo, a oficialização perante a parte militar da existência do sr. Jardim e das suas atitudes e da sua acção.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Existia uma ordem de prisão para o Jorge Jardim se ele entrasse em Moçambique.

António Duarte Silva: Como é que ele tentou entrar…

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Ele soube que seria preso se entrasse em Moçambique; portanto, não tentou entrar.

José Medeiros Ferreira: O Jorge Jardim era a continuação dos exércitos privados que Moçambique sempre teve. Estamos aqui a falar como se não houvesse uma história por trás… as companhias em Moçambique. O Jorge Jardim foi apenas uma declaração desses casos. E o caso Jorge Jardim é anulado possivelmente pela influência de uma potência de que ninguém aqui ainda falou e que aliás está sempre aparecer nas discussões sobre a descolonização, que é a Grã-Bretanha, sempre. Analisamos todos os países menos a Grã-Bretanha.

Manuel de Lucena: Mas nós convidámos-te para ouvir coisas dessas…

José Medeiros Ferreira: Falou-se de vários países, várias influências mas ainda não se falou do verdadeiro país que, de certa maneira, sempre esteve no início da descolonização…

Manuel de Lucena: Mas tu foste convidado para vir cá e para poderes contribuir…

José Medeiros Ferreira: Estou a falar de forma condensada porque há poucas oportunidades de discussão… Mas é óbvio que a Frelimo teve o apoio da Grã-Bretanha no processo de descolonização.

Adelino Gomes: Mas de que forma?

José Medeiros Ferreira: Pela anulação de qualquer alternativa de resolver a situação em Moçambique fazendo um bloco com a Rodésia e a África do Sul. Basta esse debate para se perceber que a Grã-Bretanha não tinha interesse numa solução para Moçambique que fortalecesse um bloco África do Sul/Rodésia.

Manuel de Lucena: Para um investigador histórico essas coisas passam por factos…

José Medeiros Ferreira: Claro.

Manuel de Lucena: Porque o secretário de Estado disse, porque o ministro tal aceitou… Há sintomas… Não aparecem na cronologia… Aparece a certa altura um toque forte da Comunidade Europeia a dizer: «Portugal, despache-se».

José Medeiros Ferreira: Toda a comunidade internacional diz a Portugal para se despachar.

Manuel de Lucena: Não, não é verdade.

José Medeiros Ferreira: Até o Jorge Jardim serviu à comunidade internacional para apressar Lisboa na decisão de aceitar a independência de Moçambique.

Manuel de Lucena: Na nossa ideia de ir carreando elementos para a história, era bom que houvesse uma concretização.

José Medeiros Ferreira: Isso está escrito. É uma questão de lerem a bibliografia que está publicada.

António Duarte Silva: Porquê é que ele tinha uma ordem de prisão em Moçambique? Era por causa da de cá?

Aniceto Afonso: Sim, é na sequência da de cá.

Manuel de Lucena: O que é muito curioso. Aí está outra coisa. Pode ser que seja uma manobra, uma cortina de fumo … Mas o projecto de que ele fala, e até agora não foi desmentido, de ter cozinhado com o Kaunda e com aquele conselheiro creio que do Kaunda era um projecto, este de bastante antes, que devia ter [aliciado] o MFA, porque dizia que a Frelimo era reconhecida como partido dominante. Autodeterminação, independência e partido dominante, mas não único. E isso parece ter sido considerado perigoso em Portugal. E depois ele tem a ordem de prisão. Aí há qualquer coisa que dentro dessas jogadas todas, com Grã-Bretanha ou sem Grã-Bretanha, gostaríamos de ver um bocadinho mais claro.

[…]

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Só para completar esta questão do Jorge Jardim, eu também li com atenção o livro dele, também achei interessante, e há uma coisa que me surpreendeu, enormemente (também nunca perguntei à outra pessoa): ele refere que se encontrou nas margens do Lago Niassa com o coronel Sousa Meneses. Também nunca perguntei ao general Sousa Meneses se se encontrou ou não com o engenheiro Jorge Jardim, já bastante depois do 25 de Abril, isto será talvez em Julho.

Interveniente não identificável: É costume nas Forças Armadas ter-se oficiais de ligação com instituições deste tipo?

General Duarte Silva: Eu julgo que o que não é costume é haver instituições deste tipo. Agora, as Forças Armadas têm de ser flexíveis.

Interveniente não identificável: Isto é uma questão fulcral. Eu penso que a importância do sr. eng. Jardim, a importância daquilo

que ele significava nos meios político-militares é que justificava ter um oficial de ligação!

General Duarte Silva: Não só. No eng. Jardim, há um aspecto que aqui não foi focado. O eng. Jardim neutralizou sempre o Malawi, o eng. Jardim tinha o Banda a comer-lhe na mão. Portanto, o Malawi esteve ali sempre quietinho. Isso conta, isso conta. Era mais um eixo de penetração e a Niassalândia esteve sempre sossegadinha.

Coronel Pinto Ferreira: Esse caso do oficial [de ligação] é único. Eu não conheço outro.

Tenente-coronel Aniceto Afonso: Também me parece que não há mais nenhuma. Nem em Angola nem…

General Duarte Silva: Eu em Angola estive numa situação muito semelhante…

Manuel de Lucena: O sr. general, na altura major, era oficial às ordens…

General Duarte Silva: Às ordens, não, mais devagar. Mas estava ligado ao Alexandre Tati, que era o presidente de um partido inimigo. Eu estava ligado a ele; ou ele a mim, não sei. Ministro do armamento, que tentou assassinar o Holden Roberto. Tudo boa gente! Eu estive ligado a ele quase dois anos. Não oficialmente, mas estava.

José Pedro Castanheira: Mas não com o carácter de nomeado…

General Duarte Silva: Eu, oficialmente, era adjunto do segundo comandante da Região Militar de Angola. Havia uma diferença até porque o serviço não era do conhecimento de ninguém.

Coronel Pinto Ferreira: Esse oficial que estava junto do Jardim não sei se era nomeado à ordem. Não estou a ver.

General Duarte Silva: Isso é para os cabos, pá.

Coronel Pinto Ferreira: Era uma nomeação só verbal.

General Duarte Silva: Que ele lá estava, estava. Que todos nós sabíamos, sabíamos. E são fáceis de consultar, os dois.